



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)

Mestrado em Museologia e Patrimônio

Maria Cristina de Azevedo Mitidieri

100 ANOS DO RIO YACHT CLUB:

Um olhar museológico sobre a construção de um patrimônio

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO-MAST, área de concentração em Museu e Museologia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Professor Orientador: Prof^a. Dr^a. Luisa Maria Rocha

Rio de Janeiro, 2017

M679 Mitidieri, Maria Cristina de A.
100 Anos do Rio Yacht Club: um olhar museológico
sobre a construção de um patrimônio / Maria Cristina
de A. Mitidieri. -- Rio de Janeiro, 2017.
187

Orientadora: Luisa Maria Rocha.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio, 2017.

1. Rio Yacht Club. 2. Patrimônio Esportivo. 3.
Musealização. 4. Acervo. 5. Brasil-Iatismo. I.
Rocha, Luisa Maria, orient. II. Título.

Maria Cristina de Azevedo Mitidieri

100 ANOS DO RIO YACHT CLUB:

Um olhar museológico sobre a construção de um patrimônio

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Diana Farjalla Correia Lima
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Alda Lucia Heizer
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Luisa Maria Rocha – ORIENTADORA
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Rosane Maria Rocha de Carvalho – Suplente
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcio Rangel
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

AGRADECIMENTOS

À Guilherme Vinhas, por seu incondicional suporte e incentivo. À minha família, que tanto me incentivou ao longo do processo de elaboração deste projeto. Aos amigos do *Rio Yacht Club* Claudia Swan, Patricia Ferreira e Brian Higgin pelo convite para compor o grupo de organizadores do livro “*100 anos do Rio Yacht Club – Sailing*”, que originou este projeto, pelo apoio e constante incentivo. Aos Comodoros, membros da diretoria e funcionários do *Rio Yacht Club* por sua confiança - que me permitiu ter acesso irrestrito ao acervo do clube-, e pela permanente disponibilidade em ajudar. Aos sócios do clube – em especial a Djalma e Sheila Ferreira, Moema Schmidt e Lars Grael – por sua boa vontade e presteza em fornecer informações.

Agradeço ainda aos professores componentes da banca examinadora por terem aceito o meu convite. Em especial, agradeço às Professoras Diana Farjalla Lima e Alda Heizer pela enorme ajuda e pelo conhecimento compartilhado, na etapa de qualificação deste trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO-MAST, demais professores e aos colegas de mestrado, pela oportunidade e pelo companheirismo.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Luiza Rocha, que compreendeu profundamente e abraçou a minha proposta, contribuindo, com seu conhecimento e orientação, para que esta dissertação se completasse.

RESUMO

Esta pesquisa apoia-se nos conceitos de Patrimônio, Patrimonialização, Patrimônio Esportivo, Coleção Visitável e Musealização para analisar a configuração do acervo do *Rio Yacht Club* como patrimônio desta instituição esportiva de 104 anos, a ser preservado, por meio de abordagem museológica sobre ele. Analisa a história do *Rio Yacht Club* e seu acervo, composto por documentos textuais e objetos diversos. Analisa a configuração do acervo do clube como patrimônio, por seu valor histórico e simbólico, atribuído por um grupo social. Analisa o patrimônio esportivo, contexto no qual se insere o acervo, e a pertinência do campo da Museologia no tratamento documental deste acervo. Aborda o acervo do clube por meio do instrumental teórico e prático da Museologia, sob o prisma das atividades de coleta, documentação, conservação, pesquisa e comunicação. Realiza um estudo prático a partir de objetos-documento do acervo, que resultam na proposta de diretrizes para um Programa de incorporação de acervos, de uma Ficha Catalográfica de Objeto, nas diretrizes para um Planejamento de Conservação, na pesquisa de documentos textuais do acervo e nas diretrizes gerais para a realização de uma ação comunicacional (exposição) na sede do clube. Conclui que, por seu valor simbólico como patrimônio do *Rio Yacht Club* e do esporte náutico, este acervo deve ser objeto de preservação, por meio do instrumental teórico e prático da Museologia.

Abstract

The concepts of Heritage, Patrimonialization, Sport Heritage, Visitable Collection and Musealization support this research in its goal to examine the configuration of the Rio Yacht Club collection as Heritage belonging to this 104 years' institution, that ought to be preserved, through a museological approach. This research analyses the history of the Rio Yacht Club and its collection of written documents and different types of objects. Analyses the configuration of the collection as heritage, supported by its historical and symbolic value to a social group. Analyses the context in which this heritage is situated, the Sport Heritage, and the relevance of a Museological approach over this collection. Examines the collection under the museological theoretical and practical knowledge, concerning acquisition, documentation, conservation, research, and communication. Performs practical studies, based on document-objects of the collection, that result in the guidelines for an Acquisition Plan, the formulation of a Museological Object Sheet, the guidelines for a Conservation Plan, the conduction of a data survey in part of the collection written documents and in the guidelines for a communicational activity (exhibition) at the club headquarters. Concludes that, reinforced by its symbolic value as heritage, belonging to the Rio Yacht Club and to the Nautical Sport, the club collection must be preserved by means of a Museological approach.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - O RIO YACHT CLUB	10
1.1. O clube	10
1.2. O acervo do <i>Rio Yacht Club</i> : o conjunto de bens culturais guardados no clube	23
CAPÍTULO 2 - CONTEXTO CONCEITUAL DO PATRIMÔNIO: A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO DO RIO YACHT CLUB	43
2.1. Reflexões sobre o conceito de patrimônio	43
2.2. O patrimônio esportivo	54
2.3. A construção de um patrimônio no <i>Rio Yacht Club</i>	71
2.4. Configuração do <i>Rio Yacht Club</i> como coleção visitável	73
CAPÍTULO 3 - OLHAR MUSEOLÓGICO SOBRE O PATRIMÔNIO DO RIO YACHT CLUB: A PERSPECTIVA TEÓRICA PARA TRATAR O PATRIMÔNIO	76
3.1. Considerações sobre a atuação da Museologia em locais que não se configuram como museus e sobre o trabalho de museólogos em entidades esportivas	78
3.2. Discussão teórica e parâmetros a serem adotados para o tratamento museológico do acervo sob a guarda do <i>Rio Yacht Club</i>	82
3.2.1. COLETAR	85
3.2.2. CONSERVAR	91
3.2.3. DOCUMENTAR	100
3.2.4. PESQUISAR	105
3.2.5. COMUNICAR	109
CAPÍTULO 4 - OLHAR MUSEOLÓGICO PARA TRATAR O PATRIMÔNIO DO RIO YACHT CLUB: A PERSPECTIVA PRÁTICA PARA TRATAR O PATRIMÔNIO	115
4.1. COLETAR: livro “Regras internacionais de regatas a vela e determinações da Confederação Brasileira de Vela e Motor”	115
4.2. CONSERVAR: conjunto de livros de atas	124
4.3. DOCUMENTAR: troféu <i>Commodore Cup</i>	132
4.4. PESQUISAR: conjunto de livros “ <i>Candidades to Membership</i> ”	139
4.5. COMUNICAR: veleiro <i>Sealark</i>	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	165

LISTA DE SIGLAS

CIDOC – *Comité International Pour la Documentation* (Comitê Internacional para a Documentação)

CND – Conselho Nacional de Desportos

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

COC – Casa de Oswaldo Cruz

COFEM – Conselho Federal de Museologia

COMCOL – *ICOM International Committee For Collecting* (Comitê Internacional do ICOM para o Desenvolvimento de Coleções)

COREM – Conselho Regional de Museologia

EPA – *Ecole du Patrimoine Africain*

FIFA – *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol)

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

ICCROM - *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração da Propriedade Cultural)

ICOM – *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus)

ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

MAST – Museu de Astronomia de Ciências Afins

MINC – Ministério da Cultura

RYC – *Rio Yacht Club*

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

YCB – Yacht Club Brasileiro

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 01 – Fotografia. Sede do Rio Yacht Club, Niterói, RJ. Autor: Eduardo Guedes (2014).

FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 10)

FIGURA 02 – Documento digitalizado (detalhe) “*History of the Rio Sailing Club*”. Autora: Helen Lathan (sem data). FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 14)

FIGURA 03 – Documento digitalizado (detalhe). Ata de 1920 “*Genneral Commitee’s Report 1919-1920*”. FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 16)

FIGURA 04 – Documento digitalizado (detalhes – capa e páginas) Programa “*Rio Sailing Club Annual Aquatic Sports*”. 1936. FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 17)

FIGURA 05 – Fotografias (montagem). Livros de atas do *Rio Yacht Club*, capa e páginas internas. FONTE: autor (2015). (P. 26)

FIGURA 06 – Documento digitalizado (detalhe). Ata de reunião de conselho. 1919. FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 28)

FIGURA 07 – Documento digitalizado (detalhe). Ata de 5/4/1922. Eleição de Alberto Santos Drummond a sócio do *Rio Yacht Club*. FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 28)

FIGURA 08 – Documento digitalizado (detalhe). Ata de 10/5/1922. Premiação “*Ladies Race*”. FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 29)

FIGURA 091 – Fotografias (montagem). Conjunto de livros “*Candidates for Membership/Propostas para Sócios*”. FONTE: autor (2015). (P. 30)

FIGURA 11 – Fotografias (detalhes). Páginas internas dos livros “*Candidates for Membership /Propostas para Sócios*”. FONTE: autor (2015). (P. 31)

FIGURA 12– Documento digitalizado (detalhe). Ata de 8/2/1939. Eleição de sócios no *Rio Yacht Club*. FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 32)

FIGURA 13 – Fotografias e documentos digitalizados (montagem / detalhes). Carta redigida por H. Trieshuman (23/3/1940); caixas com documentos antigos (2015); Pasta com documentos antigos (2014); documentos antigos sem identificação (2014); Carta enviada ao clube pela Polícia Civil (9/6/1938); Apólice de seguro (22/3/1930); Apólice de seguro (detalhe); Recibo “The Royal Bank of Canada (1950); aceite de Obras Prefeitura de Niterói (28/8/1946); Carta recebida do Fluminense Yacht Club (6/6/1940); Planta arquitetônica da fachada da sede do clube (29/5/1950). FONTE: acervo do *Rio Yacht Club* e autor (fotografias) (P. 33)

FIGURA 14 – Fotografias (montagem/detalhes). Livreto “*Regras Internacionais de Regata a Vela e Determinações da Confederação Brasileira de Vela e Motor*” (1944). FONTE: autor (2016). (P. 34)

FIGURA 15 – Fotografias (montagem). Troféus do *Rio Yacht Club*. Taça Ladies Challenge (1926); The Western Cup; The Norway Cup; Commodore Cup (1944); Challenge Cup. Autor: Eduardo Guedes (2014). FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 35)

FIGURA 16 – Fotografias (montagem). Sede do *Rio Yacht Club* e vitrines de troféus. FONTE: autor (2017). (P. 37)

FIGURA 17 – Fotografia. Taça Commodore Cup F.L. Glass. Autor: Eduardo Guedes (2014). FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*. (P. 37)

FIGURA 18 – Fotografias (montagem). Sede do *Rio Yacht Club* (objetos que estão nas paredes do bar do clube). Brasões de navios ingleses; peça do navio Thetis; placas comemorativas e escudos; sino do Navio S/S Birte. FONTE: Eduardo Guedes (acervo do *Rio Yacht Club*) e autor (2017). (P. 39)

FIGURA 19 – Fotografias. Inauguração do Veleiro *Sealark* reformado em (com Torben Grael à frente) comemoram a volta do *Sealark* à água); o *Sealark* antes da reforma (2013); o *Sealark* na festa de 100 anos do clube. FONTE: Brian Higgin e autor. (P. 45)

FIGURA 20 – Fotografias. Detalhes de livros de ata, que mostram os materiais utilizados em sua encadernação e acabamentos. FONTE: autor. (P. 100)

FIGURA 21 – Fotografias. Sala do acervo e livros de atas guardados em 2014. FONTE: autor. (P. 130)

FIGURA 22 – Fotografias. Sala do acervo e livros de atas guardados. Situação o em 2015. FONTE: autor (2015). (P. 131)

FIGURA 23 – Fotografias e desenho. Localização da sala do acervo na sede do *Rio Yacht Club*, próxima ao mar. Planta baixa (simplificada) da sala do acervo. Detalhes arquitetônicos do local (janelas, porta, tipo de piso). FONTE: autor (2015-2016). (P. 132)

FIGURA 24 – Detalhe da planilha de dados criada e preenchida no programa Excel. FONTE: autor. (P. 146)

FIGURA 25 – Fotografias. Detalhes das fichas preenchidas pelo Conde Pereira Carneiro e pela bem-humorada proponente britânica. FONTE: autor. (P. 149)

FIGURA 26 – Referências visuais para a montagem da exposição. FONTE: pesquisa *online*. (P. 163)

FIGURA 27 – Planta baixa simplificada na área do clube, em que se pode ver a área do estacionamento de visitantes, local escolhido para a exposição, que oferece acesso independente e separado da sede social e da área náutica do clube. FONTE: autor. (P. 165)

FIGURA 28 – Detalhe (em perspectiva) da estrutura proposta. Vista de frente/ esquema da estrutura temporária e do posicionamento do barco no pavilhão expositivo. FONTE: autor (P. 166)

FIGURA 29 – Planta do pavilhão expositivo e esquema geral da mostra, com posicionamento do barco e dos núcleos temáticos. FONTE: autor (P. 167)

GRÁFICO 1 – Esquema. Divisão em grupos do acervo do *Rio Yacht Club*. FONTE: autor (2017). (P. 24)

GRÁFICO 2 - Livros de atas do Rio Yacht Club, organizados em “linha do tempo”. FONTE: autor. (P. 25)

GRÁFICO 3 - Reprodução do esquema da página 209 da publicação “*A Checklist for Museum Collections Management Policy*” (2014). (P. 123)

GRÁFICO 4. “Número de propostas para sócios 1939-1944”. FONTE: autor (2015). (P. 147)

GRÁFICO 5 - “Sexo dos proponentes a sócios 1939-1944”. FONTE: autor (2015). (P. 148)

GRÁFICO 6 - “Nacionalidade dos proponentes a sócios 1939-1944”. FONTE: autor (2015). (P. 148)

GRÁFICO 7 - “Nacionalidade e proponentes por ano, entre 1939-1944”. FONTE: autor. (P. 150)

Soltando as amarras

Desde criança, moradora da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, ouvia as histórias das conquistas esportivas dos atletas da cidade – em especial dos iatistas do *Rio Yacht Club*, conhecido por todos como “*Sailing*”, o clube dos ingleses.

Em 2007, ao me tornar sócia do *Rio Yacht Club*, passei a fazer parte de uma pequena comunidade cuja característica de manter suas tradições e relembrar histórias do passado chamou a minha atenção. O edifício-sede do clube, assim como a regra de aceitar apenas embarcações à vela, não mudaram muito ao longo dos anos e ilustram a paixão desse grupo por suas tradições, pelo esporte à vela e por sua história.

Em 2013, me tornei membro da “Comissão 100 anos” – formada por um grupo de sócios voluntários, responsáveis pela elaboração do livro “100 Anos do *Rio Yacht Club Sailing*” (lançado em maio de 2015). Assim, em busca de documentos que subsidiassem uma narrativa da história do clube, iniciamos a pesquisa, partindo de um conjunto de documentos textuais guardados pelo *Rio Yacht Club*.

De imediato, nos deparamos com um conjunto de atas, que descortinou novas camadas de leitura da história institucional. Junto das atas, guardadas como arquivos da instituição, havia ainda outros livros administrativos e documentos diversos, como livros que registavam propostas para sócios, cartas, recibos, projetos de construção da sede e da piscina, entre outros. Na sequência, lançamos um novo olhar para os objetos que estavam na sede do clube. O conjunto de troféus mostrou-se desconhecido e pouco investigado. Os objetos que “decoram” o bar do clube instigavam a pesquisa (uma vez que poucos conheciam as suas histórias) e uma embarcação guardada no clube, o veleiro “*Sealark*”, que sabíamos apenas ser um barco da extinta classe *Hagen Sharpie*, nos convidava à investigação de sua trajetória.

Mesmo que, por limitações de tempo e de recursos, não tenha sido possível conhecer e analisar detalhadamente o acervo do *Rio Yacht Club* ao longo de nossa pesquisa, no momento da elaboração do livro, o valor desse conjunto de bens nos pareceu indiscutível. No entanto, ficou claro para nós que este valioso acervo estava também em risco, por conta da falta de informações sobre ele e de suas condições de guarda. Assim, objetivando refletir sobre o valor e sobre o futuro desse conjunto de bens, no que tange à sua preservação, iniciamos a investigação que se segue.

INTRODUÇÃO

O *Rio Yacht Club*, ao longo de seus 103 anos de existência, guardou um acervo de bens materiais e imateriais e preservou tradições, que passaram de geração em para geração, desde sua fundação.

Quando participamos da elaboração do livro sobre os 100 anos do clube, analisamos a trajetória e as singularidades desta instituição, frequentada por um pequeno grupo de pessoas, e nos apoiamos nos documentos textuais e objetos - além de suas práticas e tradições -, para narrar sua trajetória histórica. Neste momento, algumas questões se apresentaram. E foram estas mesmas questões que nos motivaram a levar adiante a investigação aqui proposta nesta dissertação de mestrado.

Inicialmente notamos que, no âmbito da comunidade de sócios do clube, a noção desse acervo como patrimônio era muito mais “vivenciada” do que de fato apreendida. Na verdade, esses bens funcionavam como vetores de memórias, como elos entre o passado e o presente do clube e como referências de identidade para uma coletividade, constituindo-se em ícones aos quais a comunidade atribuía valores. No entanto, ao mesmo tempo, nos pareceu que o conjunto não era tratado como patrimônio de fato, principalmente porque os cuidados que contribuiriam para a sua salvaguarda não estavam sendo levados adiante.

Desta forma, nos indagamos se aquilo que nos pareceu um patrimônio “vivenciado” e construído por uma comunidade seria de fato um patrimônio, de acordo com o entendimento e com o contexto do Campo, e nos perguntamos: Quais seriam os parâmetros que determinariam a configuração desses bens como patrimônio? Como se dá a relação entre um patrimônio restrito a uma pequena comunidade e o contexto do Patrimônio? Será que um conjunto de bens relacionados à trajetória de um clube esportivo e ao iatismo brasileiro, guardado em uma instituição privada, poderia se configurar em patrimônio? Existiria um “patrimônio esportivo”?

Em seguida, ainda motivados pela noção de que o acervo do clube teria valor como um conjunto de documentos históricos – muitos dos quais não haviam ainda sido pesquisados -, nos preocupamos em refletir sobre a sua preservação. Como tratar este conjunto de tipologias tão diversas? Quais seriam as medidas práticas e legais que poderiam ser adotadas, dentro

das possibilidades de uma pequena instituição privada, para salvaguardar este acervo que nos pareceu tão valioso?

Assim, objetivando responder estas questões e tomando como ponto de partida os 100 anos de trajetória do *Rio Yacht Club* e o conjunto de bens culturais ali guardados, o tema de nossa dissertação aponta para a pertinência de conhecer, reconhecer e conservar este conjunto de bens como patrimônio do clube, apoiado por seu valor histórico - em especial no contexto do esporte náutico brasileiro -, e por seu relevante papel como vetor de memórias de um grupo.

Para tal, nosso trabalho analisou o acervo do clube sob o prisma do conceito de patrimônio e propôs lançar sobre ele um “olhar museológico”, que consistiu em abordá-lo por meio do instrumental teórico e prático da museologia pertinente às ações de coleta, conservação, documentação, pesquisa e comunicação, que compõem o processo de musealização.

No capítulo 1, traçamos um conciso histórico do *Rio Yacht Club* desde sua fundação, em 1914, até os dias de hoje - salientando alguns momentos e fatos que marcaram a sua trajetória. Em seguida, delineamos um panorama geral do acervo do clube, composto por documentos textuais e objetos de diferentes tipologias, destacando elementos e recortes do conjunto que foram por nós selecionados para os exercícios teóricos e práticos, que exemplificaram o processo de musealização, dentro de nosso “olhar museológico”.

No capítulo 2, partimos das origens e da história do conceito de patrimônio para refletir sobre a sua configuração no Brasil e as definições de patrimônio segundo entendimento das instâncias competentes que tratam da matéria. Nesta etapa, analisamos também o tema da patrimonialização e a estreita conexão entre patrimônio, patrimonialização e Estado. Neste contexto, levando em conta o nosso objeto de estudo, o acervo do *Rio Yacht Club*, estritamente relacionado ao esporte (iatismo), pesquisamos o patrimônio esportivo – em que consiste e como se situa, dentro do diversificado universo do patrimônio - no Brasil e em outros países. Ainda sem perder de vista o nosso objeto de estudo – um conjunto de bens não patrimonializado e guardado pela comunidade de sócios do clube - analisamos a relação entre patrimônio e valor, compreendendo o valor atribuído a certos bens (materiais e imateriais) como o agente que justifica e motiva a construção e a legitimação

dos patrimônios. Por meio dessas reflexões, foi possível embasar a constatação de que o conjunto de bens guardados no clube é, de fato, patrimônio desta instituição a ser reconhecido e conservado como tal e que pode ser compreendido, de acordo com a legislação brasileira, como uma coleção visitável.

No capítulo 3, partindo da constatação da especificidade e abrangência teórica e técnica da Museologia sobre a diversidade tipológica de objetos, identificamos esta abordagem como pertinente ao conjunto de bens do clube, ainda mais quando reconhecemos que os profissionais museólogos podem atuar também em instituições não configuradas como museus, que guardam patrimônios, e nas coleções visitáveis. Constatamos que esta atuação está apoiada ainda pelas instâncias e pela legislação que rege o exercício profissional, ocorrendo na prática - inclusive em acervos com temática do esporte.

Na sequência deste capítulo, esclarecemos o “olhar museológico” sobre o patrimônio do *Rio Yacht Club*, em risco de perda. Tratamos, nesta etapa, dos aspectos conceituais e teóricos da musealização, especialmente por conta da conversão dos objetos em “objetos-documento”, ao longo deste processo. A musealização foi aqui analisada tanto do ponto de vista de sua definição, quanto de suas etapas no trato dos objetos e documentos – uma vez que se constituiu em referência da qual empregamos o instrumental teórico e prático. Assim, este capítulo segue analisando os aspectos teóricos, dentro de cada uma das etapas da musealização (coleta, conservação, documentação, pesquisa e comunicação) que nortearam a nossa abordagem prática.

Em “coleta”, analisamos a configuração geral do acervo do clube e chegamos ao entendimento de que o mesmo poderá ser expandido, de forma organizada. Assim, refletimos sobre os aspectos teóricos envolvidos na elaboração de uma Política de Aquisições, adequada à realidade do *Rio Yacht Club*. Em conservação, abordamos a conservação preventiva como medida a ser adotada na salvaguarda dos acervos. Na sequência, analisamos os principais fatores responsáveis pela degradação dos papéis e conduzimos diagnósticos preliminares do conjunto de livros de atas e de seu local de guarda, objetivando subsidiar o nosso exercício prático, em torno deste conjunto de livros em papel. No tópico documentação, abordamos o papel da documentação como interconexão entre os acervos e a sociedade e sua importância também como ferramenta de salvaguarda do patrimônio. Neste tópico, realizamos exame dos

aspectos teóricos e práticos dos sistemas e processos de documentação, que foram a base para a ficha de objeto, voltada para o conjunto de troféus do clube, que elaboramos em nosso exercício prático. Em pesquisa, tratamos da pesquisa em museus e de suas afinidades com as demais atividades museológicas. O conjunto de livros que registra o ingresso de sócios no clube, ao longo dos anos 1930 e 1940, foi aqui analisado em razão de seu conteúdo informacional e de sua variedade de dados que, ao serem pesquisados, contribuem para que se trace um perfil dos sócios clube no período - pontuando o valor peculiar deste material enquanto fonte informacional primária. Por fim, no tópico comunicação, tratamos do tema da exposição museológica. A exposição foi aqui compreendida como uma ação comunicacional que, por meio da soma de conteúdo e forma, atua como mediadora entre museu, acervo e público. Nesta etapa, analisamos ainda exposições e museus com temática náutica e esportiva, em busca de referências que nos apoiassem no exercício de elaborar as diretrizes para uma exposição em torno do veleiro *Sealark*, na sede do *Rio Yacht Club*.

O capítulo 4 traz a face prática de nosso “olhar museológico”, com a realização de exercícios práticos, que visam exemplificar os processos museológicos, a partir de recortes do acervo.

Em coleta, traçamos as diretrizes de uma Política de Aquisições para o *Rio Yacht Club* e, em torno do livreto doado ao clube pelo iatista Lars Grael em 2014, realizamos um exercício, a partir dos parâmetros propostos no documento elaborado, que analisa a pertinência da incorporação do documento doado ao acervo do clube. Em conservação, traçamos diretrizes de um planejamento de conservação do conjunto de livros de atas, a ser futuramente implantado no clube. Em documentação, partimos de um dos troféus do clube para elaborar uma ficha de objeto que atenda, além das recomendações teórico conceituais da documentação, também as particularidades deste tipo de objeto. Em pesquisa, a partir do conjunto de livros que registra o ingresso de sócios no clube ao longo dos anos 1930 e 1940, realizamos um levantamento de dados, que foram relacionados entre si, com outros documentos do acervo e com o contexto histórico da época, num exercício que objetivou ressaltar as muitas possibilidades de pesquisa, a partir do acervo do clube. Em comunicação, elaboramos as diretrizes gerais, em relação ao conteúdo e à forma, para uma ação de comunicação – uma exposição temporária no clube, em torno do veleiro *Sealark*.

O acervo do *Rio Yacht Club*: patrimônio histórico do esporte.

Por meio da compreensão do conjunto de bens do *Rio Yacht Club* como patrimônio e de seu tratamento como tal, este projeto lançou as bases para que se levem adiante ações voltadas para a preservação de um acervo representativo da memória de um grupo de pessoas, composto por objetos que funcionam como testemunhos do passado e do presente de uma pequena comunidade. Este acervo, de inegável valor histórico, também se constitui como fonte primária de informação a ser ainda pesquisada, em especial no contexto do patrimônio do esporte e do iatismo brasileiro.

Destaca-se aqui que o iatismo é um dos esportes que mais trouxeram medalhas olímpicas ao Brasil, considerando os resultados gerais. O país esteve presente em todas as competições olímpicas de vela desde 1948, sempre se classificando entre os dez primeiros lugares. Os iatistas brasileiros trouxeram ao país inúmeros títulos mundiais e sul-americanos, em diferentes classes de barcos. A trajetória do *Rio Yacht Club* e, em especial, a sua relevante participação, tanto no que diz respeito a história e ao desenvolvimento desse esporte no país, quanto às conquistas de títulos por seus atletas, faz desse clube uma das mais antigas e proeminentes instituições esportivas do Brasil.

Ao focalizarmos aqui o tratamento museológico de um acervo de bens de uma instituição esportiva, no contexto do Patrimônio, notamos que a relação entre esporte e patrimônio é um tema ainda é pouco estudado pelas instituições acadêmicas brasileiras e com escassa bibliografia nacional. Assim, ao longo de nossa investigação, identificamos o interesse de pesquisadores acadêmicos brasileiros pelo campo do Esporte e foi possível encontrar artigos, dissertações e livros publicados sobre o tema. No entanto, na busca por obras de referência para esta pesquisa, ficou claro para nós que, enquanto os historiadores e os profissionais de educação física se dedicam ao tema do esporte¹, estudando e produzindo trabalhos que, em geral, tratam de sua história - sob o prisma da “memória esportiva” ou das relações do esporte com outras dimensões da vida social como a economia, a política e a cultura -, não encontramos referência bibliográfica nacional que trate especificamente do que

¹ A Revista acervo (v. 27, n. 2), publicada em 2014 exemplifica a nossa afirmação. Aurores como Katia Rubio e Silvana Goellner, do campo da Educação Física e historiadores diversos assinam os artigos desta publicação que tem como tema “ Arquivos e Esporte” e objetiva analisar a presença do esporte em acervos.

compreendemos como patrimônio esportivo. Nota-se também que, no Brasil, existem poucas instituições museológicas voltadas para o tema do esporte e que as iniciativas dos museus e de outras instituições governamentais para relacionar esporte e cultura passam a margem do patrimônio esportivo, mesmo depois da realização de grandes eventos no país em 2014 (Copa do Mundo de Futebol) e em 2016 (Olimpíadas).

Nesse sentido, é pertinente ressaltar que no âmbito internacional, a legitimidade e a importância do patrimônio esportivo vem sendo cada vez mais reconhecidas pelas instituições internacionais que tratam do tema – basta mencionar que, em 2016, “O patrimônio esportivo” foi o tema escolhido pelo ICOMOS (*International Council of Monuments and Sites*) para o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, comemorado em todo o mundo em 18 de abril – demonstrando que o patrimônio esportivo se configura como um campo de estudo e como parte integrante do patrimônio mundial.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar o conjunto de bens históricos do *Rio Yacht Club* como patrimônio - na qualidade de um acervo potencialmente representativo do esporte a vela no Brasil -, através do instrumental e do conjunto de processos da Museologia, com a finalidade de preservá-lo.

Objetivos específicos

- Analisar as definições de Patrimônio oferecidas pelas instâncias competentes e pelos especialistas do campo, objetivando caracterizar o conjunto de bens guardados pelo *Rio Yacht Club* como patrimônio desta instituição;
- Investigar os conceitos e a legislação que regem os processos patrimonialização a fim de contextualizar o patrimônio do *Rio Yacht Club*, face ao cenário dos bens patrimonializados;
- Analisar o Patrimônio Esportivo nacional e internacional objetivando situar o patrimônio do *Rio Yacht Club* neste contexto;

- Analisar o campo de atuação da Museologia e dos profissionais museólogos no contexto os patrimônios patrimonializados e não patrimonializados, objetivando apoiar abordagem museológica do acervo do *Rio Yacht Club*;
- Analisar o procedimento teórico-prático de musealização e seus processos de coleta, conservação, documentação, pesquisa e comunicação museológicos, como proposta instrumental para abordar o acervo do *Rio Yacht Club*;
- Realizar exercícios práticos de aplicação do instrumental museológico, partindo das etapas do processo de musealização (coleta, conservação, documentação, pesquisa e comunicação) e de recortes do acervo do *Rio Yacht Club*.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a concretização dos objetivos propostos caracteriza-se por abordagem reflexiva e também prática (capítulo 4), sobre o conjunto de bens – acervo - do *Rio Yacht Club*. Inicialmente, analisamos o conjunto como um todo, objetivando contextualizá-lo como patrimônio do clube, apoiado em seu valor. Na sequência, para efeito de nosso estudo, dividimos o conjunto em grupos, de acordo com suas características mais gerais e selecionamos bens e conjuntos de bens que foram detalhadamente analisados, por meio de reflexões teóricas e práticas, no contexto dos processos museológicos de coleta, conservação, documentação, pesquisa e comunicação.

Para subsidiar a nossa investigação, no capítulo 1, partimos do livro publicado em 2014 sobre os 100 anos do *Rio Yacht Club* e recorreremos às fontes primárias consultadas para o livro, objetivando nos aprofundarmos em tópicos que não haviam sido abordados nesta publicação ou sobre os quais necessitávamos de mais informações. Assim, realizamos leituras de documentos diversos do acervo do clube - com destaque para as atas, cartas de sócios e os livros de proposta para sócios – e consultamos também documentos iconográficos (fotografias) do acervo digital do clube e realizamos entrevistas com membros do clube. Nesta etapa, realizamos ainda levantamento bibliográfico, iconográfico e documental em suportes eletrônicos e tradicionais, de fontes secundárias referentes à investigação sobre a origem dos clubes e sobre o contexto histórico, ao longo dos 103 anos de existência do *Rio Yacht Club*.

Para dar suporte à pesquisa, no capítulo 2, realizamos levantamento bibliográfico, iconográfico e documental em suportes eletrônicos e tradicionais, de fontes primárias e secundárias, da área do Patrimônio. A pesquisa sobre o Patrimônio Esportivo foi conduzida por meio de consultas *online* à bibliografia sobre o tema (Brasil, França e Reino Unido) e também à websites de Museus, órgãos governamentais e outros. Por fim, neste capítulo, recorreremos também a referências bibliográficas, primárias e secundárias, que nos apoiassem no entendimento do *Rio Yacht Club* como coleção visitável.

Para fundamentar a nossa pesquisa, no capítulo 3, realizamos um levantamento bibliográfico em suportes eletrônicos, de fontes primárias de base legal constando de: publicações e leis que tratam do tema do patrimônio e da patrimonialização; publicações e leis que tratam do exercício da Museologia e da atuação profissional dos museólogos e publicações e leis que tratam do tema da musealização de bens. Para tal, recorreremos aos portais eletrônicos do IBRAM, do MINISTÉRIO DA CULTURA, do COREM. Nesta etapa, realizamos também pesquisa online, entrevistas (por e-mail) e contatos telefônicos, quando investigamos a atuação da Museologia em locais que não se configuram como museus e sobre o trabalho de museólogos em entidades esportivas. Na sequência deste capítulo, realizamos um levantamento bibliográfico em suportes eletrônicos e tradicionais, de fontes primárias e secundárias constando de: fontes secundárias sobre o tema da musealização; legislação sobre a musealização; Código de Ética do ICOM; Programas de incorporação de acervos de instituições museológicas (FIOCRUZ, MAST e outros); fontes secundárias sobre o tema da conservação de papéis; fontes primárias com informações ambientais sobre o município de Niterói; fontes secundárias sobre o tema da documentação museológica; pesquisa online em acervos e coleções (museus e outros) com temática do esporte; fontes secundárias sobre o tema da pesquisa museológica; fontes secundárias sobre o tema da comunicação museológica.

Para subsidiar a nossa abordagem prática, no capítulo 4, analisamos a publicação “Regras internacionais de regatas a vela e determinações da Confederação Brasileira de Vela e Motor” e entrevista (por e-mail com Lars Grael); realizamos diagnósticos do ambiente de guarda do acervo e dos livros de atas do clube por meio de pesquisas *in situ*; realizamos *in situ* levantamento de informações sobre o troféu *Commodore Cup*; realizamos *in situ*

levantamento de dados nos livros *Candidades to Membership*/Propostas para sócios; realizamos levantamento bibliográfico em suportes eletrônicos e tradicionais, de fontes primárias e secundárias sobre os temas da imigração inglesa e da imigração americana, em Niterói; realizamos visitas, levantamento bibliográfico e pesquisa *online* sobre exposições com temática náutica e/ou esportiva.

CAPÍTULO 1

O RIO YACHT CLUB

Iniciamos nosso percurso, neste capítulo, com um conciso histórico do *Rio Yacht Club*, desde sua fundação, por um grupo de ingleses, em 1914, até os dias de hoje.

Em seguida, traçamos um panorama geral do acervo do clube, de acordo com as informações apuradas e da pesquisa *in loco* realizada em maio de 2016, a partir de uma divisão do conjunto em grupos, de acordo com suas características mais gerais.

1.1. O clube

O *Rio Yacht Club* é um clube dedicado ao iatismo e fundado por ingleses na cidade de Niterói (RJ) em abril de 1914², com o nome de *Rio Sailing Club*. O clube e seus velejadores tem e mantêm, há muitas décadas, uma posição de destaque no universo do esporte à vela. Entre inúmeros títulos nacionais e internacionais, os atletas do *Rio Yacht Club* conquistaram, por exemplo, 8 das 15 medalhas olímpicas do iatismo brasileiro³.



FIGURA 1 - Sede do *Rio Yacht Club*, Niterói, RJ.

AUTOR: Eduardo Guedes (fotógrafo). FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*.

² Existem 3 datas associadas à fundação do clube, no ano de 1914. 14 de abril é citada no primeiro artigo do estatuto do clube. 17 de maio é a data associada à realização do primeiro evento esportivo do clube. 25 de maio é a data da 1ª assembleia realizada pelos fundadores do clube. Fonte: livro 100 anos.

³ Inclusive a medalha de ouro, conquistada por Martine Grael, nas Olimpíadas do Rio em 2016.

O Clube, hoje, tem ainda menos de 200 sócios (de acordo com o que prevê seu Estatuto) e mantém tradições de seus fundadores ingleses - entre elas a de não permitir aos sócios que guardem ou transitem no clube com embarcações à motor (lanchas), configurando-se como um dos poucos clubes náuticos do mundo a dedicar-se unicamente ao iatismo⁴.

Segundo anedota corrente no *Rio Yacht Club*: "Quando o primeiro inglês chegou aqui não fez nada. Quando chegou o segundo, eles fundaram um clube". Este gracejo ilustra um hábito comum dos ingleses - reunir-se em clubes.

Em nossas pesquisas sobre o tema da origem dos clubes notamos que, de fato, eles parecem ter sido uma "invenção" inglesa. Porém, é importante aqui distinguir os clubes esportivos, dos quais trataremos, dos clubes sociais, originários de associações de nobres ou de trabalhadores urbanos, em diferentes períodos da história britânica, com motivações e objetivos distintos – e sobre dos quais não refletiremos aqui.⁵

Podemos afirmar que os clubes esportivos e a moderna prática esportiva têm sua origem relacionada ao período da primeira revolução industrial inglesa e ao surgimento do capitalismo, como aponta Tony Collins – professor e pesquisador do *International Centre for Sports History and Culture at De Montfort University, Leicester*.

Segundo este autor – em seu trabalho "*Sport in the Capitalist Society*" (2013) -, a partir do séc. XIX, com o crescimento da classe média urbana masculina (fruto do novo sistema capitalista), que dispunha de tempo e dinheiro para gastar com a nascente "indústria do entretenimento", os eventos e os clubes esportivos se desenvolveram. Collins ressalta que 50 clubes esportivos surgiram, na Inglaterra, depois da "comercialização do esporte", a partir do final do séc. XVIII, e afirma que "a criação dos clubes esportivos foi uma consequência da comercialização, da organização e do crescimento do esporte, em vez de sua causa" (2013, p. 10-11- tradução nossa).⁶

⁴ São permitidas apenas embarcações de apoio.

⁵ É válido notar que o êxodo urbano do período da primeira revolução industrial inglesa (final do séc. XVIII e início do séc. XIX) gerou uma enorme população de trabalhadores – em sua maioria vindos do interior do país - vivendo nas grandes cidades e necessitando de opções de lazer e de locais onde pudessem se reunir. Porém, a maioria das associações e clubes formados por estas comunidades não eram voltadas para às práticas esportivas - os esportes eram praticados apenas como atividades de lazer pelos aristocratas, que dispunham dos meios para tal.

⁶ No original: "*The creation of sports clubs was a consequence of the commercialisation, organisation and growth of sport, rather than its cause.*"

Assim, como a primeira nação a se tornar industrial e capitalista, a Inglaterra foi também o berço de muitos esportes modernos e da ideia de organizar a prática esportiva por meio do estabelecimento de regras, de códigos de "fair play", da criação de clubes, dos locais públicos para tais práticas e da organização de eventos comerciais esportivos (profissionalização do esporte). Segundo Collins "havia a riqueza para gerar tanto o interesse quanto o mercado para os esportes" (2013, p.6 – tradução nossa)

Esta prática organizada dos esportes – e da formação de clubes esportivos - também se mostra intensamente relacionada com o Império Britânico⁷ - em especial ao longo do denominado Segundo Império Britânico. Ao mesmo tempo que o esporte, nas colônias, oferecia uma opção de lazer e conectava os cidadãos ingleses à sua terra natal, funcionava também como forma de transmitir os valores ingleses às populações locais, em especial às elites – responsáveis por apoiar localmente o projeto Imperial. Segundo o pesquisador James Levett "o esporte na era Eduardiana era o coração da cultura imperial britânica" (2014, p. 11, tradução nossa)⁸.

A extensão da hegemonia cultural britânica sobre as colônias foi aumentada pelo desenvolvimento do esporte, com os jogos de *Rugby* e *Cricket* definindo o "mundo" britânico contra os "não civilizados" nativos. Se a cultura britânica era essencialmente "a exportação da ordem cavalheiresca (dos *gentlemen*), o esporte teve papel importante neste processo (Levett, 2014 - tradução nossa).⁹

Neste sentido, processo de fundação do *Rio Yacht Club*, por ingleses, em 1914, reafirma esta faceta do caráter britânico. Assim como ocorreu em várias cidades do mundo, em diversas épocas, por razões e com objetivos distintos, de fato, sempre que houve forte presença de grupos de expatriados ingleses, eles levaram consigo a tradição da prática de esportes e da formação de clubes.

⁷ Denomina-se como Império Britânico a Inglaterra e suas colônias. Os britânicos começaram a estabelecer colônias fora da Inglaterra desde o final do século XVI. Em 1783, o denominado Primeiro Império Britânico era extenso, incluindo a América e as Índias Ocidentais. Depois da independência da América, no século XIX, a Inglaterra estabeleceu o Segundo Império Britânico, que incluía a Índia e grande parte do continente Africano.

⁸ No original: *Sport in the Edwardian era was at the core of British imperial culture.*

⁹ No original: *The extension of British cultural hegemony over the colonies was aided by the development of sport, with the playing of rugby and cricket defining the British world against 'uncivilized' natives or 'effete' Orientals.29 If British culture was essentially, 'the export of the gentlemanly order,' then sport played an important part in that process.*

Nas cidades de Niterói - aonde se situa o *Rio Yacht Club* - e do Rio de Janeiro é possível encontrar diversos exemplos de clubes fundados por ingleses (ou por uma maioria de ingleses) no mesmo período da fundação do *Rio Yacht Club*, entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX, que corroboram a nossa afirmação - como o Rio *Cricket* (Niterói, 1897), o Paissandu Atlético Clube (Rio de Janeiro, 1872) e o Fluminense Futebol Clube (Rio de Janeiro, 1902), entre outros.

Como nos lembra a pesquisadora Patrícia Lório, autora do livro sobre história do Rio *Cricket*, o hábito de praticar esportes e atividades físicas não era comum no Brasil, no final do séc. XIX - especialmente para a elite e classe média locais. Embora a adoção deste costume não deva ser inteiramente creditada à presença dos estrangeiros, particularmente dos ingleses, é preciso reconhecer sua influência no Brasil. Segundo Lório, a partir de 1860, começaram a surgir “os primeiros embriões de clubes”, voltados para a prática do *Cricket*, e o hoje denominado Paissandu Atlético Clube seria o primeiro clube esportivo a ser oficialmente fundado na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do séc. XIX (2008, p. 19-24).

No começo do século XX, quando Niterói era a capital do Estado do Rio de Janeiro¹⁰ e sede de diversas empresas inglesas, como bancos e companhias ligadas a serviços de infraestrutura, o município atraiu profissionais ingleses e suas famílias que trabalhavam e desejavam viver na cidade.

Embora, em Niterói, já houvesse um “clube inglês” (o Rio *Cricket*), desde 1897, a prática do iatismo não estava entre as atividades desta instituição – que, inclusive, não se situava próxima ao mar. Assim, ainda que frequentassem o Rio *Cricket*¹¹, os ingleses interessados por este esporte se associaram a outro clube da cidade – aquele que é considerado como mais antigo clube de iatismo do Brasil¹² - o *Yacht Club Brasileiro* (YCB),

¹⁰ A condição de capital estabelecida à cidade (entre 1835 e 1975), determinou uma série de desenvolvimentos urbanos, dentre os quais, a implantação de serviços básicos como a barca a vapor (1835) efetuado pela Cantareira e Viação Fluminense, a iluminação pública a óleo de baleia (1837) e os primeiros lâmpões a gás (1847), abastecimento de água (1861), o surgimento da Companhia de Navegação de Nictheroy (1862), bonde de tração animal da Companhia de Ferro-Carril Nictheroyense (1871), Estrada de Ferro de Niterói, ligando a cidade com localidades do interior do estado (1872), bondes elétricos (1883) entre outros. Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=330330>

¹¹ Entre os fundadores e sócios do Sailing há muitos nomes em comum com o Cricket e os clubes realizavam diversos eventos em conjunto, até os anos 1950 (fontes: Livro Rio Cricket, Livro *Rio Yacht Club* e jornais da época).

¹² Fonte: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/modalidades/vela>

fundado no Rio de Janeiro em 1906 e transferido para Niterói em 1910. Este clube, que contava com um significativo grupo de sócios alemães, também contava com um expressivo número de ingleses entre seus sócios e diretores, e parte de sua primeira diretoria era composta por alguns personagens que viriam a ser os futuros fundadores do *Rio Yacht Club*.

Pelo que foi possível apurar em documentos encontrados nos arquivos do clube – redigidos posteriormente - e em pesquisas sobre o tema em jornais da época, por meio dos arquivos da biblioteca nacional¹³, o *Rio Yacht Club* foi fundado, em 1914, em Niterói (RJ), com o nome de *Rio Sailing Club*, como uma dissidência do *Yacht Club Brasileiro*.

Entre os documentos encontrados, destaca-se “*History of the Rio Sailing Club*”, redigido em inglês (não está datado) pela sócia Helen Turnbull, filha de um dos fundadores do clube, Harry R. Lathan. Neste relato, Helen ressalta que, embora o contingente de ingleses no *Yacht Club Brasileiro* fosse significativo, os ingleses decidiram formar um novo clube sobretudo porque, junto com os sócios escandinavos, preferiam que o foco das atividades do clube estivesse voltado para o esporte. No entanto, Helen também menciona, delicadamente, que a cisão se deu em 1914, “quando as nuvens da guerra se aproximavam” (tradução nossa).

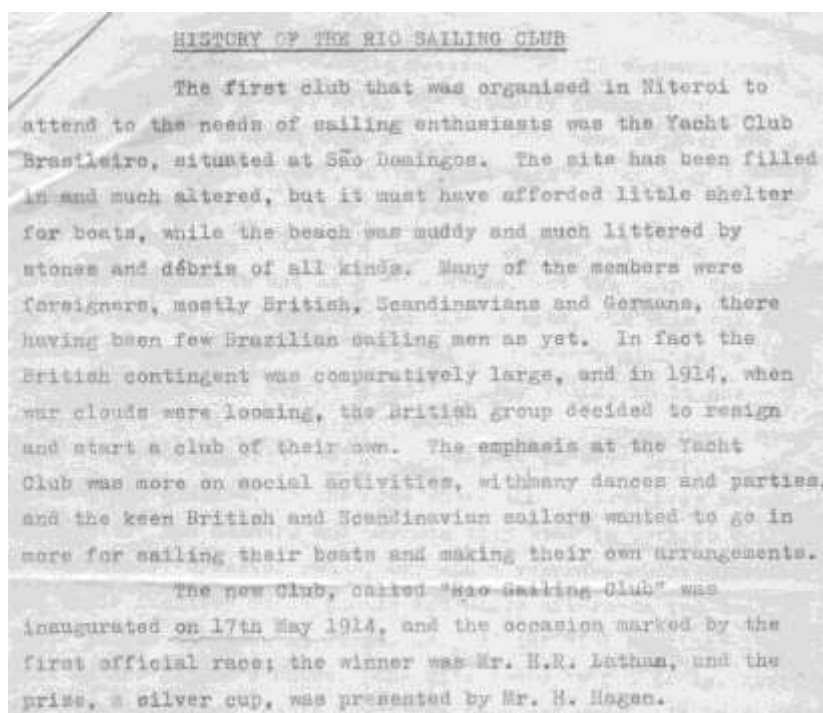


FIGURA 2 – Documento digitalizado (detalhe) “*History of the Rio Sailing Club*”. Autora: Helen Lathan (sem data). Fonte: acervo do *Rio Yacht Club*.

¹³ Fonte: livro “100 anos do *Rio Yacht Club – Sailing*”.

Em texto publicado na Revista *Yachting* Brasileiro de 1945, Harry Hagen (também um dos fundadores do *Rio Yacht Club*) afirma que:

“Como os sócios que procurassem o clube para festas e danças fossem mais numerosos que os que ali se dirigiam a fim de praticar a vela, sentiram-se estes últimos, os veleiros, prejudicados nas suas atividades e retiraram-se para fundar um novo clube que se dedicasse exclusivamente aos esportes náuticos” (p.34).

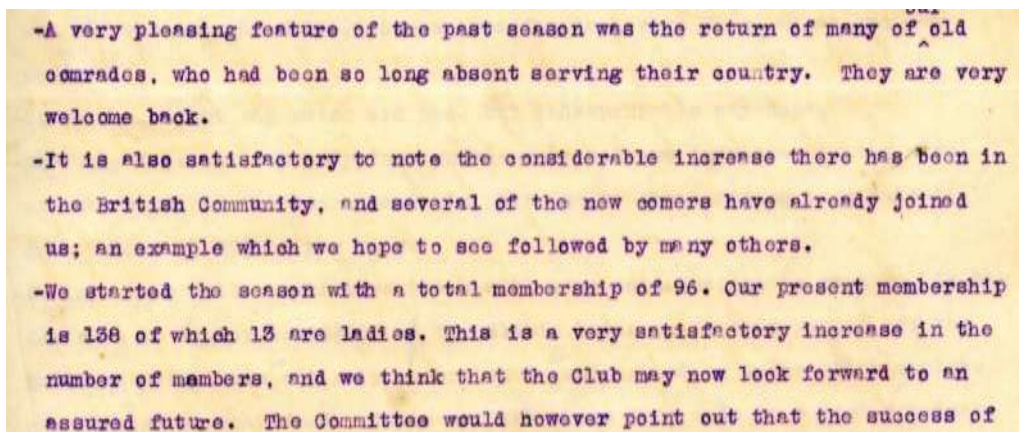
Por fim, algumas notas publicadas na imprensa da época dão pistas de que havia pontos de atrito, envolvendo membros ingleses da diretoria do *Yacht Club Brasileiro*, desde 1907 – quando foi publicada uma convocação para assembleia extraordinária que discutiria uma possível mudança do nome do YCB para “*Rio Yacht Club*” – fato que não ocorreu.

Assim, mesmo motivados por razões diferentes das acima citadas – em especial pelas divergências entre ingleses e alemães às vésperas da I Guerra Mundial -, foi fundado por um grupo de ingleses, em 14 de abril de 1914, na cidade de Niterói, o *Rio Sailing Club*. Embora não haja espaço aqui para contarmos detalhadamente a longa história desta associação, que se confunde com a própria história do iatismo brasileiro e foi fortemente impactada por fatos da história dos Brasil, há alguns aspectos que podemos destacar, em determinados períodos.

Os primeiros anos de funcionamento do clube foram marcados pela eclosão da I Guerra Mundial – em agosto de 1914. Segundo o relato de Helen Turnbull, a maioria dos membros mais jovens do clube juntou-se às forças de seus países no exterior e “durante os 3 anos seguintes, pouco se velejou” (tradução nossa). Helen segue relatando que aqueles que ficaram no Brasil dedicaram-se à busca de um local para a sede do clube e ao estabelecimento e organização das atividades esportivas.

Um dos documentos oficiais mais antigos guardados no *Rio Yacht Club*, uma ata de 1920, registra no “*General Committee’s Report 1919-1920*” algumas razões pelas quais o clube deve se “congratular”, até esta data. Entre os fatos em destaque, estão anotadas algumas das primeiras conquistas do grupo de fundadores, como a obtenção de um local para sua sede (alugado) e o registro oficial do clube (no Cartório do 3º Ofício de Niterói, em 1920). Este documento anota também o retorno de muitos dos “antigos camaradas” depois de servirem seus países na Guerra. Na sequência, menciona um aumento considerável da comunidade britânica, que acarretou um aumento também do número de sócios do clube - já que “muitos dos recém-chegados se juntaram ao clube” (tradução nossa). Este documento

revela também um fato curioso: entre 1919 e 1920, dos 138 sócios do clube, apenas 13 deles eram mulheres.



-A very pleasing feature of the past season was the return of many of old comrades, who had been so long absent serving their country. They are very welcome back.

-It is also satisfactory to note the considerable increase there has been in the British Community, and several of the new comers have already joined us; an example which we hope to see followed by many others.

-We started the season with a total membership of 96. Our present membership is 138 of which 13 are ladies. This is a very satisfactory increase in the number of members, and we think that the Club may now look forward to an assured future. The Committee would however point out that the success of

FIGURA 3 – Documento digitalizado (detalhe). Ata de 1920 “*General Committee’s Report 1919-1920*”. Fonte: acervo do *Rio Yacht Club*.

Nos primeiros 20 anos de atividade do clube, além do esporte à vela, eram praticados também outros esportes aquáticos¹⁴ - em especial a natação - e organizadas competições e eventos que reuniam a comunidade inglesa das cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, além de autoridades (embaixadores e outros) e visitantes ingleses – inclusive oficiais de navios de guerra britânicos que estivessem em serviço na Baía da Guanabara¹⁵.

O principal destes eventos era o *Sports Day*, um dia festivo anual muito comum nas instituições inglesas e que, no *Rio Yacht Club*, por se tratar de um clube prioritariamente voltado para os esportes aquáticos, era chamado de *Aquatic Sports Meeting*. Além das regatas e das provas de natação, havia também competições de *water polo* e *tilting*¹⁶. Encontramos um registro, também no “*General Committee’s Report 1919-1920*”, que aponta o sucesso alcançado pelos 2 eventos realizados no ano de 1919.

Estes eventos, os *Aquatic Sports Meeting*, continuaram sendo organizados pelo clube. De acordo com registros encontrados¹⁷ seguiram acontecendo, sem interrupções, até o início

¹⁴ O primeiro evento organizado pelo clube, em 17 de maio de 1914, teve provas de natação, polo aquático e iatismo.

¹⁵ Fonte: livro “100 anos do *Rio Yacht Club*”.

¹⁶ Jogo de provável origem escandinava, que consistia em confronto entre 2 competidores que ficavam de pé na proa de pequenos caíques e, munidos de “lanças” acolchoadas, deveriam derrubar o oponente.

¹⁷ Nas atas do clube, em outros documentos do acervo e por meio de pesquisa em jornais.

dos anos 1940 e, de forma mais espaçada, até os anos 1960. Nota-se, pela extensa documentação encontrada no clube, a grande importância desses eventos para a instituição – eram cuidadosamente planejados e configuravam-se como importante fonte de recursos para manter o clube, especialmente por meio da venda de ingressos e de espaços publicitários¹⁸. Há, nos arquivos do clube, um programa do evento, de 1936 (reproduzido parcialmente aqui), que traz anúncios de empresas inglesas como Shell e Electrolux, entre muitas outras.

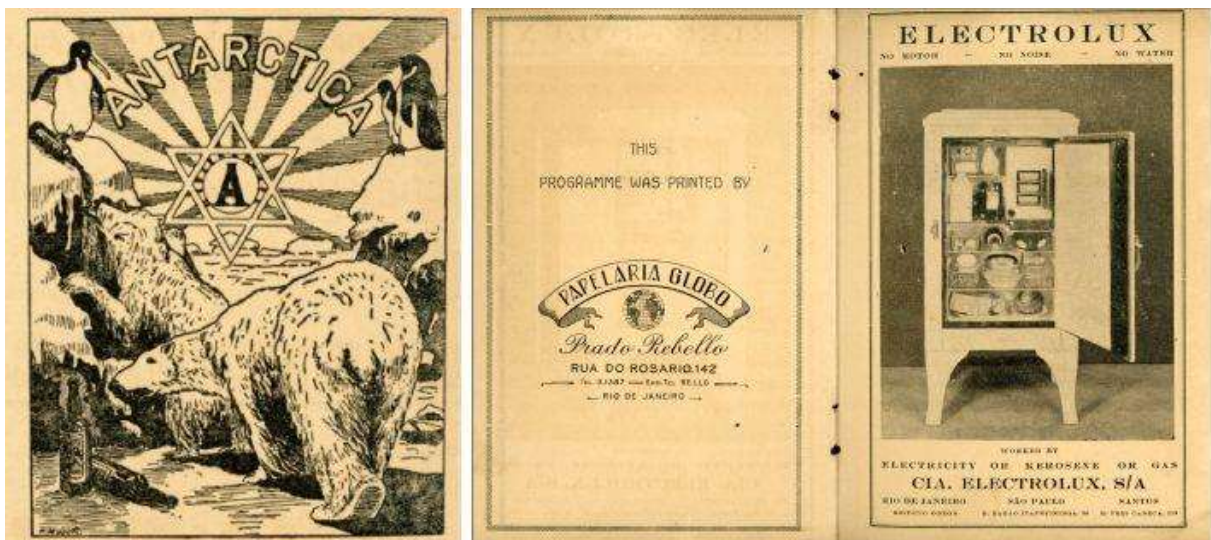


FIGURA 4 – Documento digitalizado (detalhes – capa e páginas) Programa “Rio Sailing Club Annual Aquatic Sports”. 1936. FONTE: acervo do Rio Yacht Club.

¹⁸ Fonte: livro “100 anos do Rio Yacht Club”.

A imprensa da época noticiava o evento e, em matérias de jornais e revistas é possível confirmar a presença maciça da comunidade inglesa, em especial dos embaixadores ingleses. Relevante notar também que as equipes de competição e muitos dos troféus oferecidos levavam o nome das empresas inglesas que prestigiavam a patrocinavam o evento¹⁹.

Ao longo dos anos 1920 e 1930, do ponto de vista do esporte, podemos destacar a criação da classe de barcos *Hagen Sharpie* por sócios do clube (tema que será explorado na sequência deste capítulo) e a realização de competições - com a participação ativa dos membros do clube na organização das primeiras competições de vela interclubes no Brasil.

Em 1921, *Rio Yacht Club* já organizava regatas femininas²⁰ e, nos anos que se seguiram, o clube permaneceu incentivando a participação das mulheres no esporte a vela, por meio da organização de eventos, com prêmios específicos, como as taças *Ladies Challenge* e “*The Polly Cup*” (oferecida por E. D. Truman, desde 1927/1928) - troféus que eram disputados em regatas que tivessem mulheres timoneiras.

O clube, desde os anos 1930, esteve também envolvido na formação das principais entidades (associações, ligas esportivas etc.) ligadas ao iatismo no país. Nos primeiros 20 anos da fundação do *Rio Yacht Club*, a prática deste esporte era pouco difundida no Brasil e não havia, no país, competições oficiais (a primeira competição nacional aconteceu em 1935, organizada pelo Clube Veleiros do Sul) ou federações e entidades organizadas. O iatismo era classificado como uma atividade recreativa, o que contribuía para que o *Rio Yacht Club* não fosse reconhecido como uma entidade esportiva – o que traria benefícios como, por exemplo, algumas isenções de impostos. Assim, depois de uma fracassada tentativa de se associar à existente Federação de Remo, desde 1934, o *Rio Yacht Club* esteve envolvido (a convite do Fluminense Yacht Club) na constituição da Liga Carioca de Vela e Motor, considerada como a primeira entidade do tipo no Brasil. No entanto, por sua condição de “estrangeiros”, os membros do clube participavam apenas como conselheiros (HIGGIN et al., 2014, p.26-72).

Embora o iatismo não fosse considerado ainda como um esporte, a dificuldade de reconhecimento do clube como entidade esportiva deveu-se, principalmente, às restrições

¹⁹ Fonte: livro “100 anos do *Rio Yacht Club*”.

²⁰ Segundo o livro “100 anos do *Rio Yacht Club*” não há registro de regata feminina mais antiga, no Brasil.

impostas pelo governo às entidades “estrangeiras” no país - que aumentaram ao longo dos anos 1935 a 1945, período do Estado Novo²¹. No acervo do clube, há diversos documentos do período que ilustram as dificuldades da instituição em entender e atender às regras e decretos publicados pelo governo brasileiro neste período.

Em 1938, por exemplo, o Decreto-lei nº 383, de 18 de abril, que vedava a estrangeiros a atividade política no Brasil e dava outras providências, chamou a atenção dos diretores do clube, que recorreram ao embaixador britânico, em busca de apoio. A ata da reunião de 11 de maio deste mesmo ano registra o debate sobre o tema dos Decretos - os membros do clube citam também um novo decreto, que proibiria a publicação de livros e jornais em idioma estrangeiro - e menciona que “ providencias diplomáticas estão sendo tomadas” e que os membros da diretoria deveriam obter “todas as opiniões legais possíveis” (traduções nossas)²².

Art. 3º É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

§ 2º. As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais. (BRASIL, 1938)

Em ata de 3 de novembro de 1938, encontra-se o registro de uma visita do Comodoro do clube à polícia, aonde foi avisado de que, para cumprir a legislação em vigor, a polícia deveria ser notificada sobre as reuniões do clube com pelo menos 5 dias de antecedência, a fim de que um detetive pudesse acompanhá-las. De fato, a ata de 4 de outubro de 1939, traz o registro da presença, na reunião de diretoria do clube, do Sr. Pinto da Silva, representante da polícia. Em 1940, a ata de 14 de junho registra que o rascunho dos Estatutos em português havia sido corrigido a fim de ser submetido à polícia.

Nesse contexto, em 1940, o ainda *Rio Sailing Club* foi também obrigado a mudar seu nome – uma vez que “*Sailing*” não era uma “palavra reconhecida neste país”, segundo consta

²¹ Nome com que é tradicionalmente designado na historiografia brasileira o período ditatorial que, sob a égide de Getúlio Vargas, teve início com o golpe de estado de 10 de novembro de 1937 e se estendeu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945. (Fonte: CPDOC – Verbetes – Estado Novo)

²² No original “diplomatic steps were being taken” e “obtain what legal opinions they could”.

em ata de 14 de junho (tradução nossa). Propôs-se então a mudança para *Rio Yacht Club*²³, aprovada por todos os presentes. Nesta mesma ata, encontramos também registros sobre a aprovação dos Estatutos pela polícia. No entanto, segundo o texto da ata, algumas mudanças ainda poderiam ocorrer, mediante aprovação do Ministério de Justiça, em resposta à uma petição apresentada pelo clube em setembro de 1938²⁴. Finalmente, a ata de 22 de agosto de 1941, registra a aprovação dos Estatutos do clube e do novo nome pelo Ministro da Justiça – embora tenha havido “considerável dúvida” em torno da palavra “Yacht”. Nesta ata está registrada também a contínua preocupação dos membros do clube com as constantes restrições e mudanças de leis brasileiras, as quais precisavam adaptar-se.

“A Legislação brasileira atual sobre o esporte cobre as atividades do clube, mas ainda não sabemos a extensão de como seremos afetados, portanto, não podemos fazer comentários úteis neste estágio. É provável, entretanto, novas regras sejam publicadas antes da próxima Assembleia Geral e a próxima Diretoria tenha que adaptar as atividades do clube a novas exigências” (Ata de 22/8/1941 - tradução nossa).

Ao longo deste período do Estado Novo, outras medidas governamentais também afetaram a rotina do *Rio Yacht Club* e preocuparam seus membros. Além dos tópicos acima mencionados, ressaltamos o fato da participação feminina no esporte ter sofrido fortes restrições no período. O Decreto-Lei 3199, de 14 de abril de 1941, pregava em seu artigo 54 que “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos (CND) baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. De fato, em 2 de setembro do mesmo ano, o CND formalizava as regras para os desportos femininos.

Dentro da longa lista de restrições, este Conselho proibia especificamente o beisebol, o futebol (campo, praia e salão), o halterofilismo, o *Rugby*, o *Waterpolo*, as lutas em geral, os saltos (tríplo e com vara) e o polo, além de restringir de diversas formas outras práticas esportivas permitidas. No entanto, o iatismo estava fora da lista dos esportes “proibidos” para as mulheres – na verdade, este esporte não foi nem mesmo citado no texto do CND. Assim, o

²³ As palavras Yacht e Club eram grafadas desta maneira, em 1940 – não havia as versões late e Clube, em português.

²⁴ Não encontramos registros sobre o teor desta petição. Apenas a menção, em ata de 14/6/1940, sobre a insatisfação do clube em ter obrigatoriamente um “presidente” no lugar de um “Comodoro” – tradição nos clubes ingleses de iatismo.

clube aonde as mulheres sempre participaram das atividades esportivas, em geral junto com os homens, continuou organizando eventos e oferecendo prêmios especialmente para suas esportistas femininas, ao longo dos anos 1940.

Neste período, as atletas do *Rio Yacht Club*, participaram com destaque dos polêmicos “Jogos da Primavera”, organizados pelo jornalista Mario Filho, a partir de 1949. De acordo com o Decreto 3199 vigente, havia competições esportivas femininas de atletismo, basquete, ciclismo, esgrima, hipismo, natação, vôlei, tênis, tênis de mesa, golfe e iatismo. Em seu trabalho “Os Jogos Femininos e a experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964)” e também em tese de doutorado (2012), a historiadora Claudia Maria de Farias, relata em detalhes às motivações e questões envolvidas na criação de tal evento esportivo – que se adequava às regras impostas para a participação feminina no esporte e promovia, junto com as provas esportivas, o concurso (de beleza) para eleger a “rainha da primavera”. No entanto, não há espaço para nos estendermos aqui sobre este interessante tema.

Para a nossa pesquisa, vale apenas registrar que – embora o *Rio Yacht Club* não estivesse inscrito nos Jogos – as atletas do clube, com destaque para Sheila Causer e Margrete Schmidt²⁵ participaram de diversas edições desta competição, com resultados expressivos - em 1953, Margrete foi pentacampeã de iatismo. Curiosamente, esta atleta também foi eleita como a “rainha da primavera” nos anos de 1949 e 1950.

Sheila e Margrete, entre outras, foram pioneiras do iatismo feminino no *Rio Yacht Club* – que se manteve sempre atuante, ao longo dos anos que se seguiram, conquistando inúmeros prêmios, que culmina com as conquistas olímpicas de Isabel Swan, em 2008 (primeira iatista brasileira a conquistar uma medalha olímpica) e de Martine Graef, em 2016 (primeira iatista brasileira a conquistar uma medalha de ouro em olimpíadas).

A história do clube foi, como vimos, impactada pelo contexto político da época, nos anos 1940 e 1950. No entanto, podemos destacar outros acontecimentos relevantes para a história do clube, no período, que não se relacionam a tal contexto. Em 1940, 26 anos depois

²⁵ Morta aos 28 anos em um desastre aéreo, Margrete Schmidt era considerada exímia velejadora e participou também de diversas outras competições, entre elas o Campeonato Brasileiro de *Snipe* em 1961 (vice-campeã, tendo como proeiro um dos seus irmãos, Erik) e o Campeonato Sul-americano de *Lightning*, 1960 (4o. lugar com o irmão Erik e Benjamin Sodré).

de sua fundação, o clube conseguiu adquirir o terreno em que estava instalado, passando a possuir uma sede e, no início dos anos 1950, foi possível iniciar a construção da sede social do clube (que se mantém a mesma, com alterações mínimas, até os dias de hoje).

As décadas de 1950 e 1960, destacam-se pelas conquistas esportivas. O clube, que ainda redigia suas atas em inglês, tinha, neste período uma maioria de sócios brasileiros – embora a maior parte deles fossem descendentes de britânicos e escandinavos. A partir dos anos 1950, o *Rio Yacht Club* começa a se sobressair como potência campeã de competições a vela, para além dos limites do Rio de Janeiro, com atletas vencedores de campeonatos nacionais e sul-americanos. Em 1965, os irmãos e atletas do clube Axel e Erik Schmidt conquistaram o tricampeonato mundial da classe *Snipe* (disputado na França e nas Ilhas Canárias) tornando-se os primeiros brasileiros tricampeões mundiais em um esporte – título que a seleção brasileira de futebol só alcançaria cinco anos mais tarde²⁶.

Nas décadas seguintes, o caráter inglês do clube foi se misturando às influências dos sócios de outras nacionalidades, especialmente os brasileiros. As atas e documentos, por exemplo, já passaram a ser escritos em português, desde 1968. O *Rio Yacht Club*, ao longo das últimas 5 décadas, vem reafirmando a sua importância no cenário do iatismo nacional e internacional, por meio da constante participação em competições, nas associações esportivas e da organização de regatas.

No entanto, não seria possível e nem pertinente nos estendermos aqui no que tange às conquistas esportivas do clube e de seus atletas. Podemos apenas ressaltar que, além das já citadas medalhas olímpicas conquistadas, os atletas do clube participaram de 18 olimpíadas, desde 1968, e conquistaram mais de 40 títulos mundiais em classes diversas de barcos, além de cerca de 260 títulos entre campeonatos pan-americanos, brasileiros, europeus, norte americanos e sul americanos²⁷. Seu atleta mais vitorioso, o iatista Torben Grael, é também considerado um dos maiores velejadores em atividade no mundo.

Em 2014, o *Rio Yacht Club* comemorou seus 100 anos, como um clube “vivo” e em plena atividade. Atualmente (2017), o clube organiza duas importantes regatas todos os anos

²⁶ Fonte: livro “100 anos do *Rio Yacht Club*” (2014).

²⁷ Fonte: livro “100 anos do *Rio Yacht Club*” (2014).

e, em 2016, participou ativamente das olimpíadas do Rio de Janeiro, com três de seus atletas classificados para as competições e com Torben Grael como técnico do time brasileiro de iatismo - além de ter sido a sede brasileira de times de atletas da Dinamarca, Irlanda e Nova Zelândia.

1.2. O ACERVO DO RIO YACHT CLUB: O CONJUNTO DE BENS CULTURAIS GUARDADOS NO CLUBE

Como já mencionamos, durante a etapa de pesquisas para a realização do livro sobre os 100 anos do *Rio Yacht Club*, a equipe responsável pelo projeto constatou que havia um conjunto de bens guardados no clube que tinham inegável relevância histórica e fonte primária de informação, inédita e ainda não estudada em seu potencial.

Para efeito de organizar o estudo deste acervo do *Rio Yacht Club*, optamos por dividi-lo em grupos, congregados aqui de acordo com suas características mais gerais. Dessa forma, repartiremos o conjunto em dois grandes grupos: documentos textuais e objetos tridimensionais. No grupo dos documentos textuais, trabalharemos com três subdivisões, sendo elas, os livros de atas, os livros-proposta para sócios e os documentos e impressos diversos. No grupo dos objetos, faremos também três subdivisões para troféus, objetos da sede do clube e embarcações – como mostra o quadro abaixo.



GRÁFICO 1 – Esquema. Divisão em grupos do acervo do Rio Yacht Club. FONTE: autor (2017).

A seguir, traçaremos um panorama geral de cada um dos grupos, de acordo com as informações apuradas e da pesquisa *in loco* realizada. Alguns dos conjuntos abaixo descrito

ou das peças que fazem parte deles, serão abordados novamente, no capítulo 3 dessa dissertação, e utilizados como exemplos sob os quais aplicaremos o instrumental teórico e prático da Museologia e sob os quais recairá o nosso “olhar museológico”.

DOCUMENTOS TEXTUAIS

O conjunto de atas do *Rio Yacht Club*

O conjunto de livros de atas do *Rio Yacht Club* é composto por um total de 9 exemplares. O mais antigo deles abrange o período entre 8 de março de 1919 e 5 de julho de 1923. Como a fundação do clube data de abril de 1914, provavelmente havia um primeiro livro que se perdeu - mas esta não é uma informação confirmada. Os livros existentes apresentam algumas lacunas de tempo entre si, como mostra o gráfico a seguir. Pode-se deduzir que as lacunas de anos representam livros e atas perdidas. As atas, assim como muitos outros documentos do clube, estão escritas em inglês até o ano de 1968. A partir do livro que inicia em junho de 1971, o idioma usado é o português.

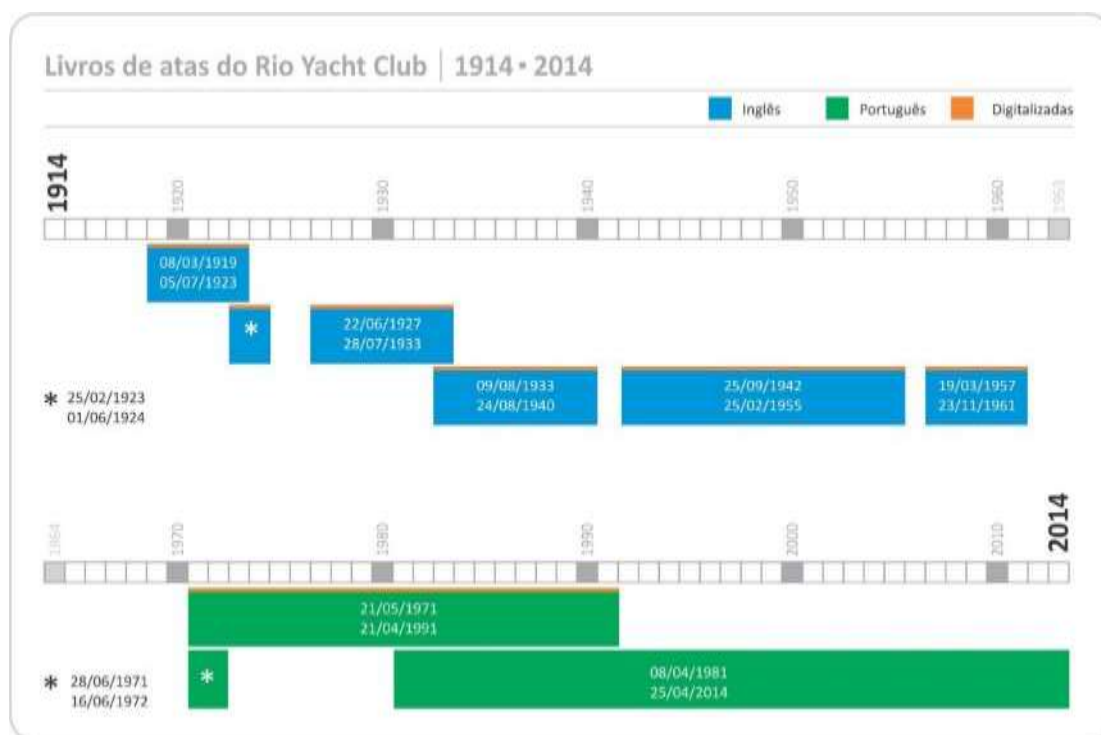


GRÁFICO 2 - Livros de atas do *Rio Yacht Club*, organizados em “linha do tempo”. FONTE: autor (2017).

Como também está assinalado (na cor laranja) no gráfico acima, a maior parte deste material se encontra digitalizado. Embora não se possa afirmar que este processo tenha

ocorrido da forma como recomendam os profissionais conservadores (tanto no que se refere ao manuseio dos livros, feito sem luvas específicas, quanto ao tipo de *scanner* e arquivo gerado) podemos afirmar que as imagens resultantes têm boa qualidade (300DPI em formato 1:1) e que foram numeradas sequencialmente, com informação sobre as datas – o que facilita enormemente a consulta e uma nova organização futura. Os organizadores do livro também se preocuparam em fazer *backups* dos arquivos gerados.

Os livros não apresentam padrão visual em relação a materiais, cores de capa ou dimensões, por exemplo. Alguns são livros claramente comprados prontos²⁸ e, em suas páginas, as atas (escritas à máquina de escrever) foram coladas enquanto que outros foram produzidos ou encadernados especialmente para o clube e trazem o nome da instituição gravado na capa. Alguns livros apresentam os textos escritos à mão diretamente em suas folhas pautadas e, a maioria deles, traz também outros documentos (como recibos, cartas e outros) colados nas páginas.



FIGURA 5 – Fotografias. Detalhes de livros de ata que mostram atas manuscritas, escritas à máquina, colagem de documentos. FONTE: autor.

²⁸ Há etiqueta do fabricante.

Sobre as atas, podemos afirmar que, de modo geral, se constituem em "registro escrito no qual se indicam as resoluções tomadas por um conselho deliberativo e os assuntos tratados em uma reunião, assembleia, convenção etc."²⁹ ou um registro escrito de uma obrigação contraída por alguém. Em instituições do tipo "clube", a redação de atas costuma ser medida obrigatória nas reuniões de diretoria e conselho. O *Rio Yacht Club* não foge à regra - todas as resoluções e questões abordadas nestas reuniões são registradas em atas, como prevê seu regimento interno (*Rio Yacht Club*, 1993). O conjunto de livros de atas guardados pelo clube é, portanto, um produto do funcionamento administrativo da instituição e vem sendo utilizado, principalmente, como ferramenta jurídica e como fonte de consulta - uma vez que as atas registram pleitos, discussões e decisões tomadas por suas sucessivas diretorias e devem ser obrigatoriamente guardadas por questões legais.

No entanto, mesmo uma breve leitura das atas do clube, em especial até os anos 1960, revela a riqueza desses apontamentos, que trazem bem mais do que um inventário das resoluções e questões práticas, relacionadas à administração do *Rio Yacht Club*. As atas tratam de assuntos do dia-a-dia do clube e registram também acontecimentos relacionados a história do latismo brasileiro e à vida de seus sócios. Ao anotarem cuidadosamente nas atas estes acontecimentos cotidianos e discussões relacionadas ao *Rio Yacht Club*, os membros do clube pareciam ter a exata dimensão da importância que estes arquivos teriam no futuro da instituição. De fato, a leitura das atas, realizada por ocasião da realização do livro "100 anos do *Rio Yacht Club*", permitiu que muitos dados e fatos históricos fossem "redescobertos" e, sobretudo, revelou um grande número de informações desconhecidas - até mesmo pelos sócios mais antigos do clube.

Para exemplificar aqui o que denominamos como "fatos redescobertos", podemos destacar a história do primeiro barco a vela projetado e construído no Brasil, por sócios do *Rio Yacht Club*, o *Haggen-Sharpie*³⁰. Ao longo dos anos 1915 e 1920, as discussões sobre o seu projeto, opiniões contra e a favor de sua concepção foram registradas em atas, com detalhes. Em reunião do Conselho, em 1919, por exemplo, há um longo trecho, no item "assuntos

²⁹ <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ata>

³⁰ Mencionada no tópico "O *Rio Yacht Club*" deste capítulo. Será relatada em detalhes no encadeamento deste texto.

gerais” que registra elogios e preocupações de membros do grupo com o novo modelo de barco desenvolvido e construído por Mr. Harry Hagen.

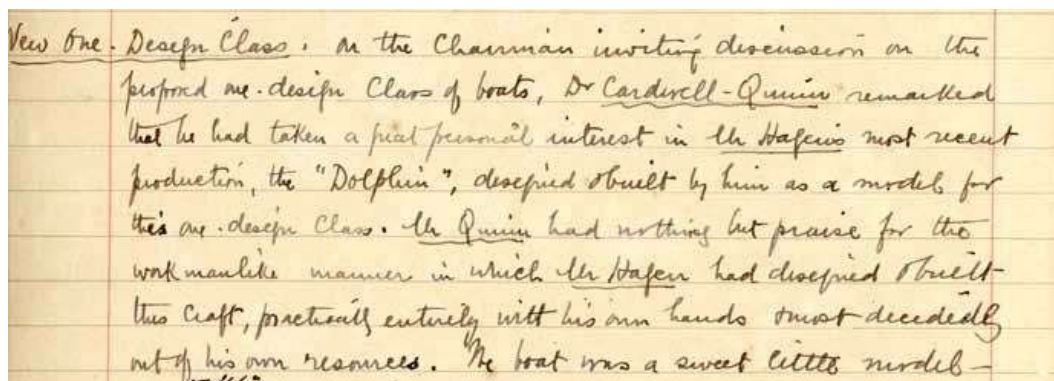


FIGURA 6 – Documento digitalizado. Detalhe de ata de reunião de Conselho em 1919
 FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*.

O protagonismo do clube na organização dos primeiros eventos e na formação das primeiras associações dedicadas ao latismo no Brasil e as muitas dificuldades encontradas pelo *Rio Yacht Club* para ser reconhecido oficialmente, como um clube esportivo, também estão detalhadamente registradas nas atas, ao longo dos anos 1930 e 1940, especialmente. Como já vimos antes (neste capítulo 1) e como abordaremos também a seguir (no tópico sobre pesquisa), os conflitos mundiais – e em especial a II Guerra Mundial – tiveram forte impacto na trajetória do clube e as atas trazem inúmeros registros que cobrem desde a participação de seus sócios neste conflito internacional até os problemas e dificuldades que ocorriam entre as instituições “estrangeiras” sediadas no Brasil e o governo de Getúlio Vargas.

Entre as histórias "desconhecidas", potencialmente merecedoras de pesquisas mais aprofundadas, há fatos curiosos como, por exemplo, a adesão de Alberto Santos Dumont ao clube, registrada em ata de 5 de abril de 1922, sem maiores detalhes.

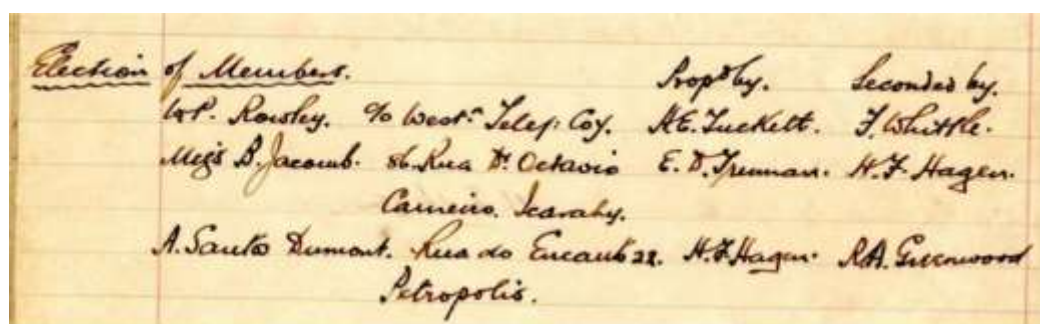


FIGURA 7 – Documento digitalizado. Detalhe da ata com a eleição de Santos Dumont como membro do clube (5/4/1922). FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*.

Também em 1922, a ata de 10 de maio cita o pagamento da premiação da regata feminina a *Ladies Race*, realizada em 7 de maio daquele mesmo ano e vencida pelo veleiro *Charming*. Sobre a premiação e esta competição pioneira para a sua época, até o momento, não foram encontrados maiores detalhes assim como não se conhece os nomes das componentes da tripulação do *Charming*³¹.

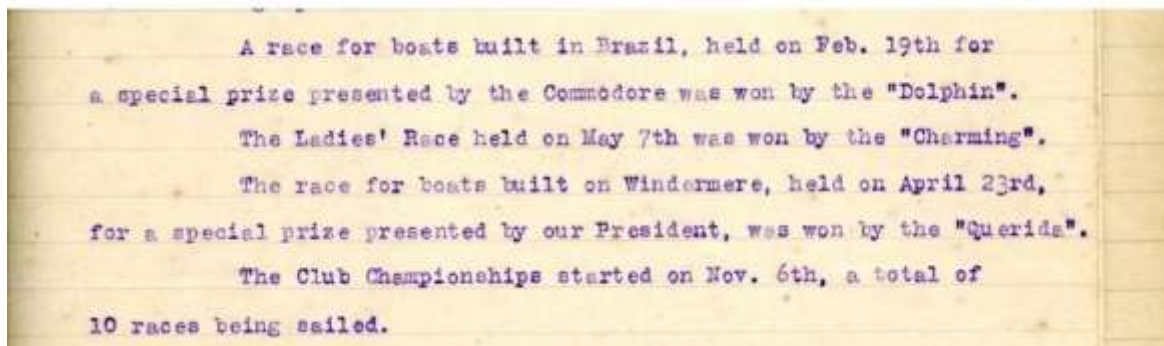


FIGURA 8 – Documento digitalizado (detalhe). Ata de 10/5/1922. Premiação “*Ladies Race*”.
FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*.

Como é possível perceber, este conjunto de livros de atas afirma-se como fonte de informações a serem ainda pesquisados e interpretados e devem ser conservados com o objetivo de “construir e aprofundar o conhecimento”. (ICOM, 2004, p. 27-28). Com isso, o valor dos livros de atas é reforçado como patrimônio do clube e a preocupação com a sua preservação se justifica.

Este conjunto de livros de atas do *Rio Yacht Club* será abordado novamente, como exemplo, no tópico “Conservação”, do capítulo 3 desta dissertação.

O conjunto de livros “*Candidates for Membership / Propostas para sócios*”

O conjunto aqui abordado é composto por três livros, que anotam as propostas para sócios da instituição em fichas manuscritas. O mais antigo deles abrange o período entre 28 de maio de 1938 a 13 de maio de 1944. O livro seguinte começa em 12 de julho de 1944 e vai até 25 de fevereiro de 1950 e o terceiro livro remanescente inicia os registros em 24 de novembro de 1962 e segue até 19 de junho de 1968.

³¹ Temas mencionados anteriormente, neste capítulo.



FIGURA 9 – Fotografias. Conjunto de livros “*Candidates for Membership / Propostas para sócios*”.
FONTE: autor (2015).

Os livros têm o mesmo formato (190 x 250 x 40mm) e são compostos por fichas impressas e preenchidas à mão, encadernadas em capa de couro (ou similar), com gravação na capa. As fichas que compõe os livros possivelmente foram desenvolvidas e impressas, sob encomenda, de acordo com as necessidades específicas do *Rio Yacht Club*, em relação aos campos para preenchimento³² que trazem. O livro mais antigo do conjunto é composto por fichas com enunciados em inglês, preenchidas também neste idioma. A partir do segundo exemplar, que se inicia em 1944, as fichas já tem o português como o idioma – tanto nos enunciados como na maioria dos textos preenchidos.

Os exemplares estão em razoável estado de conservação - há manchas amareladas nas páginas e algumas páginas estão se soltando - e as informações estão quase sempre legíveis, embora muitas fichas não estejam completamente preenchidas. O material está parcialmente digitalizado, da mesma forma que os livros de atas.

Assim como os livros de atas, estes livros também foram guardados e preservados, inicialmente, pelo *Rio Yacht Club*, por seu valor e utilização como registros administrativos da instituição. Estes livros foram criados e utilizados como documentos de arquivo do clube, no sentido já definido pelo glossário do CONARQ como “documento produzido (elaborado ou

³² Um dos livros apresenta uma etiqueta da Papelaria Machado Ltda, com os dizeres “Para obter um livro igual a este queira indicar este número 2237”.

recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência” (2014, p.18). É evidente a sua inserção no centro da estrutura administrativa do clube e o seu significado como documentos gerados pela instituição para executar sua atividade fim - uma vez que estamos tratando aqui de livros de registro de dados preenchidos por pessoas que se candidatavam a sócias do clube. E estes livros, como documentos de arquivo, estão ligados, em sua origem, ao valor de prova e também a valores fiscais e legais.



FIGURA 10 – Fotografias. Páginas contendo as fichas padrão, em inglês (esquerda) e em português (direita) preenchidas pelos candidatos a sócios. FONTE: autor.

Embora não seja possível saber ao certo as razões que levaram o clube a guardar estes exemplares até os dias de hoje, podemos deduzir que, a partir de determinado momento - quando não havia mais a necessidade legal de arquivá-los -, estes livros podem ter adquirido (aos olhos dos responsáveis pela instituição) um “novo valor”, como registro e como documento histórico. O que nos leva a crer que a percepção deste novo “valor histórico” pode ter justificado a preservação destes exemplares até os dias de hoje.

Pelo que pudemos concluir – por meio de pesquisa em atas da época -, ao longo deste período abordado, o sistema para admissão de sócios no clube consistia primeiramente no preenchimento desta ficha pelo candidato e em sua posterior “election” em reunião de diretoria. Era importante que os candidatos fossem indicados por dois membros do clube,

como vemos nas fichas. As atas do ano de 1939, por exemplo, trazem com frequência o tópico “elections”, com listas dos candidatos eleitos (tradução nossa) e seus proponentes. (FOTO).

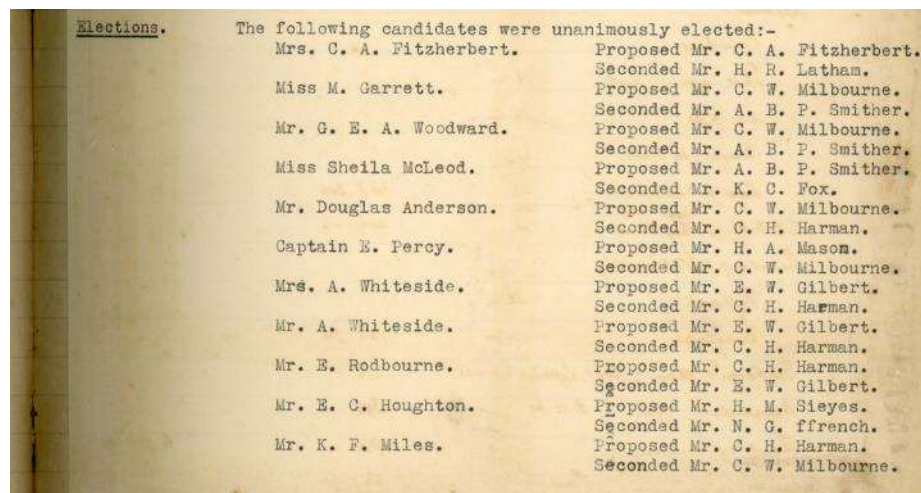


FIGURA 11 – Documento digitalizado. Detalhe da ata de 8/2/1939. Eleição de sócios no *Rio Yacht Club*. Acervo do *Rio Yacht Club*. FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*.

O conjunto de livros “proposta para sócios” será abordado novamente, como exemplo, no tópico “Pesquisa”, do capítulo 3 desta dissertação.

Outros documentos e impressos diversos

Os demais documentos guardados no clube ainda não foram, em sua maior parte, estudados, inventariados ou digitalizados. Esses documentos estão apenas depositados, sem nenhum tipo de ordem ou separação, em 6 caixas de papelão do tipo “arquivo” (FOTO). Assim, não podemos afirmar com precisão qual é o número de documentos guardados e igualmente não podemos discorrer aqui sobre a principal temática do conjunto e nem sobre o estado de conservação dos exemplares.

No entanto, é possível notar que, assim como os livros de atas e os livros Proposta para Sócios, trata-se de um conjunto aonde prevalecem os documentos administrativos do clube. Misturados uns aos outros, é possível encontrar recibos diversos, correspondência interna e externa do clube, apólices de seguro antigas, plantas arquitetônicas, escritura da compra do terreno da sede do clube e folhetos - entre muitos outros.



FIGURA 12 – Fotografias e documentos digitalizados. Carta redigida por H. Trieshuman (23/3/1940); caixas com documentos antigos (2015); Pasta com documentos antigos (2014); documentos antigos sem identificação (2014); Carta enviada ao clube pela Polícia Civil (9/6/1938); Apólice de seguro (22/3/1930); Apólice de seguro (detalhe); Recibo “The Royal Bank of Canada (1950); aceite de Obras Prefeitura de Niterói (28/8/1946); Carta recebida do Fluminense Yacht Club (6/6/1940); Planta arquitetônica da fachada da sede do clube (29/5/1950). Documentos do acervo do *Rio Yacht Club*. Fotografias autor (2016).

Muitos documentos estão dobrados e foram encadernados com grampos e clips metálicos. A maior parte apresenta manchas e não há padrão entre eles em relação ao estado de conservação. Algumas plantas arquitetônicas, utilizadas para a edição do livro sobre os 100 anos do clube foram digitalizadas em alta qualidade. Parte dos demais documentos também foi digitalizada.

Destacamos aqui o livreto “Regras internacionais de regatas a vela e determinações da Confederação Brasileira de Vela e Motor”, editado em 1944, e ofertado ao *Rio Yacht Club* pelo

iatista e sócio do clube Lars Grael, em 2015 – que, por ter sido incorporado ao conjunto por meio de doação, será usado como exemplo prático no tópico “Coleta” do capítulo 3 desta dissertação.

Este livreto de 52 páginas está em bom estado de conservação – embora apresente a capa solta e manchas amareladas nas páginas. Na primeira página, há uma dedicatória³³ e as páginas seguintes tratam da divulgação das regras internacionais de regatas à vela de forma bastante detalhada. As páginas finais do livreto trazem imagens dos códigos internacionais de sinais náuticos e uma lista dos sinais de emergência.



FIGURA 13 – Fotografias. Capa, folha de rosto com dedicatória, detalhe da capa que está se soltando no livreto “Regras internacionais de regatas a vela e determinações da Confederação Brasileira de Vela e Motor” (1944). FONTE: autor (2016).

OBJETOS

O conjunto de troféus do clube

Composto por cerca de 70 troféus³⁴ originais³⁵, conquistados em sua maioria, entre os anos 1920 e 1970 o conjunto é composto por peças de irrefutável valor histórico, a maioria do tipo taça (ou copa). Este conjunto é formado, em sua maior parte, por troféus de competições de iatismo (apenas 3 são troféus de natação). O mais antigo troféu data de 1908, e o mais recente de 1994. Porém, cerca de 90% das peças pertencem ao período entre 1920 a 1970. A maior parte deles foi conquistada por equipes de atletas do *Rio Yacht Club*.

³³ Texto da dedicatória: “Ao Cap. (?) Leopoldo de Paiva oferece (assinatura não legível)

³⁴ Não existia, no momento em que iniciamos esta pesquisa, um inventário completo e detalhado do material – embora 2 inventários simples tenham sido elaborados por sócias voluntárias nos anos 1950 e 2000.

³⁵ Não há réplicas no conjunto.



FIGURA 14 – Fotografias (montagem). Troféus do *Rio Yacht Club*. Taça Ladies Challenge (1926); The Western Cup; The Norway Cup; Commodore Cup (1944); Challenge Cup. AUTOR: Eduardo Guedes (2014). FONTE: acervo *Rio Yacht Club*.

Destacam-se no conjunto o que se considera ser um dos primeiros troféus conquistados pelo iatismo feminino no Brasil, em 1921. Neste ano, o *Rio Yacht Club* organizou a primeira disputa brasileira de iatismo feminino de que se tem registro³⁶. Como já mencionamos (no tópico sobre conservação deste trabalho), em ata do clube está descrita a vitória do veleiro *Charming*, porém sem identificar o nome da timoneira. A *taça Ladies Challenge*, conquistada pelo veleiro *Aileen* em 1926 e sem identificação da vencedora, também prova a participação ativa das sócias do clube no esporte da época.

³⁶ Fonte: 100 anos do *Rio Yacht Club Sailing*, 2014, p.84.

Há também taças e troféus que representam seguidas conquistas em competições de iatismo já extintas, como a *Commodores Cup*. Esta competição interclubes (entre o *Rio Yacht Club* de Niterói e o *São Paulo Sailing Club*) foi realizada pela primeira vez em 1921 e teve a sua última edição em 2002³⁷. Para conquistar esta taça, o clube precisava vencer a competição por três vezes consecutivas ou por cinco vezes alternadas³⁸. O conjunto conta também com troféus conquistados por classes históricas e extintas de barcos, como a classe *Hagen Sharpie*³⁹ e ainda com taças doadas por empresas e embaixadores ingleses no Brasil⁴⁰, refletindo a história da instituição e sua estreita relação com a colônia inglesa no país, especialmente até os anos 1960.

Parte do conjunto de troféus foi inicialmente inventariado por uma sócia do clube, por volta dos anos 1950, com imagens acompanhadas de um pequeno histórico dos troféus considerados mais importantes na época. Nos anos 2000 foi realizado um novo inventário (também por uma sócia voluntária do clube) mais amplo, porém menos detalhado em relação à história das peças. Se por um lado, faltam informações importantes e básicas sobre muitas peças, por outro há fotografias que identificam cada uma delas. Na época da realização do livro, esse conjunto, assim como alguns outros objetos, foi fotografado por profissional.

Os troféus encontram-se expostos na sede do clube em Niterói, RJ (FOTO), em vitrines especialmente feitas para acomodá-los. Porém, a organização dessas vitrines (aonde faltam informações para acompanhar as taças) e a limpeza das peças tem sido realizada por sócios voluntários, sem atender à padrões de conservação.

³⁷ Em maio de 2017, os clubes tomaram a iniciativa de realizar uma nova *Commodore Cup*, em São Paulo.

³⁸ O nome da regata surgiu em função da doação pelo comodoro do *São Paulo Sailing Club* da primeira taça destas regatas. Ao longo dos anos 1930 e até os anos 1970 esta competição aconteceu anualmente. A partir dos anos 1980, passou a ter interrupções. A última *Commodore Cup* foi disputada em 2002 e vencida pelo clube.

³⁹ Primeiro barco a vela monotipo projetado e construído no Brasil, por Harry Hagen (sócio do RYC). O primeiro modelo desta embarcação ficou pronto em 1915, já citado aqui anteriormente.

⁴⁰ Exs.: *Challenge Cup*, doada pela empresa *Western Telegraph* e Taça de natação (400 jardas) de 1921 doada pelo embaixador Sir Halph Paget.



FIGURA 15 – Fotografias. Sede do *Rio Yacht Club* e vitrines que guardam troféus.
FONTE: autor.

Dentro do conjunto acima descrito, para a nossa abordagem prática a ser desenvolvida no tópico “Documentação” do capítulo 3 desta dissertação, destacamos o troféu *Commodore Cup II F.L. Glass* (FOTO), conquistado pelo *Rio Yacht Club* em 1958, depois de cinco vitórias intercaladas, entre 1943 e 1958.



FIGURA 16 – Troféu *Commodore Cup F.L. Glass*.
AUTOR: Eduardo Guedes (fotografia). FONTE: acervo do *Rio Yacht Club*.

Este troféu foi escolhido por registrar uma competição de iatismo coorganizada pelo *Rio Yacht Club*, disputada pelos barcos da classe *Hagen Sharpie* (até os anos 1950) e de grande importância histórica para o clube. No entanto, o que torna esse troféu ainda mais relevante, enquanto elemento a ser pesquisado e documentado, é o fato de que o veleiro *Sealark* –barco desta classe histórica pertencente ao acervo do clube e objeto de estudo em nossa dissertação– ter participado ativamente das muitas regatas *Commodore Cup*, realizadas no período a que se relaciona este troféu, que levaram o clube a obter a posse definitiva do mesmo.

Além disso, podemos afirmar que o valor simbólico dos troféus se constitui em seu maior atributo. Assim, dissociados da informação extrínseca que se refere a eles, perdem grandemente o seu valor – o que os torna objetos que proporcionam ricas reflexões, em especial quando se trata de documentá-los.

Objetos da sede do clube

Este conjunto - totalizando cerca de 80 objetos, expostos na sede social do clube - é bastante diverso e ainda não foi completamente inventariado.

No conjunto destacam 17 brasões de navios de guerra ingleses, que testemunham uma antiga prática do clube. O *Rio Yacht Club* recebia com frequência os oficiais de navios de guerra ingleses que aportavam na cidade. Regatas de equipe entre o *Sailing* e a guarnição dos navios eram comuns e, após uma delas, a tripulação presenteou o clube com seu brasão para figurar na parede do bar. Desde então, vários navios da *Royal Navy*, que fizeram escala no Rio, deixaram sua marca, com um novo brasão na parede.

Há também objetos curiosos como o sino que pertencia ao navio dinamarquês *S/S Birte*, construído em 1922 e vendido ao Brasil em 1930 (doado ao clube pelo Capitão M. R. Chapman Jr., em 1972) e uma peça do naufrágio da famosa fragata inglesa *HMS Thetis*, ocorrido em 1830 em Cabo Frio. Com uma tripulação de 300 homens e armada com 46 canhões, a *Thetis* voltava para a Inglaterra com US\$ 810 mil, em valores da época. Não se conhece muito sobre, detalhes e razões pelas quais a maioria desses objetos foi guardada no clube.

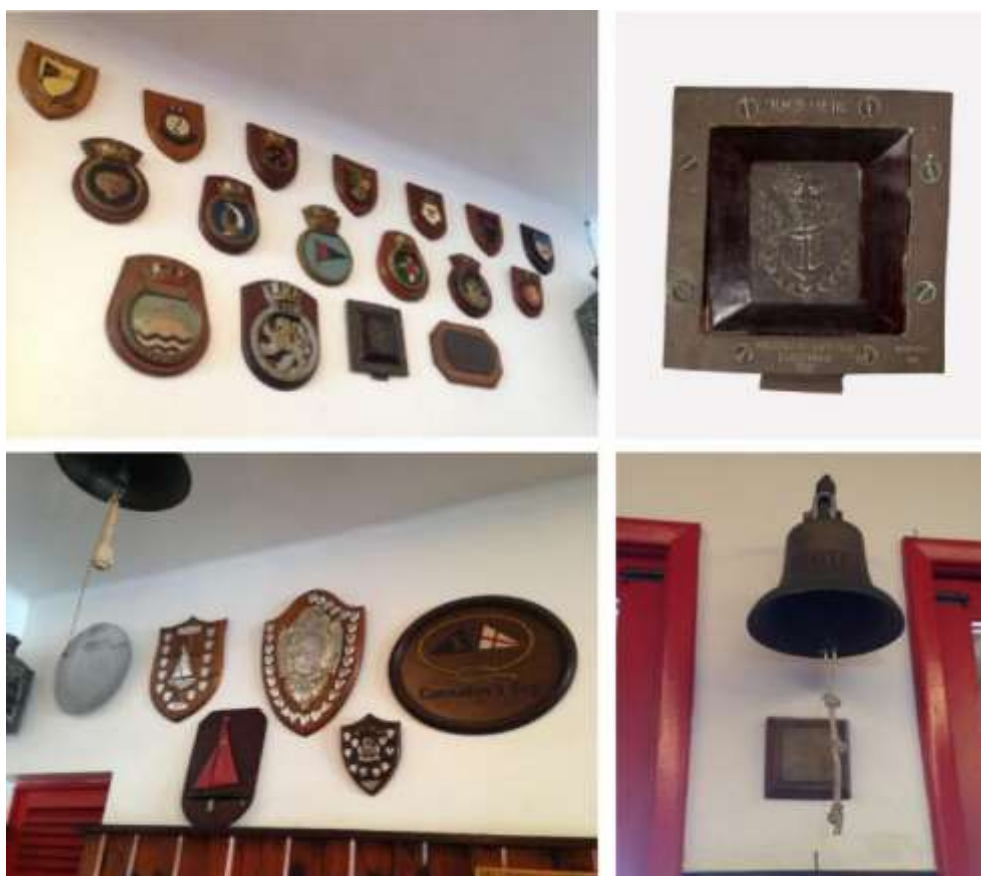


FIGURA 17 – Fotografias. Sede do *Rio Yacht Club* (bar). Sede do *Rio Yacht Club* (objetos que estão nas paredes do bar do clube). Brasões de navios ingleses; peça do navio *Thetis*; placas comemorativas e escudos; sino do Navio *S/S Birte*. FONTE Eduardo Guedes e autor.

O clube possui apenas uma embarcação em seu conjunto de bens. O “*Sealark*”, barco da classe monotipo *Hagen Sharpie*, tem enorme importância tanto para a história do clube quanto para a história do iatismo brasileiro – tendo sido a classe *Hagen Sharpie* a primeira de barcos à vela projetados e construídos no país⁴¹.

O “*Sealark*” pertence a segunda geração dos *Hagen Sharpies*, em projeto aprimorado e desenvolvido também por membros do *Rio Yacht Club*. Em 2014, o iatista Torben Grael restaurou o barco como parte das comemorações dos 100 anos do clube.

⁴¹ Tema abordado anteriormente, no contexto da história do *Rio Yacht Club* e também quando abordamos detalhadamente o conjunto de atas.

Podemos afirmar, com segurança, que nenhuma outra classe de barcos está mais ligada ou mais identificada com o *Rio Yacht Club* do que esta classe *Hagen Sharpie*. Além de levar o nome de Harry Hagen, um dos fundadores do clube e criador de seu primeiro projeto, a classe tem sua importância histórica aumentada – e estendida à história do iatismo brasileiro - por de ter sido a primeira classe de barcos monotipo⁴² do Brasil, que marcou presença nas águas da Baía da Guanabara, em competições e passeios, por mais de 30 anos.

No ano de 1945, Mr. Hagen (como era conhecido no clube) foi convidado a escrever um artigo na revista “*Yachting Brasileiro*” sobre o esporte à vela na Baía da Guanabara. Nele, relata como se deu a fundação do *Rio Yacht Club* e descreve, detalhadamente, a história desta classe de barcos de 6 metros. Nas palavras de Mr. Hagen:

“No início do clube não havia construtores de barcos a vela de esporte ou de recreio: assim ou eram eles importados do estrangeiro ou então um ou outro armador construía o seu próprio barco. Foi por esse motivo que, em 1915, durante a guerra, não sendo possível importa-los, idealizamos o que hoje chamamos de “Hagen-Sharpie”. Procuramos desenhar um iate que qualquer carpinteiro naval ou mesmo amador, com pouca prática na construção de iates, pudesse construir sem dificuldade.” (1945, p.35)

O projeto desenvolvido por Mr. Hagen tinha um formato de casco diferente do usual (redondo), facilitando a construção do barco, economizando madeira e oferecendo estabilidade e segurança aos velejadores. O projeto era também inovador, na medida em que utilizava uma bolina⁴³ de madeira – e não de ferro como era habitual na época. Isso o tornava mais leve, mais seguro e contribuía também para facilitar a sua execução (1945, p.35).

No entanto, os primeiros desenhos apresentados por Mr. Hagen não teriam sido bem recebidos pelos “entendidos” e por parte dos velejadores do clube – que estavam em busca de uma solução para resolver as dificuldades de importação e de construção de veleiros na época, e diante do anseio ter uma classe *one design*⁴⁴. Segundo Harry Hagen, sobre o projeto apresentado, “nunca tinham visto coisa parecida e achavam que não poderia velejar” (1945,

⁴² O termo monotipo, aplicado a competições, se refere a um tipo de corrida onde todos os barcos devem ter desenhos idênticos ou muito similares. Hoje comuns, os barcos monotipos eram raros no Brasil, nos anos 1920. Com isso, era necessário utilizar uma fórmula para compensar as diferenças entre os modelos de embarcações, em regatas, chegando a um resultado final mais justo. Este sistema de compensações é ainda utilizado em regatas de barcos do tipo “oceano” (Fonte: livro 100 anos do *Rio Yacht Club – Sailing*).

⁴³ Lâmina de ferro, madeira, fibra ou chumbo, presa à quilha e que evita o deslocamento lateral da embarcação.

⁴⁴ Sinônimo de monotipo. Vale ressaltar que, o desejo de adotar ou de desenvolver uma classe de barcos *one design*, se justifica pelo objetivo de organizar regatas mais competitivas.

p.36). Em ata que registra uma reunião de Conselho, em 1919⁴⁵, no item “assuntos gerais”, encontramos apontamentos de comentários de membros do clube sobre o projeto apresentado. A maioria deles entendia ser mais adequado reproduzir o projeto dos “*Water Wags*” – classe já existente de barcos – embora com altos custos de construção. Mesmo assim, um primeiro modelo foi construído pelo próprio Harry Hagen, com a ajuda de um carpinteiro – o veleiro *Dolphin* - e apresentou ótimos resultados na água. Na sequência, outros barcos foram construídos ⁴⁶e, segundo Mr. Hagen, três deles ainda navegavam em 1945 – 25 anos depois de sua construção (1945, p.36).

Porém, por volta do ano de 1935, muitos barcos da classe precisavam ser substituídos ou modernizados – especialmente por conta da melhoria nas técnicas construtivas e de novos conceitos sobre as regatas. Com isso, o projeto original sofreu algumas alterações, com a colaboração do experiente velejador e sócio do clube, o dinamarquês Preben Schmidt. Fazendo valer a sua experiência de velejar por 10 anos nos primeiros modelos dos *Hagen Sharpies*, Preben Schmidt juntou-se a Harry Hagen para modernizar o desenho do *Hagen Sharpie* que, depois de 20 anos de uso, provara ser um barco veloz, de fácil manejo e resistente às águas e eventuais ventos fortes da baía da Guanabara – além de ser adequado às regatas e passeios.

Não iremos aqui entrar em detalhes sobre o projeto do ano de 1936, mas podemos apenas ressaltar que as alterações mais significativas foram no desenho da proa do barco, que passou a ser afilada, aumentando o comprimento do casco, e no formato da vela principal, que passou a ser triangular.

Logo apareceram interessados em adquirir o novo modelo e os barcos construídos, a partir do desenho de 1936, levavam sempre o nome de pássaros aquáticos, em inglês. Estes barcos, para três tripulantes (em regatas), foram usados nos anos seguintes também para passeios. Nesta época, os barcos eram construídos por um estaleiro (Matias) e também por um sócio do clube (Morgan Thomas). Em 1945, já existiam cerca de 15 barcos em atividade e

⁴⁵ Reproduzida no tópico sobre conservação desta dissertação.

⁴⁶ Além do *Dolphin* (numeral 12) há registros no RYC dos seguintes barcos, construídos nesta época: *Swordfish* (5), *Starfish* (6), *Minnow* (20), *Flyingfish* (22), *Goldfish* (23).

– aconselhada pelo respeitado velejador José Pimentel Duarte⁴⁷ – a Marinha Brasileira adquiriu três unidades para a Escola Naval (Sirius, Procion e Canopus). Em seu artigo na *Yachting Brasileiro*, Mr. Hagen afirma, otimista que “a escola naval já tem prontos 3 iates dessa classe, e consta que vai mandar construir mais 7, a fim de fazer disputar o seu campeonato de vela em iates desse tipo”. (1945, p. 37)

Esta classe *Hagen Sharpie* teve o seu apogeu nos anos 1950, quando o estaleiro Max Janke também passou a produzir estes barcos. O Pelican, o vigésimo segundo *Hagen Sharpie* do *Rio Yacht Club* e cujo modelo está exposto no bar da instituição, ilustra este período. No final dos anos 1950, as regatas *Commodores Cup*, já mencionadas aqui⁴⁸, eram disputadas em Niterói e em São Paulo por 8 barcos desta classe.

A maioria das velas era trazida da Inglaterra, fabricadas por Cranfield & Carter, veleiros de renome internacional. Quase todas eram coloridas, a maior parte vermelha. Isto dava às nossas regatas um aspecto todo peculiar, permitindo identificar de longe a participação dos *Hagen-Sharpies* nas competições. Ainda não estavam sendo comercializados os tecidos plásticos e as velas eram todas de algodão, o que exigia um cuidado especial no seu tratamento. (Texto/depoimento Djalma Ferreira, 2014)

A partir dos anos 1960, os velejadores do *Rio Yacht Club*, seguindo uma tendência da época, passaram a ser interessar pelas classes de barco internacionais – que futuramente lhes dariam a oportunidade de competir em nível nacional e internacional. Os especialistas do *Rio Yacht Club* relacionam a decadência da classe *Hagen-Sharpie*, em especial, à chegada ao país da classe internacional de barcos *Lightning*. Além disso, a liberalidade das especificações de construção dos *Hagen-Sharpies*, comparada à rigidez de regras das classes internacionais, em termos do padrão entre os barcos, parecem também ter contribuído para o declínio da classe.

No início da década de 1960 só restava pouco mais de uma dúzia de barcos. Este número foi encurtando e hoje no clube só resta um exemplar da classe que foi o orgulho do Rio Sailing Club – o *Sealark*, de numeral 3-8. Em 2014 foi restaurado pelo clube em comemoração aos 100 anos do Sailing. (HIGGIN et al., 2014, p.135)

O veleiro *Sealark* faz parte da segunda geração de *Hagen-Sharpies*. Segundo informações obtidas por meio de conversas com sócios do clube, o barco teve como primeiros

⁴⁷ Considerado como um dos baluartes do iatismo brasileiro. José Candido Pimentel Duarte, foi diretor da revista *Yachting Brasileiro*, contribuiu para implementar classes de barcos e competições no país.

⁴⁸ No tópico sobre história do clube, no capítulo 2 desta dissertação.

proprietários Mary Wakefield e Dennis Maysy, nos anos 1940. Em seguida, foi vendido ao velejador Gastão Fontenele Pereira de Souza, presidente da Confederação Brasileira de Vela e Motor - que participou ativamente das regatas da época, inclusive representando o clube em regatas *Commodores Cup*. Pelo que pudemos apurar, este veleiro teve outros donos, mas o último deles foi o sócio Geraldo Andrade Filho. A doação do barco ao *Rio Yacht Club* foi feita por seu filho, José Joaquim, depois de sua morte. No entanto, não sabemos ainda o que teria motivado José Joaquim a doar o barco ao clube.

Desde então, o barco ficou guardado no clube. Em 2013, suas condições eram bastante precárias. Neste ano, o iatista Torben Grael, tomou para si a tarefa de reformar o *Sealark*. Em 2014, o barco voltou a navegar e foi colocado na água, com iluminação especial e em lugar de destaque, na festa que comemorou os 100 anos do clube. O *Sealark* também ficou exposto no gramado do clube em outras ocasiões e regatas festivas.

O veleiro *Sealark* será o exemplo abordado no tópico “Comunicação” do capítulo 3.



FIGURA 18 – Fotografias. Inauguração do Veleiro *Sealark* reformado em 2014 (com Torben Grael à frente); o *Sealark* antes da reforma (2013); o *Sealark* na festa de 100 anos do clube. FONTE: Brian Higgin e autor.

CAPÍTULO 2

CONTEXTO CONCEITUAL DO PATRIMÔNIO: A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO DO *RIO YACHT CLUB*

Tomando como ponto de partida a reflexão sobre as origens e a história do conceito de patrimônio, analisamos a configuração do patrimônio no Brasil e também algumas de suas definições, oferecidas e publicadas pelas instâncias competentes que tratam do tema. Consideramos, na sequência, o tema da patrimonialização, refletindo sobre a estreita conexão entre patrimônio, patrimonialização e Estado.

Sem perder de vista o nosso objeto de estudo, o acervo do *Rio Yacht Club*, estreitamente relacionado ao esporte (iatismo), direcionamos o foco de nossa pesquisa para o Patrimônio Esportivo, reforçando a sua configuração como um campo de estudo - dentro do contexto geral do Patrimônio - e como parte integrante do patrimônio mundial. Nesta etapa, analisamos a configuração e o entendimento sobre o tema do Patrimônio Esportivo nos contextos francês, inglês e brasileiro.

Ainda sem perder de vista este acervo tão característico – e não patrimonializado -, seguimos buscando apreender como se constrói um patrimônio. Com isso, nossa pesquisa se desenvolve no sentido de abordar a noção de valor – e sua atribuição a determinados bens - como o agente que justifica e motiva a construção dos patrimônios e também como o principal parâmetro utilizado para legitimação dos patrimônios, por meio de processos de proteção legal e de patrimonialização.

2.1. REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Desde a origem do termo Patrimônio- relacionado à herança, ao Direito de família e aos bens que passam de pai para filho -, o conceito e a ideia de patrimônio vêm sendo revistos e questionados. Na França pós-revolução francesa (no início do séc. XVIII), o patrimônio ampliou seus domínios em direção à esfera do coletivo, do público, ligando-se definitivamente ao Estado e a ideia de uma identidade nacional - apoiada na memória da nação. Outros importantes e significativos momentos do que seria a história do patrimônio compreendem a transição do nacional para o mundial, com a criação da UNESCO, depois da 2ª Guerra Mundial;

a compreensão do patrimônio natural; a presença, cada vez maior, de representações das atividades quotidianas nas listas de proteção patrimonial e a inserção dos bens imateriais no contexto do patrimônio (LIMA, 2012, p.31-50).

No entanto, embora cientes de que, ao tratar deste conjunto de bens guardados no *Rio Yacht Club*, as mudanças e a ampliação do conceito de patrimônio permeiam as reflexões que faremos a seguir, o tema da história do Patrimônio se distancia do foco desta pesquisa. Assim, a partir da legislação que define e protege o patrimônio brasileiro, faremos algumas considerações sobre temas mais diretamente relacionados ao nosso ponto focal: o conjunto de bens guardados por uma instituição privada brasileira, o *Rio Yacht Club*.

No Brasil, desde 1934, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, começaram a ser criadas também uma legislação e regras específicas para tratar o patrimônio nacional. Em 1937, com a criação do SPHAN e de outros órgãos públicos ligados à gestão do patrimônio, as discussões evoluíram até culminar nas mudanças ocorridas em 1988, com a aprovação da nova Constituição Brasileira.

Esta Constituição Brasileira, de 1988, trouxe alterações na esfera do patrimônio nacional⁴⁹, acompanhando também as mudanças ocorridas no âmbito internacional e, ao mesmo tempo, influenciada pelas Cartas e Recomendações patrimoniais publicadas pela UNESCO. O artigo 216, além de conceituar o patrimônio cultural brasileiro, enumera os bens de natureza material e imaterial, determina a possibilidade de punição aos danos e ameaças ao patrimônio e apresenta os instrumentos legais para sua promoção e preservação. A Constituição de 1988 define o patrimônio cultural de forma ampla, como os bens “De natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O texto de 1988 traz ainda a inclusão do patrimônio imaterial e a menção à relação entre patrimônio, memória e identidade. Na esteira dessa significativa mudança na definição do patrimônio, vem a possibilidade de que a indicação dos bens a serem patrimonializados

⁴⁹ Antes de 1988, o Decreto-Lei Federal nº 25 (primeira norma jurídica brasileira de que se dispõe objetivamente sobre patrimônio), definia patrimônio histórico e artístico como “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). T

possa também partir da sociedade, representada por seus diferentes grupos – ao contrário do que ocorria antes, quando este tipo de escolha emanava unicamente do Estado.

No Brasil, o processo de patrimonialização dos bens culturais se dá, principalmente, pelo recurso legal do tombamento⁵⁰. O Decreto-Lei 25, que data de 1937, é a lei nacional que rege a matéria e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a instituição federal incumbida de exercer as competências nele previstas. O tombamento é concebido como o ato legal, final, resultante de procedimento administrativo mediante o qual o poder público, intervindo na propriedade privada ou pública, integra-se na gestão do bem material ou imaterial, móvel ou imóvel de caráter histórico, artístico, arqueológico, documental ou natural, sujeitando-o a um regime jurídico especial de tutela pública, tendo em vista o interesse coletivo em sua preservação (CARVALHO, A.C; 2011, p. 117-119)

Em 2013, foi instituído no Brasil um outro instrumento legal de proteção patrimonial, que se distingue por tratar dos bens musealizados e também daqueles passíveis de musealização e por nomear o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) como o órgão federal responsável por orientar os proprietários desses bens sobre as medidas de proteção permitidas na legislação: o Decreto nº 8.124/13, que define os termos e regras para que bens particulares sejam considerados de interesse público.

Este Decreto prevê que o proprietário ou responsável pelo bem “ [...] de interesse público” fica obrigado a tomar uma série de medidas em relação ao mesmo - com destaque para ações que visam sua proteção e preservação, pela obrigação de informar anualmente o IBRAM sobre o estado de conservação do bem ou sobre ocasionais danos, furto, extravio, etc. e de comunicar ao IBRAM eventuais dificuldades que impossibilitem a garantia da proteção e preservação do bem. O proprietário ou responsável pelo bem só poderá intervir no mesmo com prévia anuência do IBRAM e não poderá retirá-lo de forma permanente do país. Além disso, em um dos pontos polêmicos da regulamentação, o IBRAM tem o direito de preferência

⁵⁰ Além do tombamento, o patrimônio cultural brasileiro é alvo também de outros instrumentos jurídicos que buscam a sua preservação e promoção. Desapropriação, por exemplo, é também um ferramental legal comumente utilizado. A constituição brasileira também prevê que, no caso de omissão de norma federal, os estados e municípios poderão legislar sobre proteção e preservação de seus patrimônios.

em caso de alienação onerosa do bem. Por fim, o proprietário ou responsável pelo bem cultural, declarado de interesse público, será responsabilizado nas esferas administrativa, civil e penal pelos prejuízos causados pela omissão na prestação das informações previstas por lei.

Depois de analisar os principais mecanismos legais de proteção patrimonial no Brasil, fomos em busca das definições contemporâneas de patrimônio, oferecidas e publicadas por instâncias competentes, nacionais e internacionais, que tratam do tema.

Neste sentido, vale ressaltar que, no Brasil, a legislação e a configuração do conceito de patrimônio vêm sendo influenciadas pelo entendimento - europeu e fundamentado no patrimônio material - do patrimônio como um bem público, formador da memória e da identidade nacionais. Assim, a noção brasileira de patrimônio, que segue este modelo europeu, vincula-se também às instituições internacionais que tratam do tema como UNESCO e ICOM, por exemplo.

Em definição publicada em seu *website*, a UNESCO apresenta uma acepção ampla do patrimônio, com foco em sua importância como formador e mantenedor da identidade.

“O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade”. (UNESCO,2016)

O ICOM (*International Council of Museums*), organização parceira da UNESCO, nos oferece – no glossário de seu Código de Ética (Brasil, 2008) – a definição de patrimônio cultural como sendo “todo objeto ou conceito considerado de importância estética, histórica, científica ou espiritual” e o distingue do patrimônio natural.

A publicação “Conceitos-Chave da Museologia” (2013), também editada pelo ICOM⁵¹ parte da definição de Roland Arpin⁵² para oferecer uma reflexão mais detalhada sobre o termo, ressaltando a importância de sua preservação, que pode ser levada adiante inclusive por indivíduos ou entidades particulares.

“Pode ser considerado como patrimônio todo objeto ou conjunto, material ou imaterial, reconhecido e apropriado coletivamente por seu valor de testemunho e de memória histórica e que deve ser protegido, conservado e

⁵¹ Editores: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura.

⁵² Arpin R. *et al.*, 2000. *Notre Patrimoine, un présent du passé*, Québec.

valorizado” (Arpin, 2000). Essa noção remete ao conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras. O patrimônio é um bem público cuja preservação deve ser assegurada pelas coletividades, **quando não é feita por particulares**”. (Desvallées; Meiresse, 2013, p.7 - grifo nosso)

No Brasil, o IPHAN adota a definição de patrimônio contida no artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988 (já citada anteriormente aqui) e, para efeito de sua gestão, o divide em patrimônio material, imaterial, arqueológico e da humanidade.

Notamos que, entre as acepções acima, há significativos pontos em comum, em especial a estreita relação entre patrimônio, memória e identidade e o entendimento de que o patrimônio é algo que recebemos e temos o dever de preservar, com o objetivo de transmitir. Notamos também, ao longo de nossa pesquisa, até este ponto, a recorrente conexão entre patrimônio, patrimonialização e Estado – seja no Brasil ou em outros países⁵³.

A significativa importância dada, pelas comunidades, à patrimonialização ou a legitimação de seus patrimônios – materiais e imateriais - e as muitas demandas e discussões existentes sobre a inclusão de patrimônios diversos em listas internacionais (como as da UNESCO) ou sob a proteção do Estado e da legislação local, apontam para um sentimento, que parece ter se instalado nas sociedades e grupos, de que o patrimônio para ser “verdadeiro” ou mesmo para “existir”, precisa ser legitimado por quem tem competência para tal: as instâncias legitimadoras (entre elas, o Estado).

Embora seja razoável supor que o patrimônio reconhecido oficialmente estará mais resguardado - ao menos sob o ponto de vista da legislação - e, com isso, terá maiores chances de ser preservado e transmitido, sabemos que, ao possuir um patrimônio legitimado pelas instâncias competentes, uma comunidade, instituição ou mesmo um país pode utilizar este patrimônio como fonte de renda e de desenvolvimento econômico e social.

Os desdobramentos e debates sobre o tema do turismo cultural, por exemplo, ocupam especialistas, organizações independentes e governos e os interesses que são mobilizados, a

⁵³ Estamos nos referindo aqui aos países, em sua maioria europeus, cujas definições e o entendimento sobre patrimônio tem a mesma origem e se assemelham às definições aceitas no Brasil.

partir de um patrimônio instituído, são inúmeros – mas não iremos aqui nos debruçar sobre este debate, uma vez que o conjunto de bens do *Rio Yacht Club* não conta com nenhum reconhecimento oficial. Estamos abordando aqui um conjunto de bens culturais, que claramente se relaciona à memória e a identidade de uma comunidade e que vêm se constituindo e permanecendo íntegro há 103 anos, numa instituição privada. Este conjunto não conta com proteção legal e não está reconhecido como patrimônio pelo Estado ou pelas instâncias competentes para tal.

O que consideramos aqui como patrimônio do *Rio Yacht Club* nos parece presentemente, sob ponto de vista legal, um patrimônio em potência. Mesmo que não haja, por parte da instituição, o objetivo de curto ou médio prazo de inserir este patrimônio dentro de um contexto oficial, é possível identificar sua “patrimonialidade”⁵⁴, independentemente de sua patrimonialização.

Desvallées e Mairesse definem a patrimonialização como “os mecanismos de constituição e de extensão do patrimônio” (2013, p.75), deixando claro o sentido da patrimonialização como um processo, um ato jurídico, pelo qual um bem cultural é reconhecido oficialmente e declarado, ou constituído, como patrimônio.

Embora os processos de patrimonialização sejam distintos, entre governos e instituições diversas, podemos afirmar que, em linhas gerais, a patrimonialização é um processo no qual especialistas e instâncias legitimadoras identificam e certificam o valor de certos elementos culturais dignos de serem patrimonializados e os distinguem como bem de tutela pública, objetivando a sua salvaguarda e a sua transmissão futura. Assim, é possível supor que, por meio da patrimonialização de seus símbolos – aqueles bens culturais, materiais ou imateriais que representam seus valores e sua identidade -, comunidades e nações buscam, antes de tudo, estabelecer a continuidade temporal de sua cultura e de sua memória (DAVALLON, 2015, p. 61).

Neste sentido, podemos afirmar também que todo processo de patrimonialização pressupõe seleção e atribuição de valor. Na patrimonialização, atribuem-se valores a certos

⁵⁴ “Termo que designa a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo”. (Poullot, 2009, p.28).

elementos culturais, em detrimento de outros - e este processo pode ser influenciado por interesses políticos, mercadológicos ou da sociedade civil, entre outros.

Como vimos, é o valor, em seus múltiplos sentidos, se apresenta como o agente que justifica e motiva a construção e a permanência dos patrimônios, no âmbito das comunidades. E é também o valor atribuído aos patrimônios destas comunidades (materiais ou imateriais), que desponta como o principal parâmetro usado pelas instâncias legitimadoras para patrimonializar, incluir em suas listas de salvaguarda ou proteger por lei este patrimônio.

A UNESCO, organismo máximo do patrimônio mundial, entende que o patrimônio cultural é algo de “fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas” (UNESCO, 2016) e, em sua Convenção do Patrimônio Mundial⁵⁵ (1972), define os bens de naturezas diversas que podem ser considerados como patrimônio cultural da humanidade, sempre apoiados por seu “valor universal excepcional” (grifo nosso) – ou seja, bens cuja significação cultural ou natural seja excepcional a ponto de transcender as fronteiras nacionais, tendo uma importância comum para a comunidade internacional como um todo.

Em outros documentos internacionais, considerados como referências no tema do patrimônio, como as cartas patrimoniais e as recomendações, publicadas desde os anos 1930, é possível igualmente detectar frequentes menções a valor e a valores. Já na carta de Atenas, publicada em 1933, nota-se a alusão à necessidade de salvaguarda de valores arquitetônicos, que constituiriam a expressão de culturas anteriores. A Carta de Burra (ICOMOS, 1980), que trata da conservação e gestão dos sítios com significado cultural, que são assim designados com base nos seus valores (estéticos, históricos, científicos e sociais) para as gerações passadas e futuras. O Documento de Nara, (UNESCO, ICCROM, ICOMOS, 1994) é também um texto patrimonial que trata de valores e que merece ser citado porque marca mudanças importantes na concepção de valor da UNESCO. Por conta do alargamento do conceito de patrimônio cultural e, em busca de incluir diferentes patrimônios em suas listas de proteção, a UNESCO enfatiza a partir deste documento o respeito entre culturas através da consideração dos valores culturais e sociais de cada uma delas e do entendimento do patrimônio dentro

⁵⁵ Instrumento internacional sobre o patrimônio que obteve a adesão de mais estados membros⁵⁵, incluindo o Brasil – totalizando cerca de 190.

dos contextos locais – originando uma mudança nos parâmetros de aferição de valor utilizados pela instituição até então.

No Brasil notamos que, nos textos jurídicos dedicados à proteção do patrimônio, é sempre o valor cultural de um bem que justifica o seu reconhecimento como patrimônio. O texto legal que trata do tombamento, por exemplo, enuncia: “quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (art. 12 decreto-lei nº 25, de 30/11/37).

Nas definições e reflexões sobre o patrimônio, oferecidas por autores como Desvallées e Mairesse, por exemplo, este termo surge "valor" frequentemente associado ao patrimônio. Segundo Ulpiano Menezes, falar de bens culturais seria falar de coisas (materiais ou não) cujas propriedades são mobilizadas pelas sociedades e grupos para “socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc. – em suma, seus valores.” Com isso, a autor conclui que atuar no campo do patrimônio cultural é, antes de mais nada, se defrontar com a questão do valor (MENEZES, 2012, p.32). Borges e Campos (2013, p.112), afirmam que o patrimônio cultural se constitui a partir da atribuição de valores, funções e significados aos elementos que o compõem. De fato, um bem cultural precisa estar investido de algum valor (simbólico, histórico, artístico, científico, entre outros) para ser considerado e reconhecido como patrimônio.

Como vimos, é a consignação de valor que permite a construção de um patrimônio, garante a sua permanência e que se apresenta como a principal razão para a sua patrimonialização. Mas como identificar e aferir o valor específico de um bem? Como fazem os especialistas e as instâncias legitimadoras para determinar e confirmar o valor de um bem cultural e, com isso, justificar a sua proteção legal e sua patrimonialização?

A primeira complicação é o próprio termo valor, que é extremamente subjetivo e representa um grande número de significados. Além disso, mesmo no âmbito dos valores relacionados aos bens culturais, parecem existir muitos “valores” ou de “tipos de valor” que podem ser atribuídos e esses bens e ao o conceito de patrimônio - que vão desde valores simbólicos ou econômicos até valores democráticos relacionados à memória, aos direitos humanos e a diversidade cultural, entre outros.

Outro complicador é o fato que, para legitimar o valor já associado ao patrimônio pela comunidade que o constrói, são acionados especialistas (sejam eles de qualquer instância) e esses profissionais podem ter visões confrontantes - tanto entre si quanto em relação a visão daqueles que usufruem dos patrimônios - sobre o mesmo tema ou objeto a ser valorado. São pessoas que tem pontos de vista, experiências, ideologias e posições políticas que inevitavelmente irão influenciar seus julgamentos de valor.

Por fim, é fundamental lembrar que a legitimação dos valores, que culmina na patrimonialização dos bens ou na inclusão dos bens culturais em listas de proteção depende, em grande parte, de processos políticos de mediação local e internacional.

Como já mencionamos, para a UNESCO, um bem necessita ter “valor universal excepcional” para ser incluído em suas listas de proteção. Para aferir este valor, a UNESCO estabelece alguns critérios, que devem ser atendidos⁵⁶. De acordo com a UNESCO “para serem incluídos na lista do Patrimônio Mundial, os sítios devem ter valor universal excepcional e atender a pelo menos um dos dez critérios de seleção” (UNESCO, 2016 - tradução nossa).

A UNESCO também estabelece um teste de autenticidade⁵⁷, por meio do preenchimento de certos atributos. Em 2005, a partir dos parâmetros estabelecidos em Nara (1994, artigo 13) – aonde os julgamentos de valor passam a ser estabelecidos dentro do contexto cultural em que o bem se insere -, a lista de atributos pelos quais a autenticidade de um bem pode ser aferida foi ampliada. Aos critérios já presentes no Guia Operacional de 1978 da UNESCO (desenho, materiais, técnicas construtivas e entorno), foram adicionados “uso, função, espírito e sentimento e outros fatores internos e externos”.

É importante lembrar que, para a UNESCO, é preciso estabelecer diretrizes, parâmetros e regras claras, além de realizar um trabalho técnico, apoiado em pesquisa, para provar que o bem possui os atributos necessários para comprovar o seu “valor universal excepcional”, antes da inclusão deste bem em uma de suas listas - em função do impacto e da importância (em especial no âmbito econômico) que traz esta inclusão. No entanto, não

⁵⁶ Sendo 6 deles relacionados aos bens culturais e 4 aos bens naturais. Informação disponível em: <http://whc.unesco.org/en/criteria/>

⁵⁷ O teste de autenticidade foi instituído em 1978 e, apenas em 2005 (onze anos após a realização da conferência), os novos critérios da autenticidade identificados em Nara (1994) foram incorporados ao Guia Operacional para Implantação da Convenção do Patrimônio Mundial (disponível no website da UNESCO).

vamos abordar aqui os muitos questionamentos que surgem em função do “engessamento” que estas regras e parâmetros da instituição impõe ao processo de reconhecimento dos bens e nem sobre as etapas a serem percorridas para a inserção de um bem cultural nas listas da UNESCO, que envolvem complexos processos de mediação.

O Estado brasileiro, por meio das instituições responsáveis e da legislação que trata do patrimônio, faz também menção aos valores que justificam a proteção dos bens culturais (histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico). Para realizar o tombamento de um bem, é preciso que exista uma fundamentação teórica que justifique o ato. Monta-se um parecer, que deve seguir metodologia de pesquisa e fornecer uma análise do bem cultural a ser protegido, contendo as informações necessárias à identificação, conhecimento, localização e valorização do bem no seu contexto.

No Brasil, pessoas físicas e jurídicas podem solicitar o tombamento de bens culturais e naturais, que podem ser públicos ou privados, e “a partir dessa iniciativa, a solicitação será analisada por uma equipe técnica especializada, que verificará se o bem possui relevância no cenário nacional” (IPHAN, 2016). O IPHAN, através de seus pareceristas, realiza esta verificação e, caso fique comprovado o valor nacional do bem, o processo é apreciado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e depois homologado pelo Ministro da Cultura para, por fim, ser inscrito em um dos Livros de Tombo.

Nesse momento, voltamos ao exemplo do tombamento do estádio do Maracanã, que ilustra os muitos valores que podem ser atribuídos aos bens e a subjetividade deste conceito, quando se trata de valorar um bem cultural a ser protegido por lei. As modificações realizadas no edifício tombado do Maracanã podem ter sido uma consequência da opção por um determinado tipo de valor (etnográfico) no momento de seu tombamento. Esta polêmica em torno das transformações do estádio também exemplifica a importância da renovação do valor dado a um determinado bem, através das gerações.

Claudia Girão (2012), uma das pareceristas ouvidas pelo IPHAN, afirma que recomendou o tombamento do local por seu preponderante valor etnográfico e também pelo valor paisagístico, sem deixar de perceber que o Maracanã era dotado, também, de valor histórico por ter contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento do futebol profissional e a organização das torcidas e ainda de valor artístico, por ser uma obra

arquitetônica importante em sua época. Girão ressalta, no entanto, que prevalecia sobre outros valores o valor etnográfico - pelo modo como o Maracanã se consagrou como o “templo do futebol” e um dos mais visitados monumentos do Rio.

Com isso, o estádio foi tombado com base em seu valor simbólico e etnográfico e o edifício representaria materialmente estes valores. Em razão desta modalidade de tombamento, muitos especialistas entendem que o edifício do Maracanã deveria ser preservado sem alterações para continuar representando materialmente o valor simbólico nele reconhecido – por isso as radicais reformas realizadas no estádio, a partir de 2010, suscitaram discussões. Nessa época, como já mencionamos, o Maracanã foi bastante alterado em suas características visuais e em sua arquitetura, tanto pelas pressões (econômicas e políticas) que antecederam a Copa de 2014 do Brasil quanto pelo entendimento de alguns especialistas de que deveria ser preservado apenas aquilo que é simbólico, podendo o edifício sofrer alterações. O problema é que, dependendo do grau dessas alterações e, uma vez destruídos os testemunhos materiais de sua história, a nova construção não portará a memória da antiga e deixará de representar justamente os valores simbólicos que foram a razão de seu tombamento.

Até aqui, foi possível refletir sobre o conceito de patrimônio e entender que, por conta de seu valor – ou de seus valores – determinados bens culturais, materiais e imateriais, tornam-se símbolos e representam determinadas comunidades. Assim, adquirem um novo valor, que pode ser aferido e legitimado por meio de determinados parâmetros - estabelecidos por especialistas e por legislação – com vistas à sua patrimonialização.

Ao longo de nossa pesquisa até aqui, notamos que o patrimônio reconhecido (patrimonializado) conta com uma diversidade cada vez maior de bens e engloba desde instalações industriais às práticas rituais e aos modos de fazer - e muito se debate sobre cada um deles. Neste sentido, nos chamou atenção o fato de que, ao longo do processo de pesquisa e das leituras realizadas até esta etapa, sobre patrimônio e patrimonialização, encontramos pouquíssimos trabalhos, análises ou exemplos⁵⁸ que tratem ou mencionem os bens, materiais ou imateriais, relacionados às práticas esportivas.

⁵⁸ Exceto por menção ao tombamento do Estádio do Maracanã no website do IPHAN (verbete “Valor etnográfico”, escrito por Ana Gonçalves) e pela publicação da Revista Acervo vol.27, número 2 de 2014 (já citada).

Com isso, nos perguntamos se o esporte – esta atividade emblemática do mundo contemporâneo e fortemente relacionada a identidade de várias nações - estaria “fora do radar” (WOOD, 2012) do patrimônio. Nos perguntamos também se, dentro das diversas categorias do patrimônio, existiria um patrimônio esportivo.

2.2. O PATRIMÔNIO ESPORTIVO

Em nossa pesquisa sobre o tema do patrimônio esportivo, elegemos três países distintos como focos de investigação: França, por ser o berço do conceito de Patrimônio aqui adotado; Reino Unido, por sua relação com o *Rio Yacht Club* (fundado por ingleses) e por ser considerado como o lugar de origem do esporte moderno e o Brasil, cenário no qual nossa pesquisa se insere. Desta forma, entendemos que seria possível traçar um panorama razoavelmente amplo sobre o tema e fazer comparações entre três realidades que nos pareceram bastante distintas.

Podemos iniciar este tópico afirmando que, logo no início da pesquisa, foi possível constatar que o patrimônio esportivo já se configura como algo instituído e que a percepção de sua importância e de seu valor, junto com a preocupação em preservá-lo, parece aumentar rapidamente.

Talvez o melhor exemplo para amparar a afirmação acima seja a escolha, pelo ICOMOS, do tema “O patrimônio esportivo” para o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios de 2016, comemorado em todo o mundo em 18 de abril. Este reconhecimento, por parte da principal instituição internacional que trata dos monumentos, refere-se apenas ao patrimônio imóvel, composto pelas instalações esportivas. Em texto publicado em seu *website*, o ICOMOS ressalta que a prática esportiva levou à criação de locais específicos como estádios, circuitos, pistas de corrida e outros – que não apenas testemunham o desenvolvimento do esporte, como constituem marcos do desenvolvimento da arquitetura, do design e das mudanças dos valores estéticos ao longo dos anos, tornando-se parte da herança cultural. O ICOMOS relaciona a

preservação desses locais de prática esportiva ao reconhecimento de seu valor e ao papel identitário do esporte nas comunidades⁵⁹.

Sobre a escolha pelo ICOMOS do patrimônio esportivo como tema, Dr. Gregory Ramshaw, Professor da *Clemson University* (Reino Unido), afirma que a sua importância se revela também no reconhecimento do patrimônio esportivo como um campo de estudo, assim como no entendimento de que o patrimônio esportivo integra o patrimônio mundial. A relação entre ICOMOS e UNESCO é destacada por este pesquisador no sentido de mostrar que, dentro de um movimento internacional de reconhecimento do patrimônio esportivo, há outras ações relevantes acontecendo como, por exemplo, a inclusão de práticas esportivas, como o “Hurling Galês”, na lista do patrimônio imaterial da UNESCO (RAMSHAW, 2016).

No entanto, as discussões e o reconhecimento do patrimônio esportivo apresentam diferentes nuances ao redor do mundo. Enquanto que no Brasil o conceito mostra-se como algo novo ou pouco discutido, em países como França e Reino Unido o patrimônio esportivo já é um conceito consolidado, embora abordado de maneiras distintas – possivelmente pela própria configuração também distinta do contexto do Patrimônio nesses dois países. Na França e no Reino Unido, que tomamos aqui como referência de análise, em comparação ao Brasil, já se desenvolvem, pelo menos desde a década de 1980, diversos estudos no sentido de distinguir, analisar e salvaguardar o patrimônio esportivo e há também um grande número de museus dedicados ao tema do esporte e de objetos ligados às atividades esportivas incorporados às coleções de museus tradicionais, ao contrário do que acontece em nosso país.

Para começar, vamos à França. No país que “inventou” o patrimônio, segundo conhecemos hoje, têm acontecido adiantadas discussões sobre o patrimônio esportivo. A França possui, entre os museus que tem a chancela de “Musée de France”⁶⁰, o Museu Nacional do Esporte e, a partir dele, realiza estudos e eventos que reúnem especialistas para debater sobre o tema. Este museu, criado em 1963, possui um acervo de 45.000 objetos 400.000

⁵⁹ Curiosamente o Brasil, sede das Olimpíadas em 2016, não consta na lista de 39 países participantes que organizaram eventos para comemorar este dia (fonte: site ICOMOS, maio 2016).

⁶⁰ Chancela concedida pelo governo francês a alguns museus públicos ou privados (sem fins lucrativos). Há 1.218 museus na França com este título. Beneficia os museus eleitos com o apoio científico, técnico e financeiro do estado.

documentos textuais, entre obras de arte e objetos ligados ao esporte – tanto aqueles que contam a história dos esportes quanto objetos de grandes campeões esportivos, de clubes e federações, entre outros -, que formam uma das maiores coleções do mundo sobre o assunto. Entre os muitos eventos que promove, podemos destacar a 5ª edição do encontro “Patrimônio Esportivo e Memória do Esporte” (tradução nossa), realizado em janeiro de 2015, em parceria com a *Université Nice Sophia Antipolis*.

Na França, as discussões teóricas sobre o patrimônio esportivo refletem a importância do legado esportivo e a já consolidada percepção do papel fundamental das atividades esportivas nas sociedades modernas. Em artigo publicado em 2006, Christian Bromberger, professor da *Université de Provence* argumenta que, depois da ampliação do conceito de patrimônio – que ao longo dos anos passa a englobar bens materiais e imateriais relacionados às atividades cotidianas dos cidadãos –, nada mais natural do que considerar como patrimônio também os bens culturais relacionados ao esporte. Bromberger afirma que “o patrimônio, assim como conhecemos hoje, e apesar das resistências persistentes, engloba essa herança diversificada que se deseja transmitir” (tradução nossa). Esse patrimônio é constituído tanto pelas obras e documentos memoráveis e universais, pelos monumentos e obras ligados ao passado, às grandes tradições e à história quanto, com igual dignidade, e de outra forma, pelos monumentos comuns da vida cotidiana (BROMBERGER, 2006, p.9).

Hoje, diante da noção alargada do patrimônio, podemos afirmar que o esporte, de fato, pode ser patrimônio - assim como as paisagens, casas e atividades rurais e instalações industriais, entre outros “novos” patrimônios. Outro estudioso do assunto, Jean-Yves Guillain, ex-coordenador das ações científicas do *Musée National du Sport* (2005 a 2008), nos lembra que depois de muito tempo confinado às artes plásticas, o patrimônio engloba, sem distinções, todos os elementos que caracterizam uma civilização (GUILLAIN, 2006, p.79).

O historiador Yvan Gastaut, membro do conselho do *Musée National du Sport*, nota que, na França, desde os anos 1980, o sentido do patrimônio foi expandido também em função de uma nova abordagem para o estudo da história e de sua relação com a memória. Entre 1984 e 1992, Pierre Nora Gallimard propôs uma releitura da história da França através de sua memória coletiva e abriu caminho para que outras fontes e testemunhos fossem ouvidas, além dos historiadores. Segundo este autor “história, memória e patrimônio atuam

juntos - com suas diferenças e complementaridade - para alimentar a dimensão cultural do desporto” (2015, p.6). Gastaut chama atenção ainda para a transformação do esporte, em especial a partir dos anos 1980, em um fato cultural de primeira importância no país - que afeta todas as camadas da sociedade moderna e, entre os mais jovens, é um “formidável vetor de memórias comuns” (2015, p.4).

No entanto, mesmo na França, onde as discussões teóricas e estudos sobre o assunto são frequentes, o patrimônio denominado “esportivo” ainda busca reconhecimento e paridade com outros patrimônios. Gastaut ressalta que, no país dos quase 50.000 monumentos protegidos, quase a metade são edifícios religiosos e um terço são antiguidades ou castelos. No anuário de 2007, publicado pelo Ministério da Cultura e em pesquisa no site governamental francês (2016) por imóveis classificados ou inscritos como monumentos históricos, de fato, não encontramos nenhuma instalação esportiva. O esporte, ainda visto por muitos como uma prática apenas relacionada ao lazer, representa uma pequeníssima parte também dos chamados "edifícios protegidos sob os monumentos históricos" da França - há pouco mais de 600 instalações esportivas entre as mais de 160.000 edificações, representando apenas 0,5% do total (GASTAUT, 2015, p.4).

Ainda hoje, parece difícil para os especialistas franceses – que, por muito tempo, dominaram e definiram o que constituiria o patrimônio – colocar, lado a lado, o castelo de *Chambord* e o *Stade de France*, ou o traje majestático usado pelo Rei Luis XIV e o uniforme usado pelo atleta Didier Deschamps⁶¹. A oposição levantada por alguns desses especialistas ao que avaliam como um “abuso do patrimônio” (Gastaut, 2015, p.4), não reflete apenas o medo de cair na armadilha de “humilhar *Shakespeare* e enobrecer o sapateiro”⁶² (tradução nossa), eles levantam a questão legítima e recorrente sobre quais seriam os limites do patrimônio e quem os decide (BROMBERGER, 2006, p.8).

Assim, apesar dos esforços dos especialistas, a heterogênea e multidimensional herança esportiva francesa ainda suscita discussões. Como selecionar e classificar um patrimônio que, além de ter uma natureza muito diversificada, está pulverizado e, em sua maior parte, nas mãos de colecionadores particulares? Quais são as obras, pequenas ou

⁶¹ Capitão da seleção de futebol da França na conquista da copa do mundo de 1998.

⁶² “*Humilier Shakespeare et à ennoblir le bottier*”.

grandes, quais são os testemunhos, materiais ou imateriais, a serem selecionados dentro dos limites do patrimônio e quais serão os critérios adotados?

É fato que o ponto de vista do observador externo, o especialista, pode coincidir ou divergir do ponto de vista do observador interno, ou daquele que é “usuário” de determinado patrimônio, quando se trata de interpretar a ordem social ou de definir o que faz parte do patrimônio ou não. O valor atribuído e a relação afetiva dos torcedores de um time com seu estádio, seu uniforme ou sua bandeira justificam a sua preservação? O pequeno estádio ou o clube local, que contam a história e fazem parte da memória de uma pequena comunidade devem ser salvos ou é mais importante chamar a atenção para os conjuntos que são mais significativos para muitos? Este debate sobre sistemas e escalas de monumentalidade, difícil de resolver, ilustra as ambiguidades do conceito de patrimônio, que, como vemos, se estende às discussões sobre o patrimônio esportivo neste país.

No entanto, o patrimônio esportivo já é amplamente reconhecido na França como uma categoria legítima - e entende-se que ele engloba (BROMBERGER, 2006, p.10):

- Os edifícios e equipamentos dos eventos esportivos, obras notáveis ou simples testemunhos de uma história das técnicas, das sensibilidades e modismos;
- As representações artísticas do esporte, incluindo as obras de arte (pinturas, esculturas, etc.), as obras gráficas como cartazes diversos, mas também as obras de caricaturistas, de artistas locais, os selos anunciando uma competição ou comemorando uma conquista entre outros;
- Os arquivos audiovisuais (fotos e filmes);
- Os objetos emblemáticos do esporte. Máquinas e equipamentos esportivos (das roupas às pranchas a vela.), mas também as medalhas e os troféus, as bandeiras e flâmulas e outros objetos das torcidas;
- Os textos impressos e publicados. Aqueles que narram as façanhas e sua preparação, as biografias de campeões, mas também outros documentos como as licenças e contratos com jogadores, bilhetes de entrada para o estádio, a correspondência dos dirigentes, contratos e documentos de patrocínio, deliberações de conselhos da administração pública, as atas das reuniões das associações esportivas, etc.

- Os testemunhos orais, os saberes e modos de fazer, transmitidos pelos treinadores aos atletas, os cânticos e slogans usados pelas torcidas nos estádios.

Como vimos até aqui, há pesquisadores e instituições, como a Universidade de Nice (*Université Nice Sophia Antipolis*), que se dedicam, na França, ao estudo do patrimônio esportivo, tanto no sentido de entender os bens que compõem esse vasto universo, quanto no de refletir sobre o patrimônio esportivo em um contexto político e cultural. Porém, apesar da riqueza do material encontrado até aqui, não foi possível localizar dados compilados sobre o número de instituições museológicas com temática do esporte na França (além do já mencionado Museu Nacional do Esporte), e nem informações detalhadas sobre acervos.

Seguimos agora para o Reino Unido, considerado como o berço do esporte na era moderna⁶³. Em função dessa afirmação, e da clara importância do esporte na vida social inglesa⁶⁴, seria razoável supor que o patrimônio esportivo – sua preservação e sua representação nos museus – fosse algo extensivo e que os estudos realizados sobre o tema fossem abundantes há muitos anos na Inglaterra. No entanto, apenas a partir do começo dos anos 1990 especialistas e instituições parecem ter se voltado para este patrimônio e, na medida em que se aproximavam as Olimpíadas de Londres de 2012, foi possível perceber um incremento das discussões e ações voltadas para o patrimônio esportivo nesse país⁶⁵.

A publicação do “*Conservation Bulletin n.68*”, em 2012, distribuído para mais de 5.000 profissionais da área, com o tema “*Sporting Heritage*” apoia esta afirmação. Esta publicação do *English Heritage*⁶⁶ traz diversos textos de especialistas sobre o tema e também relatos de casos de estudo sobre o patrimônio esportivo no país. Em seu editorial, assinado por Gemma Abercrombie (2012), traz as seguintes afirmações⁶⁷:

⁶³ Tópico abordado por nós no capítulo 2 desta dissertação.

⁶⁴ Fato que ilustra a importância do esporte na sociedade inglesa é a criação do Departamento de Cultura, Media e Esporte (DCMS, sigla em inglês), em 1997, em substituição ao departamento de Patrimônio Nacional. Um secretário de estado ocupa este gabinete e há um ministro especialmente dedicado ao esporte (Warde, 2006).

⁶⁵ Pelo grande número de trabalhos acadêmicos, publicações, eventos e iniciativas diversas que encontramos, datadas do período anterior e posterior às Olimpíadas de 2012.

⁶⁶ Órgão do governo britânico que tem como função proteger e promover o patrimônio histórico da Inglaterra.

⁶⁷ No original: *Nothing binds people like their shared legacy of sport. But the needs of modern audiences and players are constantly changing. How, then, do we sustain sporting memories for the future? [...] Historic sporting venues can link people to places in a uniquely powerful way – but statutory designation is not necessarily the best way to protect this vital component of our cultural heritage.*

“Nada conecta as pessoas como o seu legado compartilhado do esporte. Mas as necessidades das modernas audiências e jogadores estão constantemente mudando. Como então podemos manter as memórias do esporte para o futuro? [...] os locais históricos do esporte podem conectar as pessoas a lugares de uma forma única e poderosa – porém a proteção (designação) legal não é necessariamente a melhor forma de proteger este componente vital de nossa herança cultural.” (Tradução nossa)

As afirmações acima esboçam uma das principais questões que envolvem o patrimônio esportivo no Reino Unido, e que é fonte de preocupação dos especialistas: a preservação dos estádios e outras instalações esportivas. No país, as dinâmicas mudanças do esporte e a obrigação de dar maior conforto e segurança ao público - através de ampliações, modificações e reconstruções nesses locais – parecem ter se sobreposto à necessidade de salvaguarda desses edifícios, por seu valor simbólico. Além disso, na maioria dos casos, trata-se de instalações privadas, que sofrem pressão financeira por parte de seus proprietários, o que faz com que a proteção do patrimônio imóvel esportivo britânico seja um verdadeiro desafio (ABERCROMBIE, 2012).

Jason Wood, estudioso da área e autor de diversos livros e artigos sobre o tema, ainda em 1992, já chamava a atenção para a diferença do tratamento (no sentido da inclusão nas listas de proteção oficiais), dos estádios de esportes em relação a outros objetos de estudo relevantes da cultura e das sociedades modernas como hotéis, cinemas, teatros e estações de trem. Segundo ele, isto teria contribuído para o desaparecimento de inúmeras instalações esportivas desde os anos 1990. Wood afirma também que, “apesar do esporte estar há mais de 100 anos no coração da cultura popular inglesa e das memórias esportivas representarem uma ligação vital entre as pessoas e seu passado no país” (tradução nossa), a rica herança esportiva inglesa vem recebendo pouca atenção, tanto em termos de pesquisa quanto de conservação. Este autor atribui tanto às instituições governamentais e pesquisadores, quanto a característica do esporte, em especial dos clubes de futebol, de estarem sempre voltados para o futuro ou para “a próxima partida, a próxima vitória, o próximo balanço financeiro”⁶⁸ (tradução nossa) como um fator corresponsável por essa realidade. (Wood, 2012, p. 3-5)

⁶⁸ *“The next game, the next win, the next balance sheet”.*

Simon Inglis (2012) ressalta que, quando o *English Heritage* voltou sua atenção para o esporte, no começo dos anos 2000, a infraestrutura esportiva do país estava em fase de ampla modernização. Com isso, os pesquisadores do *English Heritage* pareciam estar “atrasados”, em relação à preservação desses edifícios. Jason Wood (2012) alega que, ainda no ano das Olimpíadas de Londres, o patrimônio esportivo inglês permanecia “fora do radar” dos departamentos responsáveis pela preservação no país e, conseqüentemente, as perdas aconteceram em larga escala.

Segundo Abercrombie (2012), o foco das listas de bens imóveis preservados no Reino Unido tem se concentrado nos lugares de especial interesse histórico ou arquitetônico. Com isso, os lugares ligados ao esporte, cujo valor repousa (em geral) no seu papel como repositórios das memórias compartilhadas e na conexão emocional dos espectadores e participantes com determinadas tradições, não parece ainda estar sendo reconhecido. Foi possível constatar esta afirmação em pesquisa realizada no website do *English Heritage* (maio, 2016) que mostrou não haver espaços relacionados à prática de esportes entre os edifícios e locais protegidos. Os sítios históricos ou locais de interesse listados dividem-se em: abadias e igrejas, castelos e fortalezas, jardins, casas e palácios, construções medievais e da era Tudor, sítios pré-históricos e sítios romanos.

Embora os especialistas acima citados nos ofereçam uma visão crítica sobre a situação do patrimônio esportivo no Reino Unido, encontramos também iniciativas importantes e positivas, que podem ser aqui mencionadas.

A partir dos anos 2000 pesquisadores, historiadores, amantes dos esportes e entidades governamentais se uniram para realizar um trabalho de campo, dentro do projeto “*Played in Britain*” que, entre outras ações, formulou para o *English Heritage* uma lista de sítios do patrimônio esportivo que poderiam ser oficialmente preservados⁶⁹. Esse grupo vem desenvolvendo ainda ações de catalogação, conscientização e comunicação do patrimônio esportivo – além da publicação de livros e artigos sobre o tema.

Em 1996, a *De Montfort University* (Leicester) estabeleceu o “*The International Centre for Sports History and Culture*”, que é reconhecido como um dos maiores centros de estudos

⁶⁹ Alguns deles encontravam-se sob análise, por parte do *British Heritage*, em 2012.

sobre história do esporte no mundo. O grupo de pesquisadores desta instituição acadêmica vem regularmente publicando artigos e livros, além de realizar conferências anuais. Este centro de estudos também oferece o curso de pós graduação “*Sport History and Culture*”⁷⁰.

Outra importante iniciativa, que partiu da sociedade civil e que conta com o apoio do *Museums, Libraries and Archives Council* (entidade pública), foi a criação da *Sports Heritage Network*, em 2003. O primeiro grande projeto desta organização foi a realização de uma ampla pesquisa, que resultou num relatório publicado em 2006, que traz a relação de todos os museus sobre esporte no país além de órgãos governamentais, clubes esportivos e outras instituições que guardam coleções que podem ser visitadas ou que podem vir a ser visitadas pelo público e por pesquisadores. O objetivo maior da pesquisa era responder “Qual é a herança esportiva da nação e aonde pode ser encontrada?”⁷¹ (Tradução nossa). Esta pesquisa não encontrou nenhum museu nacional do esporte no Reino Unido, mas identificou muitos museus locais e coleções visitáveis sobre esportes diversos. Foram localizados cerca de 50 museus específicos sobre o tema e identificados também 440 museus que possuíam coleções sobre esporte. A maior parte dos objetos encontrados nos museus se refere à história do esporte, com poucas peças contemporâneas.

Entre 2006 e 2013, período que antecedeu e englobou as Olimpíadas de Londres de 2012, outras atividades foram desenvolvidas pelo *Sports Heritage Network* - que culminaram com duas grandes realizações.

A primeira foi o projeto “*Our Sporting Life*”, que idealizou uma série de exposições que aconteceram em todo o país, a partir de 16 de março de 2010, com o objetivo de “revelar histórias escondidas do esporte, heróis esquecidos, objetos e histórias de comunidades de todo o país”⁷² (tradução nossa). Foram realizadas 114 exposições, em museus regionais, que totalizaram mais de 1 milhão de visitantes.

A segunda foi a criação, do *Sport in Museums Network* e do *National Sports Museum Online*. A pesquisa no *website* dessas duas instituições possibilita o acesso a uma enorme gama

⁷⁰ MA in Sport History and Culture

⁷¹ *What is the nation's Sporting heritage, and where is it to be found?*

⁷² “*Our Sporting Life will reveal hidden sporting histories, forgotten heroes, objects and stories in communities across the UK*”. (Release oficial do projeto, 2010, p.1)

de informações acerca do tema “esporte nos museus”. Enquanto que as informações disponíveis no site *Sport in Museums Network* têm ênfase no desenvolvimento profissional e no suporte para as organizações (museus) que tratam ou que possuem coleções sobre o patrimônio esportivo - no sentido de entender melhor, de proteger e de comunicar este patrimônio -, o website do *National Sports Museum Online*, lançado em 2013, objetiva proporcionar um “claro e acessível panorama” das coleções de esportes do Reino Unido e de se tornar uma base de dados nacional, a ser acessada *online*.

Outra iniciativa, ligada ao Estado, é o incentivo do *Lottery Found*⁷³ a projetos relacionados à herança esportiva no país. A lista de temas que podem ser focalizados em projetos sobre patrimônio esportivo, aptos a receber fomento, disponibilizada no *website* da instituição (maio 2016), elucida o que esta instituição governamental compreende por patrimônio esportivo, no Reino Unido:

- História dos clubes e suas instalações;
- Histórias dos heróis do esporte;
- História dos eventos esportivos;
- Histórias pessoais ligadas ao esporte (projetos ligados a esporte nas escolas ou a minorias e as práticas esportivas, por exemplo);
- Datas comemorativas relacionadas à eventos esportivos;
- Coleções de objetos esportivos.

Por fim, ainda sobre o tema do patrimônio esportivo nos museus britânicos, a tese de doutorado de Justine Reilly⁷⁴, defendida em 2014, examina “o desenvolvimento dos esportes nos museus e as motivações e barreiras que influenciaram este desenvolvimento”⁷⁵ entre 1997 e 2012 (tradução nossa). Entre as conclusões da pesquisa, Reilly afirma que, apesar de levarem novas e diferentes audiências para os museus, as coleções sobre esportes nos museus britânicos ainda sofrem com a falta de fundos e de conhecimento específicos, dentro dos

⁷³ Fundo formado com recursos da National Lottery (Loteria Nacional) britânica para patrocinar projetos de cunho social. Responsável por distribuir cerca de 40% de todo o dinheiro levantado para as “boas causas” pela National Lottery. Em 2014/2015 foram distribuídos mais de 1 bilhão de Libras para projetos diversos.

⁷⁴ *Degree of Doctor of Philosophy at the University of Central Lancashire*.

⁷⁵ “Therefore, this thesis examines the development of sport in museums and the motivations and barriers which have influenced its development” (2012, p.1).

próprios museus. A autora nota também que o esporte nos museus é um relevante e valioso tópico do discurso do museu – mas ainda pouco explorado.

Em nossa pesquisa até aqui, sobre o tema do patrimônio esportivo no Reino Unido, foi interessante perceber o já mencionado tom crítico e a preocupação dos especialistas locais com o que seria uma falta de atenção dada ao assunto tanto pelas entidades responsáveis quanto por estudiosos do patrimônio. Porém, o grande número de iniciativas (acadêmicas, governamentais, da sociedade civil e de apoio financeiro) e a vasta bibliografia encontrada sobre o tema revelam que os britânicos, na verdade, estão atentos ao tema.

Na sequência, nos voltamos para o Brasil. Para traçar um panorama sobre o tema do patrimônio esportivo no país, buscamos identificar trabalhos publicados e instituições de memória e de pesquisa sobre o tema, assim como os museus e espaços culturais com temática do esporte.

Na busca por referências bibliográficas e por instituições voltadas para o estudo da matéria notamos que a maior parte das pesquisas e publicações são desenvolvidas por especialistas dos campos da Educação Física e da História e que foco da maior parte desses trabalhos, assim como das iniciativas da sociedade civil ou do Estado brasileiro, tem sido voltado para a história dos esportes e dos atletas – com ênfase na “memória esportiva”.

A pesquisadora Silvana Vilodre Goellner, coordenadora do Centro de Memória do Esporte da UFRGS (2014), por exemplo, vem realizando há alguns anos um consistente trabalho de levantamento do patrimônio esportivo no Brasil. Segundo Goellner, é possível identificar no país, desde meados do século XX, manifestações isoladas de pessoas que reuniram acervos específicos sobre determinados esportes, na tentativa de salvaguarda, assim como iniciativas de clubes e associações esportivas voltadas para preservar registros reveladores de sua trajetória (2014, p.19). Ainda segundo esta autora, desde a década de 1980, no Brasil – acompanhando as mudanças no estudo e na pesquisa histórica no mundo-, foram criados espaços para a preservação e pesquisa de acervos esportivos⁷⁶, assim como

⁷⁶ Silvana Goellner enumera a criação desses centros de pesquisa: Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1997); Centro de Memória Inezil Penna Marinho, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2001); Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, ligado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2001); o Centro de Memória do Esporte no Nordeste (2002); o Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade

linhas de investigação em programas de pós-graduação. Goellner ressalta a importância destes centros, em especial por sua vinculação a instituições universitárias, e afirma que “Quando este centro se situa em uma universidade, um novo e significativo objetivo se interpõe: o de investigar...” (2014, p.19-20)

A pesquisadora Katia Rubio, professora associada da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP) desenvolve, há cerca de 18 anos, pesquisas sobre os atletas olímpicos brasileiros. Desde 2001, esteve à frente do projeto “Heróis olímpicos brasileiros” cujo objetivo era conhecer os medalhistas olímpicos nacionais de todos os tempos – Rubio entrevistou e registrou as histórias de vida de 52 atletas. Esta pesquisadora publicou diversos livros sobre o tema das memórias dos atletas olímpicos– entre eles destacam-se “As mulheres no Esporte Olímpico Brasileiro” (2011) e a “Enciclopédia Olímpica Brasileira” (2015). Katia Rubio criou também o website “Olimpianos” (2016), que objetiva comunicar, de forma acessível, o conhecimento produzido a partir de sua pesquisa acadêmica.

Em busca dos museus que tem como tema o esporte, no Brasil, recorremos ao IBRAM que, por meio de seu *website* oferece informações sobre os museus que estão sob sua tutela e também disponibiliza um “Guia dos Museus Brasileiros” (2011) que traz informações sobre 3.118 museus públicos e privados, incluindo 23 museus virtuais.

Não encontramos, entre as 29 instituições sob a tutela do IBRAM, nenhum museu com temática voltada para o esporte. No entanto, podemos destacar algumas iniciativas relacionadas ao tema, que aconteceram em museus nacionais do IBRAM: a exposição “Jogos Olímpicos: Esporte, Cultura e Arte” (Museu Histórico Nacional, RJ, 2013); o evento “Espaço Futebol para a Igualdade” e a exposição “Mulheres em campo driblando preconceitos” (Museu da República, RJ, 2014).

Na listagem dos museus fornecida pelo Guia de 2011, encontramos 24 instituições, das quais 14 tem acervos exclusivamente sobre futebol. Do total de 24 instituições, apenas 6 são públicas. Há 3 de natureza mista (pública e privada) e as demais são privadas. Este guia também

Federal do Paraná (2004); Centro de Memória do Esporte, da Educação Física e do Lazer da Universidade Federal de Sergipe (2005); o Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (2010) e ao Centro de Memória da Educação Física e do Esporte da Universidade Federal do Mato Grosso (2013).

traz uma lista com instituições em fase de implantação, na qual encontramos cinco museus relacionados a esportes. Em verificação (*online*) efetuada em abril de 2017, foi possível confirmar que quatro deles foram inaugurados: o Museu da Seleção Brasileira (RJ), o Museu do Flamengo (RJ), o Museu Pelé (Santos, SP) e o Museu do Esporte de Santa Catarina (PR).

Com base na informação fornecida pelo IBRAM, podemos afirmar que “o país do futebol” faz jus a esta alcunha – com 28 instituições listadas, 18 delas tem acervos de futebol. Embora iniciativas de um “museu olímpico” e de um centro de memória do esporte tenham sido anunciadas pelo COB (Comitê Olímpico Brasileiro) desde 2003, nada foi concretizado.

No campo dos *cibermuseus*, não encontramos iniciativas brasileiras de museus virtuais sobre esporte. No entanto, alguns dos museus e coleções brasileiros sobre o tema, já mencionados aqui, dispõem de ferramenta do tipo “visita virtual” ou “consulta virtual”.

Quanto às iniciativas de tombamento ou proteção legal no Brasil, de instalações, coleções ou práticas ligadas ao esporte, encontramos apenas o exemplo do Estádio do Maracanã – citado anteriormente aqui -, no Rio de Janeiro, que foi tombado em 2000 e inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (LAEP). O Maracanã é o único estádio brasileiro tombado pelo IPHAN e seu tombamento foi justificado pelo valor etnográfico do bem, excepcional por sua unicidade, e por sua “extraordinária monumentalidade e seu valor simbólico para a quase totalidade do povo brasileiro de todas as regiões e não apenas os habitantes do Rio de Janeiro” (REIS FILHO, 2000, p. 4).

Em relação a outras instituições culturais, relacionadas ao assunto, nota-se que, até o final dos anos 1970, as coleções sobre esporte, por exemplo, estavam majoritariamente nas mãos de colecionadores particulares e fechadas à visita e pesquisa. No entanto, à partir do final dos anos 1970, há algumas iniciativas (públicas e de clubes particulares) que podemos destacar: a criação da Biblioteca Dayanna Geysa Gomes Bezerra, pertencente ao Ministério do Esporte e com um acervo de aproximadamente 15.000 volumes; a organização de acervos e a criação de bibliotecas, pequenos museus e centros de memória de diversos clubes esportivos, entre 1985 e 1995, como por exemplo Pinheiros (SP) e Fluminense (RJ), entre outros (enumerados no capítulo 1 dessa dissertação); a criação do Centro de Documentação e Informação do COB, em 1996, entre outras iniciativas lideradas por universidades e clubes esportivos (Goellner, 2006).

Cabe aqui também citar o projeto Memória do Esporte Olímpico Brasileiro, iniciativa voltada para a produção de filmes documentários com o objetivo de “promover o resgate da história dos grandes atletas que representaram o País nos jogos olímpicos” (Memória do Esporte Olímpico Brasileiro, 2016). Este projeto iniciado em 2011 e realizado pelo Instituto de Políticas Relacionais, patrocinado pela Petrobras e pela iniciativa privada, com apoio da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura e Cinemateca Brasileira, ofereceu (até 2015) incentivos que permitiram a realização de 47 filmes documentários sobre o tema do esporte para exibição em TVs, cinemas e nas escolas e bibliotecas públicas⁷⁷.

Sobre iniciativas do Estado brasileiro que objetivam relacionar esporte e cultura, intensificadas desde a copa do Mundo no Brasil em 2014, nota-se que as ações e programas criados e colocados em prática não se relacionam ao patrimônio esportivo, como vimos no Reino Unido antes das Olimpíadas de 2012. E há exemplos que podemos citar para nos apoiar nesta afirmação. No período que antecedeu da Copa do Mundo de 2014, o Ministério da Cultura, em parceria com a Petrobrás, lançou o programa “Legado Cultural”, de incentivo para os museus - que beneficiou com verbas 12 instituições de todo o país. A proposta teve como foco atrair e atender bem o turista que estava no Brasil para assistir aos jogos, oferecendo museus que funcionassem como opções de lazer, sem relação com a temática do esporte ou do patrimônio esportivo.

Mais recentemente, em função das Olimpíadas do Rio de 2016, foram criados pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria de Cultura do Município do Rio, programas e ações de incentivo, com a proposta de relacionar o período olímpico a atividades culturais. Segundo informação obtida no *website* do Ministério da Cultura⁷⁸ o Governo Federal investiu, no Programa Cultura nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, R\$ 85 milhões. Segundo o MinC “mais de 2 mil espetáculos e atrações protagonizados por cerca de 10 mil artistas oriundos de todas as regiões do país irão apresentar ao mundo a diversidade cultural brasileira durante o período

⁷⁷ Muitos deles estão disponíveis online. Acesso:

<http://www.memoriadoesporte.org.br/documentarios/php/contents/list.php?sid=2962a783ab7add234186ff9258002c1a>

⁷⁸ http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/duas-mil-atracoes-culturais-nas-olimpiadas/10883 Acesso em 10/10/2016

dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos” (2016). Neste contexto, foram promovidos desde shows gratuitos à ingressos mais baratos para museus – sem relação com patrimônio esportivo.

No período das Olimpíadas do Rio de 2016, foi possível identificar, no entanto, algumas iniciativas relacionadas ao patrimônio esportivo.

Promovido pelo Grupo Bradesco, o projeto “Se Prepara Brasil” criou um museu itinerante que passou por 46 cidades brasileiras. O museu contava a história dos Jogos por meio da exposição de objetos do acervo do COB (Comitê Olímpico Brasileiro) e do COI (Comitê Olímpico Internacional), como medalhas, uniformes e cartazes. O Museu Histórico Nacional (RJ), que foi a sede da “Casa México” durante as Olimpíadas, recebeu a mostra “América Latina, Jogos Olímpicos: México 68 – Rio 2016” que abordou o ambiente (design) gráfico das duas Olimpíadas. Este museu recebeu também (em outubro de 2016) a mostra *Aomei Fine Arts 2016*, que reuniu obras de artistas da China, Japão, Irlanda, Coreia do Sul e Brasil. Com o tema *A Arte faz as Olimpíadas ainda mais belas*, a exposição traz pinturas que retratam esportes seculares da China e sua civilização.

A Caixa Cultural (RJ) apresentou, entre julho e setembro de 2016, exposição *Esporte Movimento*, uma seleção de 1.300 itens da coleção de mais de 70 mil artefatos esportivos pertencentes ao colecionador Roberto Gesta de Melo – brasileiro que possui a maior coleção privada de artefatos esportivos do mundo. A mostra passou antes por outras cidades brasileiras, totalizando cerca de 125 mil visitantes. O Museu Nacional de Belas Artes (RJ) recebeu, entre julho e outubro de 2016, a exposição “Jogos na Antiguidade”, composta por objetos arqueológicos provenientes da Grécia e Roma e que pertencem a coleções de museus italianos. O Espaço Cultural Correios de Niterói (RJ) apresentou, entre agosto e setembro, exposição interativa “Grael - Amor pelo mar”, em homenagem à família Grael. Torben e Lars Grael cederam suas medalhas olímpicas e outros objetos para a mostra.

Ao longo da pesquisa sobre o patrimônio esportivo, foi interessante perceber que embora França, Reino Unido e Brasil apresentem realidades diversas, tanto em relação à forma como abordam o tema quanto à quantidade de entidades e museus voltados para a preservação desse patrimônio, parece haver alguns pontos em comum entre esses três países, no que se refere à sua relação com o patrimônio esportivo nacional.

O primeiro deles é o fato comum de que o patrimônio esportivo, móvel e imóvel, está em grande parte nas mãos de colecionadores ou de entidades particulares, como clubes. Com isso, as ações de conservação e de levantamento de dados sobre este patrimônio tornam-se mais complicadas, assim como a possibilidade de que seja compartilhado com a sociedade. Podemos citar também as pressões econômicas, a ideia de que os estádios esportivos precisam ser rentáveis e as modernas exigências de segurança e as regras de entidades internacionais, como a FIFA, que se contrapõe ao valor simbólico desses locais⁷⁹ dificultando a sua salvaguarda. Aqui, podemos fazer um paralelo entre o caso do Maracanã e suas reformas com o que vimos no Reino Unido – mesmo considerando que o Maracanã é um bem público e tombado, ao contrário da maioria dos estádios britânicos.

Outra convergência encontrada, foi a relação entre os grandes eventos esportivos sediados por esses países e o incremento das ações governamentais e das discussões acadêmicas sobre o tópico do patrimônio esportivo e sobre as relações entre patrimônio e cultura. Novamente com abordagens diferentes, a Copa do Mundo da França em 1998, as Olimpíadas de Londres em 2012 e as Olimpíadas do Rio de 2016, ofereceram oportunidades para que a discussão sobre o patrimônio esportivo ecoasse com mais vigor.

No entanto, foi possível perceber também significativas diferenças de abordagem do patrimônio esportivo entre esses três países pesquisados. Nota-se até aqui que, na França, a relação entre patrimônio e esporte é verdadeiramente analisada no âmbito das discussões sobre patrimônio e museus, mostrando que o patrimônio esportivo neste país levanta as mesmas questões que outros “novos” patrimônios - que passam pela definição de seu conceito, dos bens materiais e imateriais que o compõe e por sua valorização.

Por outro lado, no Reino Unido, percebemos que o principal foco da discussão que envolve o patrimônio esportivo está em chamar atenção da sociedade para o seu valor e em realizar levantamentos e pesquisas (quantitativas) e em disponibilizar informações sobre as coleções existentes. Os estudiosos ingleses parecem correr contra o tempo, desde os anos

⁷⁹ Que, no Maracanã era representado também pela extinta “geral” que, com ingressos a preços populares, permitia entretenimento de qualidade à população de baixa renda e tornava o Maracanã um espaço ligado aos valores democráticos e a participação popular – era um dos raros espaços públicos onde conviviam várias classes sociais brasileiras.

1990, para oferecer alternativas e despertar a consciência da sociedade sobre a preservação do patrimônio esportivo (em especial das instalações e edifícios voltados para a prática do esporte) frente às pressões econômicas para a reconstruções e reformas nesses locais. No Reino Unido, possivelmente por conta de todo um sistema organizado de maneira diversa e de uma abordagem historicamente diferente do patrimônio, a maior parte das iniciativas no sentido de organizar, estudar e preservar o patrimônio esportivo emanam da sociedade civil – embora em parceria ou com suporte financeiro de instituições governamentais.

No Brasil, este recorte do patrimônio ainda é objeto de poucos e específicos estudos e “patrimônio do esporte” parece estar sendo tratado como sinônimo de “história do esporte”. A atuação governamental no sentido de valorizar e distinguir o patrimônio esportivo brasileiro parece ser quase nula e nota-se que as agências governamentais não levam em conta o patrimônio esportivo, nem mesmo quando planejam ações para relacionar esporte e cultura.

Ao longo de nossa investigação sobre o Patrimônio Esportivo, buscamos, a todo momento, identificar museus, acervos e iniciativas voltados exclusivamente para o iatismo, nos três países aqui focalizados.

Embora cientes de que este esporte não está entre os mais praticados⁸⁰, vale ressaltar aqui que, nos três países aqui pesquisados, o iatismo tem grande visibilidade em função das conquistas olímpicas de seus atletas. Dentre os 44 países que já conquistaram medalhas olímpicas neste esporte, o Reino Unido encontra-se em 1º lugar, com 58 medalhas conquistadas, enquanto que a França se encontra no 4º lugar, com 35 medalhas, e o Brasil, com suas 18 medalhas, está em 11º lugar geral – números que posicionam o iatismo como o 4º esporte que mais detém medalhas olímpicas no Reino Unido, o 6º na França e o 2º no Brasil⁸¹.

No entanto, ao longo desta pesquisa, a nossa busca por museus e acervos cuja temática seja exclusivamente o iatismo e que estejam abertos à visitação e à consulta pública não se mostrou bem-sucedida – embora todos estes países contem com um número significativo de “museus marítimos” ou “museus navais”, dedicados   cultura marítima,   navega o e   pesca e cujas cole oes, em sua maioria, não estão disponíveis para consulta *online*.

⁸⁰ Na França,   o 13º esporte mais praticado em clubes. No Reino Unido, pesquisa do *Sport England* aponta o iatismo como o 26º esporte mais praticado no país. Não encontramos dados sobre a prática do iatismo no Brasil.

⁸¹ Posi o do Brasil antes das Olimpíadas do Rio de 2016.

Na França, encontramos apenas o exemplo da “*Cité de La Voile*” (iniciativa privada, na cidade de Lorient La Base) que, entre atrações diversas, oferece um espaço de exposições multimídia sobre o iatismo. Em pesquisa realizada no *National Sports Museum Online*, do Reino Unido, localizamos, dentre os 70 esportes e temas listados, apenas o acervo da Universidade de Liverpool, no tópico “*yachting*”, que, no entanto, conta apenas com publicações sobre este esporte – embora seja possível supor que nos acervos com temática de “olimpíadas” haja itens relacionados ao iatismo. No Brasil, não encontramos museus e acervos sobre o tema.

Assim, sobre o patrimônio do iatismo, podemos afirmar aqui que – assim como grande parte do patrimônio esportivo – se encontra guardado nos clubes e por particulares (atletas e colecionadores) ou inserido no contexto das coleções sobre o tema das Olimpíadas.

2.3. A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO NO RIO YACHT CLUB

Ulpiano Bezerra de Menezes, refletindo sobre a realidade brasileira, chama a atenção para a grande mudança que ocorreu no país a partir da Constituição de 1988 que, como vimos aqui, reconhece aquilo que já ocorre na prática: o patrimônio cultural não é criado pelo estado e sim pela sociedade. Ele existe, de fato, para além dos livros de tombo por conta do valor cultural que possui junto à sociedade. Ao estado cabe o papel de reconhecê-lo e de trabalhar para a sua preservação, em conjunto com esta sociedade produtora do valor dos bens culturais patrimonializados. Menezes afirma que, embora o estado possa também participar da criação dos valores patrimoniais, “mesmo sem qualquer intervenção do poder público, existe o patrimônio cultural nacional”. (2012, p. 34)

No âmbito das instituições legitimadoras do patrimônio, tanto a UNESCO como o ICOM e IPHAN, em definições que reproduzimos aqui, não definem o patrimônio como um bem cultural necessariamente patrimonializado. Os parâmetros usados para defini-lo baseiam-se, principalmente, em seu valor como testemunho e como agente identitário.

Assim, partindo da premissa de que o patrimônio existe para além das fronteiras do Estado, da patrimonialização e da proteção legal, é possível considerar que o conjunto de bens que compõe o acervo do *Rio Yacht Club* carrega em si uma gama de significados que o

converte em agente de afirmação de valores e da construção da memória e da identidade de uma comunidade – o que o valida como um patrimônio da instituição.

Ao conservar seus bens antigos, o ambiente local, suas tradições e hábitos, os membros da comunidade do *Rio Yacht Club* estariam garantindo a transmissão de bens com atribuição de valores relacionados ao esporte náutico a cada geração e, ao mesmo tempo, construindo aquilo que entendemos como o seu patrimônio, o seu legado cultural que, no processo descrito por Londres da Fonseca, seria o “resultado de ações humanas, a um processo contínuo de selecionar, guardar, conservar e transmitir determinados bens, materiais e imateriais, a que se atribuem determinados valores” (2007, p.162). Segundo José Reginaldo Gonçalves (2005, p.19):

Nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter "construído" ou "inventado". Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. Esse ponto tem estado e seguramente deve continuar presente nos debates sobre o patrimônio.

Sobre este tema da construção de patrimônios, Dominique Pouillot, afirma: “Tal como é praticada há uma geração [...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (2009, p.12). E podemos citar dois exemplos que confirmam, na prática, este processo de construção de patrimônio no *Rio Yacht Club*.

O primeiro é a descoberta, no acervo do clube, de documentos que atestam a preocupação de membros da instituição em organizar e transmitir conhecimento sobre os bens históricos guardados para as gerações futuras⁸² e o segundo é a realização do livro sobre os 100 anos do clube, uma demanda da geração atual. Nesse sentido, percebemos a renovação, a cada geração de membros da comunidade, do interesse em preservar sua memória e sua história, através de seu patrimônio.

“A constituição dos patrimônios históricos está sempre em processo. Na verdade, nada garante a permanência e a imutabilidade de um bem, seja ele de natureza material ou imaterial, se o compromisso de preservá-lo não for reiterado e renovado a cada geração. A preservação só faz sentido para a sociedade se está relacionada a necessidades e interesses do momento

⁸² Encontramos no acervo de documentos do clube, além de inventários dos objetos e troféus do clube, realizados por sócios, também um índice, igualmente organizado por voluntários nos anos 0000 que traz imagens das taças guardadas no clube, um pequeno resumo de sua história e lista de vencedores.

presente, na busca constante de um ponto de equilíbrio entre permanência e mudança.” (FONSECA, 2007, p. 169-170)

E este interesse em preservar sua história e sua memória, representada por seu patrimônio, parece estar diretamente relacionado ao sentimento de pertencimento e de identidade proporcionados aos membros do clube pelo contato diário com este patrimônio.

As gerações que sucederam os fundadores do clube guardaram e ampliaram um conjunto de bens herdados de seus antepassados, mesmo sem necessariamente refletir sobre um eventual valor histórico desses bens. O mesmo ocorre com as tradições e hábitos. A sede e o bar do clube, que permanecem com alterações mínimas desde sua construção, exemplificam aquilo que seria uma necessidade intuitiva dos membros da comunidade por manter as coisas sempre da mesma forma. Motivo de brincadeira entre os sócios, as dificuldades e discussões levantadas a cada tentativa de modernização ou de mudança visual nesses ambientes podem ser explicadas pela afirmação abaixo.

“E essa sintonia fina entre conservação e mudança só é possível a partir de uma compreensão – que muito frequentemente é apenas intuitiva – do papel dos bens culturais na transmissão da memória coletiva”. (FONSECA, 2007, p.162)

E este ato intuitivo de guardar e transmitir estes bens – mesmo sem um formal “sentido de patrimônio” (FONSECA, 2007, p.162) -, que percebemos no *Rio Yacht Club*, se dá por conta de uma percepção de valor atribuído a eles e de um certo grau de consenso, entre os membros da comunidade, quanto a este valor.

2.4. RIO YACHT CLUB COMO COLEÇÃO VISITÁVEL

Embora alguns teóricos do campo como Van Mensch, Schärer, Nora, Pinna, Scheiner e Lima, venham alargando e discutindo o conceito e as funções do Museu, - que pode ser descrito como um “lugar de memória” ou “fenômeno” em suas definições mais amplas – e, com isso, aproximando o Museu de instituições que guardam patrimônios como, por exemplo, o *Rio Yacht Club*, por outro lado, ao recorrer às definições acolhidas e publicadas pelos órgãos representativos da Museologia em âmbito nacional e internacional, como o ICOM, e também

à legislação brasileira sobre o tema podemos afirmar que, embora dialogue com o Museu, o *Rio Yacht Club* não se configura como tal.

No entanto, os documentos textuais e objetos guardados no clube podem compor, segundo o entendimento museológico (COSTA; LIMA, 2012, p.1-20), o que se denomina como “coleção visitável” – embora não situada em espaço que se configure como museu. Segundo a Lei brasileira 11.904/2009, que define os Museus em seu artigo 1º:

São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, **que não apresentem as características previstas no art. 1º desta lei**, e que sejam abertos à visita, ainda que esporadicamente. (Grifo nosso)

De fato, “os espaços que não atendem às características previstas no estatuto para designar-se museu passaram a ser denominadas coleções visitáveis” (SANTOS; GRANATO, 2010) e não estão sujeitos às exigências citadas (para os museus) no artigo 1º da Lei de 2009. Em 2013, o Decreto 8.124 regulamentou os dispositivos desta Lei 11.904 e ratificou ainda as definições de museu e de coleção visitável, acrescentando a importante definição de bens culturais como sendo “todos os bens culturais e naturais que se transformam em testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território” (BRASIL, 2013).

Na nossa pesquisa, não encontramos uma regulação específica para enquadrar oficialmente o acervo do *Rio Yacht Club* como coleção visitável ou informações sobre os procedimentos de registro, mecanismos legais ou chancelas jurídicas necessárias para tal – como, por exemplo, a obrigatoriedade de determinada tipologia de pessoa jurídica que seja responsável pelo acervo. No entanto, nos parece pertinente entender que, sob o prisma do “entendimento museológico” (COSTA; LIMA, 2012, p.1-20), assim como pelo que consta no texto legal, é possível qualificá-lo com tal.

Em pesquisa realizada sobre a atuação de museólogos em coleções particulares, ou visitáveis, como denominam as autoras, Costa e Lima (2012) apontam o fato de que todas elas têm o formato de pessoa jurídica – assim como tem também o *Rio Yacht Club*. No entanto, não encontramos maiores detalhes sobre a tipologia específica dessas entidades jurídicas,

seus estatutos e objetivos⁸³. Sobre o clube, podemos dizer que se trata de pessoa jurídica, sem fins lucrativos, cujo estatuto define da forma abaixo:

Art.1º - O *RIO YACHT CLUB* fundado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1914, [...] é uma associação sem fins lucrativos, destinada a congregar as pessoas interessadas em praticar, promover e incrementar o esporte da vela de competição e de lazer, formar atletas olímpicos e paraolímpicos, desenvolver outros esportes marítimos e terrestres formais e não-formais, **bem como atividades culturais**, desde que aprovados pelo Conselho Deliberativo. (Estatuto Social, *RYC*, 2009, p.1)

⁸³ Projeto Hélio Oiticica: associação sem fins lucrativos; Coleção Rubens Gerchman: instituto Rubens Gerchman; Beatriz Milhases, Luiz Zerbini Atelier Carlos Vergara: não encontramos informação sobre pessoa jurídica.

CAPÍTULO 3

OLHAR MUSEOLÓGICO SOBRE O PATRIMÔNIO DO RIO YACHT CLUB:

A PERSPECTIVA TEÓRICA PARA TRATAR O PATRIMÔNIO

Neste capítulo, partindo da constatação de que o acervo de documentos e objetos guardado pelo *Rio Yacht Club* se constitui em patrimônio histórico e esportivo, em risco de perda, buscamos os fundamentos teóricos do campo da Museologia para desenvolver um “olhar museológico” sobre este acervo, de forma a constituí-lo em uma coleção visitável.

Assim, analisaremos a atuação da Museologia no tratamento de acervos de instituições não museológicas. Para justificar a pertinência do “olhar museológico” sobre este conjunto de bens culturais, sob a guarda de um clube esportivo, vamos apontar a maior abrangência da abordagem museológica sobre a diversidade de objetos (documentos textuais, imagéticos, troféus e similares), em relação a outras áreas que tratam acervos.

Apoiados pela pluralidade de tipologias, suportes e representações que compõe o conjunto de bens do *Rio Yacht Club* e pelas inter-relações entre estes, seguiremos defendendo a aplicação de nosso “olhar museológico” sobre este acervo que pode ser entendido como uma “coleção visitável”. Assim, versaremos sobre a atuação de profissionais museólogos em instituições que guardam patrimônios e não se configuram como museus – buscando, em especial, aquelas cuja temática seja o esporte.

Na sequência, trataremos dos aspectos relacionados ao processo de musealização - tanto do ponto de vista de sua definição, quanto de suas etapas no trato dos objetos e documentos. Este processo, próprio do campo museológico, será utilizado aqui como referência da qual empregaremos o instrumental teórico e prático na abordagem do conjunto de objetos e documentos que formam o nosso acervo.

Os aspectos conceituais e teóricos da musealização serão considerados, especialmente, no que tange a conversão dos objetos musealizados em documentos e no valor documental e informacional que adquirem. Os aspectos práticos e científicos do processo de musealização serão também abordados na medida em que serão definidas as etapas (ou ações) a serem realizadas a partir dos objetos selecionados. São elas: coleta, conservação, documentação, pesquisa e comunicação.

No encadeamento do capítulo, apresentaremos, sobre cada uma dessas etapas, reflexões que objetivam pontuar os principais questionamentos que cada uma delas despertou, ao longo de nossa pesquisa, e que determinaram os caminhos e parâmetros que foram traçados para a abordagem prática.

O tópico coleta se inicia com um debate sobre a importância das Políticas de Gestão de Acervos nas instituições museológicas e culturais e sobre a inserção do Plano de Aquisições neste contexto. Partindo da premissa de que o acervo do clube poderá e deverá ser expandido, objetivando completar suas eventuais “lacunas informacionais” (LIMA), debateremos aqui os parâmetros para a elaboração de um planejamento de aquisições, dentro das necessidades e da realidade do *Rio Yacht Club*. Em conservação analisaremos a importância da conservação preventiva e seus mais relevantes aspectos, além de avaliar os principais fatores responsáveis pela degradação dos papéis – uma vez que o nosso exercício prático se dará em torno do conjunto de livros de atas do clube.

No tópico documentação, refletiremos sobre a importância da documentação museológica, voltada para a cultura material, e abordaremos o papel da documentação como interconexão entre o acervo e a sociedade e sua importância também como ferramenta de salvaguarda do patrimônio. Em pesquisa, a discussão teórica se dará em torno da definição da pesquisa em museus e de suas relações com as demais atividades museológicas. Levando em conta que o nosso exercício prático será realizado em torno do conjunto de livros que registra o ingresso de sócios no clube (anos 1930 e 1940), refletiremos sobre o seu valor como fonte informacional primária, não estudada ainda em todo o seu potencial e nosso foco recairá sobre o conteúdo informacional dos livros e a diferença entre esta abordagem e a documentação do conjunto será pontuada.

Por fim, no tópico comunicação, dentro do espectro de atividades que fazem parte da comunicação em museus, versaremos sobre o tema exposição museológica. Partindo da compreensão da exposição museológica como a face mais visível dos museus e do processo de musealização, iremos aqui refletir sobre a exposição como uma ação comunicacional que agrega conteúdo e forma para funcionar como mediadora entre o museu, seu acervo e o público. Nesse sentido, os temas da pré-seleção de valores, da mensagem expositiva e seu impacto sobre o expectador mostraram-se relevantes.

3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA MUSEOLOGIA EM LOCAIS QUE NÃO SE CONFIGURAM COMO MUSEUS E SOBRE O TRABALHO DE MUSEÓLOGOS EM ENTIDADES ESPORTIVAS.

Diante da “descoberta” do patrimônio guardado pelo *Rio Yacht Club*, até então desconhecido e em risco de deterioração, o que fazer?

A opção por um tratamento museológico sobre ele se justifica, principalmente, pela maior abrangência da abordagem museológica sobre um objeto, em relação a outras áreas que tratam de acervos, como por exemplo a arquivologia e a biblioteconomia. A natureza diversa dos bens que compõem o acervo do clube, dos documentos textuais aos objetos tridimensionais significativamente diferentes entre si - e que se inter-relacionam - e a necessidade de planejar e realizar ações que objetivem preservar o conjunto, reforça a proposta de lançar este amplo “olhar museológico”, que envolve coleta, conservação, documentação, pesquisa e comunicação.

A constatação que o campo de atuação da Museologia e de seus profissionais extrapola o universo dos museus confirma a escolha do instrumental teórico e prático deste campo do conhecimento para abordar o acervo do clube.

Cientes dos muitos debates sobre as definições técnicas e conceituais da Museologia, no Brasil e no mundo, enquanto campo do conhecimento, que atua dentro de algumas fronteiras e possui um objeto de estudo determinado, ressaltamos aqui que este tema será abordado apenas no que tangencia a nossa pesquisa. Com isso, para nós, vale somente ressaltar que no Brasil, em especial a partir dos anos 1980, nota-se por parte dos especialistas do campo o entendimento da Museologia como uma ciência, que extrapola os muros dos museus - enquanto instituição e figura jurídica. No Brasil, a Museologia encontra-se inserida dentro de um contexto amplo, ligado às questões culturais, patrimoniais e sociais - tratando das relações que a sociedade e seus indivíduos estabelecem com seu patrimônio. Neste contexto, o campo de atuação dos profissionais museólogos mostra-se, naturalmente, mais amplo do que o museu ou do que convencionou-se chamar de práticas museológicas⁸⁴.

⁸⁴ Entendemos como práticas museológicas os trabalhos práticos, realizados no museu, referentes ao manejo dos acervos e coleções.

Ressaltamos aqui que o patrimônio, embora encontre-se guardado e protegido nos museus, está principalmente fora deles. E este patrimônio, enquanto ideia e conceito, como vimos, também ultrapassa os contornos das instituições e do Estado que o legitimam e o protegem, na medida em que se configuram como patrimônio também aqueles bens culturais não patrimonializados.

Com isso, é possível encontrar, na prática, inúmeros exemplos da atuação de museólogos brasileiros em instituições que guardam patrimônios, patrimonializados ou não, mas cuja pessoa jurídica não é museu⁸⁵ – em especial em coleções particulares de arte e em fundações culturais diversas. Nesses locais, os museólogos vêm operando ações voltadas para a conservação, documentação, pesquisa, e comunicação de coleções. Nota-se que os profissionais da Museologia vêm tratando estas coleções e acervos - que não estão em museus - com os mesmos parâmetros e com o instrumental teórico e prático do campo da Museologia, por meio de processos similares à musealização ou que apresentam “pontos de contato técnico-conceituais com procedimentos museológicos realizados em museus de contexto clássico”. (COSTA, LIMA, 2013, p.1)

Os profissionais museólogos, atuando em instituições não museológicas, estão apoiados pelo Código de Ética Profissional do COFEM (Conselho Federal de Museologia):

“Aplicar todo zelo, diligência e conhecimento em função do desenvolvimento da Museologia, dos museus **e de outras instituições onde a Museologia pode ser exercida** [...] procurando colocar as suas atividades e a própria Museologia a serviço do aprimoramento da cultura, da preservação e divulgação do patrimônio (COFEM, CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO MUSEÓLOGO, 1992, Artigo 4.º – grifo nosso)

A aceção encontrada no *website* do COREM (Conselho Regional de Museologia, 2ª Região) aponta também para esta preocupação, identificada no código de ética, em definir a atuação do museólogo de forma ampla, não restrita aos museus.

“O museólogo é **um profissional que atua na área de cultura e patrimônio**, voltado especialmente para a preservação, investigação e comunicação dos bens culturais, materiais ou imateriais, de uma sociedade.” (COREM, 2016, grifo nosso)

⁸⁵ De acordo com a legislação brasileira (Lei 11.904/2009).

E este mesmo texto, publicado pelo COREM, segue afirmando que o museólogo:

“Pode atuar em museus de história, de arte, etnografia, arqueologia, museus de ciência e tecnologia, ecomuseus e museus de comunidade, sítios arqueológicos, parques, monumentos, aquários, zoológicos, jardins botânicos, **centros de conservação e restauro, centros de memória, galerias de arte, institutos de pesquisa, coleções particulares, projetos ligados à memória e ao patrimônio.**” (COREM, 2016, grifo nosso)

Segundo o professor (UNIRIO / MUSEOLOGIA) Ivan Coelho, em entrevista concedida ao jornal EXTRA *Online* (23/06/2016) “qualquer instituição, órgão ou lugar que trabalhe com acervo demanda do trabalho do museólogo, que não está restrito aos museus.”

Além disso, é importante lembrar que o artigo 4º da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo, enuncia que: “Para o provimento e exercício de cargos e funções técnicas de Museologia na Administração Pública direta e indireta e nas empresas privadas, é obrigatória a condição de Museólogo, nos termos definidos na presente Lei” (BRASIL, 1984). Ou seja, a realização de tarefas e atividades conexas à Museologia deve ser necessariamente conduzida por museólogos – inclusive fora dos museus.

Também de acordo com a legislação brasileira, para ser denominada e constituída como “museu”, uma instituição cultural deve, necessariamente, contar com um profissional museólogo – uma vez que obrigatoriamente os museus devem elaborar e implementar um Plano Museológico (BRASIL, Lei 11.904/2009, Art. 44) e este Plano necessariamente deve ser elaborado por profissionais museólogos, de acordo com a mesma Lei (Art.8).

Assim, suportados pela constatação de que a atuação dos profissionais museólogos e da Museologia pode ocorrer fora dos museus, quando se trata de patrimônio– seja ele público ou privado, patrimonializado ou não – e cientes de que comumente acontece em coleções particulares de artes e em instituições culturais diversas, fomos em busca de exemplos desta atuação em coleções, e centros de memória criados e mantidos por clubes, sociedades esportivas e colecionadores particulares que guardam acervos com a temática do esporte.

Realizamos uma pesquisa *online* em busca desses locais⁸⁶. Partimos da listagem de instituições oferecida por Silvana Goellner em seu artigo “Locais da memória: história do esporte moderno” (2005). Em seguida, cruzamos esta informação com a listagem de museus nacionais publicada no Guia de Museus do IBRAM (2011) e selecionamos aquelas instituições que não estão listadas no Guia e que, juridicamente, não se configuram como museus.

Inicialmente, nos surpreendemos ao constatar que muitos clubes esportivos, em todo o Brasil, possuem acervos organizados e expostos em locais notadamente preparados para tal. Na maior parte dos casos, em especial quando se trata dos grandes clubes de futebol, há memoriais e salas de troféus abertas à visitação pública – até mesmo oferecendo visitas guiadas com cobrança de ingressos. A quase totalidade desses “centros de memória” localiza-se nas sedes sociais dos clubes ou em grandes estádios, no caso do futebol. No entanto, muitos deles estão configurados como museus e listados no Guia do IBRAM como tal.

Assim, da lista inicial de 12 instituições obtida a partir do trabalho de Silvana Goellner, restaram 6 instituições e, a elas, somamos o Centro de Memória do Vasco da Gama (RJ).

Por meio de pesquisa *online*, foi possível verificar a atuação de museólogos apenas no Clube Regatas Flamengo (RJ) que divulga, no contexto de seu projeto de memória, que o seu departamento histórico conta com historiadores e museólogos em seu quadro de profissionais⁸⁷. As demais instituições e coleções pesquisadas não fazem menção ao quadro de profissionais em suas páginas de internet - embora muitas ofereçam exposições permanentes e temporárias e guardem acervos diversos. Por isso, desdobramos a nossa pesquisa a contatos telefônicos e ao envio de *e-mails*, em busca de obter maiores informações sobre a atuação dos profissionais de Museologia nesses acervos.

O Sport Club Internacional (PA), em resposta ao *e-mail* recebido, nos confirmou, em setembro de 2016, que possui profissional museólogo em seu quadro funcional e o clube Fluminense (RJ), segundo resposta por *e-mail* de Daniel Cohen (outubro de 2016), responsável pelo projeto de memória institucional, conta com colaboradores (museólogos) e “pretende contratar um museólogo”.

⁸⁶ Realizada entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2016.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.flamengo.com.br/site/noticia/detalhe/22363/flamengo-avanca-em-projeto-historico-com-restauracao-de-taca-do-mundial-de-1981>

Além das instituições não museológicas acima mencionadas, pesquisamos também outros acervos e Centros de Memória de clubes esportivos e notamos que – por serem legalmente museus e necessitarem atender à Lei 11.904, há museólogos tratando de seus acervos esportivos. Em resposta gentilmente enviada por *e-mail*, em 22 de setembro de 2016, a museóloga Sibelle Barbosa de Silva, contratada pelo Museu do Grêmio Hermínio Bittencourt (Porto Alegre/RS), afirma: “Fui contratada em abril desse ano para o museu cumprir a legislação 11.904 desde então minha tarefa é providenciar o inventário, documentação museológica, documentos como o regimento interno e política de aquisição. Assim como higienizar, acondicionar e armazenar o acervo de forma adequada”. Segundo Sibelle Barbosa de Silva “o mercado recentemente começou a abrir vagas para nós aqui”.

3.2. DISCUSSÃO TEÓRICA E PARÂMETROS A SEREM ADOTADOS PARA O TRATAMENTO MUSEOLÓGICO DO ACERVO SOB A GUARDA DO RIO YACHT CLUB

Como já mencionamos, pretendemos aqui utilizar o instrumental teórico e prático do campo da Museologia, enquanto ciência teórica e prática, para tratar o acervo do *Rio Yacht Club*. Não nos parece pertinente ou correto, no entanto, afirmar que este acervo não patrimonializado será abordado por meio do processo de musealização ou que seus objetos serão musealizados - embora haja diferentes entendimentos sobre o que determinaria exatamente o processo de musealização e, em especial, aonde poderia ser aplicado.

No Brasil, a legislação que regula o campo museal nos apoia nesta afirmação. O texto da Lei 11.904, embora pareça definir os bens passíveis de musealização de modo bastante amplo, define que os bens a serem musealizados são aqueles de “interesse público”.

§ 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, Lei 11.904/2009, Artigo 5º).

O Artigo 6º, da mesma Lei, enuncia que a mesma “não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis”. Por fim, a definição dos bens musealizados (também contida na Lei 11.906/2009 no tópico II do artigo 2), como “o conjunto de testemunhos culturais e naturais que se encontram sob a proteção de instituições museológicas” (BRASIL, Lei 11.906/2009) deixa clara a noção de que os bens musealizados

estariam necessariamente guardados nas instituições museológicas (grifo nosso). Além dos instrumentos legais brasileiros, podemos ainda nos amparar nas definições dos especialistas do campo da Museologia sobre a musealização.

[...] a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um **“objeto de museu”** que se **integre no campo museal**. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.56 - grifos nossos)

Embora na sequência do texto fique explícito que o processo de musealização não se define pela mera transferência física de objetos para um museu, parece indiscutível que os autores acima citados sempre se referem ao contexto dos museus, quando refletem sobre a musealização dos bens culturais.

Podemos afirmar, portanto, que musealização é um processo característico e exclusivo do campo da Museologia e restrito às práticas em instituições museológicas. Por meio da musealização, os bens recebem cuidados especializados e específicos ao longo de um procedimento científico. Podemos afirmar ainda que os bens culturais musealizados necessariamente são incorporados ao contexto de salvaguarda dos museus, como defendem Desvallées e Mairesse – característica que marca fortemente a diferença entre os processos de musealização e a patrimonialização de um bem.

É por esta razão que **a musealização, como processo científico, compreende necessariamente o conjunto das atividades do museu**: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) ou, segundo outro ponto de vista, das atividades ligadas à seleção, à indexação e à apresentação daquilo que se tornou *musealia*. (2013, p.57-58 – grifo nosso)

Porém, levando em conta que não iremos musealizar o acervo do *Rio Yacht Club*, da forma estabelecida pelos especialistas do campo e pela legislação nacional, não iremos também nos estender sobre as definições e complexos debates em torno deste termo e sobre as muitas facetas do processo nos museus – embora cientes das questões que giram em torno do processo de musealização, que envolvem desde a seleção de bens, até a interpretação dos objetos e suas implicações.

No entanto, ao utilizar o instrumental da Museologia sobre o acervo do clube, e propor a realização de um processo similar à musealização sobre este acervo, nos parece pertinente

refletir sobre a conversão dos objetos do acervo em “documentos” ou em “objetos-documento”, por meio do processo de musealização.

Segundo Loureiro, a musealização pode também ser “vista como um conjunto de processos seletivos baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação” (LOUREIRO, 2012, p.93). Ao serem musealizados, os bens culturais – que tem musealidade⁸⁸ - adquirem o status de documentos e o seu valor como fonte informacional se sobressai. Esta musealidade de um bem seria o “valor documentário específico dos objetos concretos e perceptíveis da natureza e sociedade, o valor de evidência autêntica da realidade”. (LIMA, 2013, p.388).

Aqui, novamente, nos deparamos com um tema que sabemos ser complexo: o entendimento do conceito de documento. Assim, mais uma vez, vamos nos restringir, dentro deste amplo tema, a ressaltar e pontuar apenas aqueles aspectos deste debate que se relacionam diretamente com a nossa pesquisa, sem ultrapassar os objetivos deste estudo.

Partindo do entendimento de que um objeto pode ser um documento, fica subentendido que estamos tomando a compreensão ampla do conceito de documento (LOUREIRO, 2013), adotada pela Museologia – que por meio do processo de musealização, ressalta e reconhece o valor informativo dos objetos, como documentos. Como apontam Benchimol e Pinheiro (2009, p. 4), “a ampliação do significado do vocábulo documento, no decorrer do tempo, permitiu que se caracterizasse como tal, vários tipos de objetos, e entre eles os museológicos”.

Aqui, destacamos a diferença entre os denominados documentos textuais – ou “artefatos destinados a construir discursos” (BUCKLAND, 1991, p. 355, *apud* LOUREIRO, 2015. P.16) - e os objetos-documento, portadores de informações (que podem ser textuais, objetos e outros) e notamos que, no momento atual, mesmo os documentos textuais, que representam grande parte do acervo do *Rio Yacht Club* não funcionam como documentos. Assim, objetivando converter o conjunto de bens do clube num conjunto de “objetos-

⁸⁸ Termo cunhado pelo museólogo Zbynek Stránský no início dos anos 1970, em conjunto com o termo “musealização”.

documento”, iremos aborda-lo sob o prisma da Museologia e de seu instrumental teórico e prático – em processo inspirado na musealização.

Para tal, é pertinente ressaltar que a musealização é também (e principalmente) um processo prático. O ato de musealizar envolve um método científico, composto por procedimentos pelos quais passa um bem cultural - material ou imaterial - ao ser incorporado ao museu: “[...] aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação” (CURY, 2005, p. 26). Com base nisso, instituímos cinco etapas ou ações que farão parte de nossa abordagem prática sobre o acervo – baseadas nos trabalhos envolvidos no processo científico de musealização. São elas: coleta, conservação, documentação, pesquisa e comunicação.

Na sequência deste capítulo, apresentaremos, sobre cada uma delas, algumas reflexões teóricas que nortearam os parâmetros utilizados na abordagem prática que se segue, realizada com recortes deste amplo acervo.

3.2.1. COLETAR

A partir de um olhar específico sobre os objetos existentes no *Rio Yacht Club*, que revelou aos poucos a importância da história do clube, no contexto do patrimônio do esporte à vela no Brasil, foi lançado o germe para a conservação de um acervo capaz de recriar a trajetória da conformação do esporte à vela no Brasil. Para tal, se faz necessário que o clube busque meios de preservar e tratar estes objetos de forma física e informacional.

O clube, como guardião deste conjunto de bens culturais, que possui uma temática própria e que apresenta o potencial de ser fonte de pesquisas e conhecimentos, deve também se preocupar em implantar métodos e em designar formas de complementar suas eventuais lacunas informacionais, agregando valor a este patrimônio histórico do esporte.

Neste contexto, mostra-se pertinente refletir sobre os critérios parâmetros para a seleção e gestão deste acervo, ou sobre uma Política de Preservação e Gestão de Acervos⁸⁹ a ser implantada futuramente pelo *Rio Yacht Club*. De início, seria interessante começar por um

⁸⁹ Vale notar que as denominações “Política de Preservação e Gestão de Acervos” e “Programa de Incorporação de Acervos” foram aqui adotadas. No entanto, esta nomenclatura varia de instituição para instituição.

Programa de Incorporação de Acervos, a ser implantado no curto prazo – em especial quando notamos que, historicamente, o clube vem recebendo objetos doados espontaneamente por seus sócios.

Nossa proposta, nesta etapa do trabalho, consistirá em refletir sobre alguns temas relacionados à gestão e à incorporação de peças aos acervos e em elaborar as diretrizes para um Programa de Aquisições do Rio Yacht Club⁹⁰, que seja adequado a realidade desta instituição. Para tal, utilizaremos como exemplo prático o livreto “Regras internacionais de regatas a vela e determinações da Confederação Brasileira de Vela e Motor”, doado espontaneamente ao clube, pelo iatista Lars Grael, em 2014.

Sabemos que nas grandes e organizadas instituições museológicas, em especial naquelas que possuem acervos de objetos, os Programa de Aquisições estão inseridos no contexto das Políticas para a Gestão dos Acervos, que englobam tudo o que se refere ao manejo dos acervos - incluindo as medidas relacionadas à sua conservação, acessibilidade, às possíveis formas de utilização das coleções, os empréstimos de peças, o recebimento de peças emprestadas e ainda o eventual descarte de peças, entre outros tópicos. Estas Políticas por sua vez, estão inseridas em contextos ainda mais amplos, compondo parte relevante dos Planos Museológicos das instituições.

Assim, é possível supor que um Programa de aquisições deva levar em conta aspectos relevantes e diretrizes traçadas ao longo da elaboração dos Planos Museológicos, estando de acordo com a missão e com os objetivos determinados para o museu, e das Políticas de gestão de Acervo, nos quais se insere. O programa a ser aqui elaborado deve, portanto, levar em conta as características e necessidades específicas da instituição e de seu acervo e estar adaptado ao seu ambiente operacional e voltado para a perspectiva de seus funcionários e de seu público. Dessa forma, contribuirá para que a instituição mantenha a identidade de seu

⁹⁰ Embora cientes de que orientações e parâmetros para descarte de peças usualmente fazem parte dos Programas de Incorporação de Acervos e embora seja possível perceber que há elementos, dentro do acervo atual do clube, que parecem desconectados do conjunto, que estão em mal estado de conservação ou sobre os quais não se tem informação ou comprovação de procedência, não trataremos do descarte de peças – uma vez que o acervo do *Rio Yacht Club* ainda não foi totalmente analisado (documentado), até o momento.

acervo e preserve recursos – que podem ser direcionados para atividades como preservação e documentação do acervo existente (PAASKOSKI; EKOSAARI; JANTUNEN, 2014).

A incorporação de peças ao acervo de um museu - que pode ser dar através da compra, da recolha de campo, de doações, do recebimento de legados ou por meio de transferências efetuadas por outras instituições - deve também atender às normas éticas que regem o campo museológico, estabelecidas pelo Código de Ética do ICOM. Ou seja, deve levar em conta não apenas a relevância dos bens para a coleção e para missão e objetivos do museu, mas também os aspectos legais e éticos envolvidos no processo. A instituição museológica precisa certificar-se de que os bens a serem incorporados atendam a padrões de documentação e procedência e que sua aquisição não contraria leis e tratados locais ou internacionais (LADKIN, s/ano, p.20).

A relevância e a complexidade deste tema da incorporação de acervos, para o cenário internacional dos museus, motivou o ICOM a estabelecer um comitê, o COMCOL (*International Committee for Collecting*), que organiza seminários e publica trabalhos sobre a matéria. O COMCOL tem como missão aprofundar as discussões teóricas e éticas sobre o desenvolvimento das coleções tangíveis e intangíveis. Os trabalhos deste comitê tratam também das políticas de aquisição e descarte⁹¹ e abordam ainda a intrincada questão da restituição de acervos.

Além do ICOM, outras entidades internacionais como *American Alliance of Museums* (EUA) e o *Collections Trust* (Reino Unido), por exemplo, reconhecem a obrigatoriedade da formulação de Políticas de Aquisição pelas instituições museológicas em seus países (PAASKOSKI; EKOSAARI; JANTUNEN, 2011-2014) – o que ocorre também no Brasil, aonde a relevância desta matéria para as instituições do país pode ser ilustrada pelo fato desta obrigatoriedade estar prevista na Lei 11.904, que enuncia que os museus: “deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente” (BRASIL, 2009).

Assim, diante da necessidade de ampliar seus acervos e de administrá-los, frente ao vastíssimo universo de objetos (materiais e imateriais) que podem ser incorporados, é fundamental que os museus tracem determinados limites. O museu deve ser capaz de

⁹¹ *De-accessioning* no original.

identificar e de priorizar aquilo que deve ser agregado a seu acervo, em especial por conta das limitações de recursos e da obrigatoriedade de realizar a incorporação de acordo com as normas éticas e legais do campo museológico e do contexto em que se insere a instituição.

Por fim, sobre a incorporação de acervos, vale ressaltar que por meio da elaboração de um Programa, são também instituídos os procedimentos legais que tem por objetivo garantir e formalizar a posse do objeto incorporado por parte da instituição – tornando a aquisição um ato juridicamente embasado e registrado. Desta forma, o museu ou instituição cultural que incorpora um bem garante o seu direito sobre gestão futura deste bem.

Incorporação: Ato formal de inclusão de um objeto na coleção de um museu. Após sua incorporação, o objeto assume um status que vai além do simples fato de pertencer a uma organização. Sua alienação só poderá ser feita mediante a aprovação dos administradores da organização, isto é, o Conselho Curador ou Diretoria. (CIDOC, 2014)⁹²

Considerações sobre um Programa de Incorporação de Acervos para o *Rio Yacht Club*

Como vimos, a política de incorporação de acervos, numa instituição museológica, é parte do contexto mais amplo da gestão do acervo, cuja elaboração e implantação são processos complexos – inclusive porque cada museu tem sua especificidade e os documentos a serem elaborados levam em conta a história, a coleção e a realidade de cada instituição.

Assim, mesmo cientes das grandes e significativas diferenças entre o *Rio Yacht Club* e um museu e, levando em conta que nosso objetivo prático nesta etapa se restringe a elaboração das diretrizes para um Programa de Incorporação de Acervos – inspirado em modelos de Programas de Incorporação de Acervos de museus -, não podemos, no entanto, deixar de formular algumas questões importantes para a elaboração deste Programa que, sabemos, deveriam estar contidas no Plano Museológico dessas instituições. Nesse sentido, pergunta-se:

⁹² Consulta online. CIDOC - ICOM. Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM).

Qual é a missão⁹³ do *Rio Yacht Club*? O clube não possui uma missão declarada. Porém, levando em conta o que entendemos por missão e o Estatuto do Clube em vigor, podemos estabelecer que a missão do clube⁹⁴ seria “congregar as pessoas interessadas em praticar, promover e incrementar o esporte da vela de competição e lazer”

Qual é o escopo geral do acervo do clube? Constitui-se num conjunto de documentos textuais e objetos diversos que tem como tema a trajetória da instituição ao longo de seus 103 anos (sua fundação e desenvolvimento, seus membros, suas conquistas, atividades realizadas) e do esporte à vela no Brasil.

Qual é a vocação do acervo atual do *Rio Yacht Club*? Em sintonia com a missão e com os objetivos do clube, e levando em conta as peças que o compõem, para efeito de nossa pesquisa, podemos afirmar aqui que a vocação deste acervo – composto por objetos e documentos textuais - seria oferecer subsídios para que, por meio de sua pesquisa e interpretação, se possa “contar a história” do clube e sua participação na construção de um patrimônio, material e imaterial, do esporte à vela do Brasil.

Por meio do acesso aos objetos-documentos salvuardados no acervo do clube e da pesquisa a ser realizada neste acervo, será possível também refletir sobre a história destes objetos, sobre os personagens que fizeram e fazem parte dela, sobre as conquistas do clube – o que contribui para manter vivo o propósito da instituição e para manter seus membros unidos em torno dos mesmos objetivos. Os objetos ali reunidos devem contribuir para espelhar e representar a trajetória do clube e de seus membros, funcionando também como um elemento de ligação entre o passado, o presente e o futuro.

Quem são os responsáveis por ajudar o *Rio Yacht Club* em seu papel de salvuarda deste acervo? A diretoria do clube e o Conselho Diretor são os responsáveis legais pelo patrimônio do clube. De acordo com o Regimento Interno do clube (2013), cabe ao vice-comodoro “zelar pela sede social e demais dependências do *SAILING*⁹⁵”. Segundo este mesmo documento, compete ao Secretário da Diretoria “organizar e manter o acervo documental do

⁹³ Em geral, a missão de uma empresa ou instituição refere-se à sua razão de ser. A missão é uma definição ampla que trata do propósito de a empresa ou instituição existir. Neste sentido, a “missão” significa um compromisso, que define o papel daquela instituição na sociedade e que irá nortear seus objetivos.

⁹⁴ A missão aqui definida para o clube não tem caráter oficial se restringe ao contexto de nossa pesquisa.

⁹⁵ “*SAILING*” é a denominação dada ao *Rio Yacht Club* em seu Regimento Interno.

SAILING” e ainda ao Tesoureiro “ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores e títulos pertencentes ao *SAILING*”. No entanto, ao contrário do que já ocorreu com os jardins do clube, protegidos e reconhecidos como “patrimônio” no Artigo 14 do Regimento Interno, o acervo aqui tratado não se encontra descrito e não é mencionado no Regimento, assim como não tem oficialmente estabelecida a responsabilidade por zelar por sua integridade.

Porém, quando o clube iniciou os trabalhos relativos à comemoração de seus 100 anos, foi formada uma comissão composta por sócios voluntários, a já mencionada “Comissão 100 anos”. Este grupo permanece ativo e realizando ações relativas à memória do clube e trabalha, inclusive, para organizar, catalogar e buscar meios legais de salvaguardar o acervo do clube. Entre os objetivos traçados pela Comissão, está a inclusão do acervo histórico do *Rio Yacht Club* nos documentos “oficiais” da instituição, como o Regimento Interno, e o seu reconhecimento “oficial” como patrimônio do clube sob a guarda da Diretoria em exercício.

Considerações sobre o acervo do *Rio Yacht Club*

O acervo atual do clube não foi fruto de um planejamento e não foi reunido por um colecionador, com objetivos específicos. Assim como ocorreu com muitos museus e outras instituições históricas e culturais, o conjunto de bens guardados no clube precede à noção de que se constitui em patrimônio da instituição. Precede também qualquer tipo de Política ou a definição de objetivos e diretrizes sobre sua incorporação e sobre suas relações com a história e com os objetivos do clube, como instituição.

Exceto pelos documentos textuais - em sua maioria relacionados às práticas administrativas do clube, como vimos anteriormente - há pouca informação sobre a origem dos objetos. Entre os troféus, por exemplo, há exemplares, como os da *Commodore Cup*, que foram conquistados pelo clube de acordo com as regras estipuladas para essas regatas⁹⁶ e que, portanto, pertencem ao clube e devem estar guardados em sua sede. Mas há outros, que representam vitórias individuais e estão armazenados no clube por razões que

⁹⁶ Explicados tópico sobre documentação de nossa dissertação.

desconhecemos. Há também muitos objetos expostos nas paredes do bar sobre os quais não se sabe a história e nem a exata procedência e sobre os quais não há registros⁹⁷.

Por outro lado, em razão da atividade central e específica do clube - a prática do iatismo -, o conjunto de objetos reunido hoje na instituição tem uma significativa unidade temática. Os documentos textuais, em sua quase totalidade, referem-se à história do clube, de seus membros e do iatismo brasileiro. Os objetos guardados, em sua ampla maioria, estão também relacionados ao clube e ao meio náutico.

3.2.2. CONSERVAR

Cientes de que a conservação de bens culturais possui uma longa e rica história e de que conservação e restauração caracterizam formas diversas de intervenções em objetos, em especial no que se refere aos objetivos a serem alcançados, não iremos abordar aqui o tema da restauração⁹⁸. Deste modo, a discussão teórica, as análises e ações propostas a seguir referem-se unicamente às medidas que se destinam a assegurar a salvaguarda do conjunto de atas históricas do *Rio Yacht Club*, com a ambição de “interromper” ou, ao menos, de tornar mais lento o seu processo de degradação deste conjunto, na esperança de aumentar sua vida. Não iremos sugerir ações para reverter os danos físicos e químicos já perceptíveis nos livros.

É relevante apontar aqui, que cientes ainda do vastíssimo universo da conservação, no que se refere às muitas possibilidades técnicas que oferece, em relação aos inúmeros tipos de objetos e de materiais que compõem os acervos e coleções, a nossa discussão teórica e prática se restringirá às características específicas deste conjunto de livros de atas, cuja matéria-prima principal é o papel, e ao ambiente específico em que estão guardados, a sala do acervo na sede do *Rio Yacht Club*, em Niterói, RJ.

⁹⁷ Podemos citar como exemplo a peça resgatada do navio naufragado *Thetis*, já mencionada anteriormente⁹⁷ e um sino que, segundo relatos de sócios antigos do clube, pertencia ao navio dinamarquês *S/S Birte* e teria sido doado ao clube por um sócio, em 1972, embora não haja nenhum.

⁹⁸ Vale ressaltar também que, neste trabalho, na etapa prática, de detalhamento das ações propostas, não adotaremos uma divisão entre ações de conservação e de conservação curativa e preventiva - conforme descrita por alguns autores do campo (CARVALHO, Claudia, 2001; SPINELLI, BRANDÃO, FRANÇA, 2011; COSTA, 2005, entre outros).

Com isso, na sequência de nossa pesquisa, refletiremos brevemente sobre a conservação dos bens culturais e especificamente sobre a conservação do conjunto de 9 livros de atas do *Rio Yacht Club* – parte de um valioso patrimônio material, composto em grande parte por documentos textuais de papel – que se encontra guardado no clube de forma pouco adequada, do ponto de vista de sua conservação.

Nesse sentido, nosso trabalho prático consiste em elaborar as diretrizes para um futuro planejamento de conservação. Este trabalho tem o objetivo de, a partir da identificação dos principais problemas relacionados à guarda dos documentos históricos do clube, refletir sobre a conservação deste conjunto e listar medidas a serem tomadas - sempre levando em consideração o pequeno porte da instituição e seus limitados recursos humanos e materiais.

A conservação é parte das atribuições e responsabilidades dos museus, bibliotecas, arquivos e das entidades que guardam patrimônios. No caso dos museus, esta responsabilidade de conservar os bens sob sua guarda está reconhecida e descrita em documentos do campo como, por exemplo, o código de ética elaborado pelo ICOM, que versa sobre o tema da conservação em seus tópicos 2.23 e 2.24⁹⁹, distinguindo conservação preventiva de conservação e de restauro. Este documento deixa clara a responsabilidades dos profissionais dos museus em relação a “criar e manter ambientes adequados para a proteção dos acervos e sua guarda, tanto em reserva, como em exposição ou em trânsito” e também a monitorar os acervos, identificando a necessidade de intervenções de conservação ou de restauração.

Assim como o ICOM, entidades nacionais e internacionais, como a UNESCO e órgãos governamentais vêm estabelecendo parâmetros a serem seguidos por instituições e profissionais que cuidam da preservação do patrimônio – em especial após a 2ª Guerra Mundial (CALDEIRA, 2006, p.95). Não cabe aqui enumerar as muitas Cartas e Documentos Internacionais, editados pela UNESCO, os Compromissos Brasileiros e as medidas governamentais, entre outras referências disponíveis, que tratam da conservação e da restauração do patrimônio no Brasil e no mundo.

⁹⁹ Nota-se que, no texto do ICOM há uma divisão clara entre o que seriam as ações de conservação preventiva e as de conservação.

No entanto, é pertinente mencionar que, desde os anos 1980, nota-se uma tendência dos profissionais e pesquisadores do campo em privilegiar as medidas no sentido de “prevenir, planejar e evitar” (CALDEIRA, 2006, p.98-99) no lugar das intervenções curativas e restaurações, mais comuns até então.

“A restauração deveria sempre ser o último recurso a ser cogitado e, sempre que possível, postergado em favor de ações de conservação preventiva, de efeito mais abrangente. Uma obra ou coleção pode apresentar danos, mas um bom acondicionamento pode reduzir a velocidade de degradação” (BECK, 2007, p. 59).

Podemos afirmar que a conservação contemporânea tem como principal objetivo resguardar os objetos, mantendo-os em seu estado presente, cessando ou desacelerando o seu processo de degradação, por meio de ações preventivas – ou conservação preventiva.

“Em função dos problemas técnicos e éticos associados à conservação curativa, e com o cada vez maior conhecimento dos fatores responsáveis pela deterioração dos objetos, os conservadores estão dedicando mais tempo na pesquisa por soluções preventivas” (KNELL, 2005, p.6 - tradução nossa¹⁰⁰)

Intimamente relacionada às medidas de controle ambiental, a conservação preventiva é definida por Guimarães e Beck como “um conjunto de ações para mitigar as forças responsáveis pela deterioração e pela perda de significância dos bens culturais” (2007, p.37). Essas autoras afirmam que “a conservação preventiva sempre pensa no conjunto e nunca em um documento específico e o que deve ser considerado, em primeiro lugar, sempre é a proteção física dos acervos” (2007, p. 48).

Com isso, mesmo cientes de que nos museus e grandes instituições os planejamentos de conservação preventiva costumam estar inseridos no contexto mais amplo do “plano de preservação”, formulado por equipes multidisciplinares, inserido no Plano Museológico da instituição, contemplando ações administrativas e disponibilidade de recursos, entre outros (GUIMARÃES; BECK, 2007, p.47), é possível realizar uma análise das condições locais de guarda e um primeiro diagnóstico dos livros de atas – objetivando detectar os principais problemas e recomendar medidas de conservação preventiva a serem implantadas pelo clube.

¹⁰⁰ *Given the technical and ethical problems associated with remedial conservation, and an increasing awareness of the factors responsible for object deterioration, conservators are devoting more time to the search for preventative solutions.*

A conservação dos livros em papel

As causas principais de deterioração do papel podem ser intrínsecas e extrínsecas (ou em internas e externas). As causas intrínsecas relacionam-se ao processo de produção do papel - em especial aos componentes químicos que são utilizados pelos fabricantes como as resinas e produtos clareadores. As causas extrínsecas estão relacionadas à ação do meio-ambiente e ao manuseio, uso e guarda do material (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p.40).

Os livros de atas do *Rio Yacht Club* são objetos cuja matéria-prima é quase que exclusivamente o papel - produzido a partir da madeira e composto pela celulose, uma substância orgânica. O processo de produção da maioria dos papéis de uso comercial faz com que o papel seja um produto ácido – por conta do excesso de lignina e dos alvejantes utilizados na fabricação - e conseqüentemente, apresenta baixa resistência e durabilidade, em relação a outros materiais.

Podemos supor que, mesmo os livros mais antigos do clube, que datam dos anos 1920, já são compostos por papéis industrializados, à base de celulose¹⁰¹. Sabemos que a qualidade do papel utilizado é determinante para a longevidade de um livro e que a qualidade deste material pode variar enormemente, de acordo com o fabricante. Segundo Beck (2007, p.54), entre 1850 e os anos 1980 a quase totalidade dos papéis industriais era extremamente ácida – o que provocou a rápida degradação dos materiais. A partir dos anos 1980, a indústria voltou a produzir papéis alcalinos, mas é possível supor que os livros de atas do clube (material banal, encontrado em papelarias) são compostos por estes papéis mais comuns, de alta acidez.

Porém, é curioso notar que o estado de conservação dos livros de atas não é proporcional a sua idade e que o mais antigo deles encontra-se em melhor estado de conservação do que outros mais recentes. No entanto, não é possível afirmar, com segurança, as razões de tal constatação – que pode estar relacionada a problemas de manuseio e armazenamento (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p.39-40).

¹⁰¹ “A história do papel mudou depois de 1850, quando passaram a ser confeccionados papéis a partir de fibras de madeira. Os materiais de acabamento, como cargas e colas passaram a ser ácidos e a durabilidade desses papéis ficou comprometida” (BECK, 2007, p.54).

Estes livros são compostos ainda por outros materiais utilizados em sua encadernação como colas, adesivos, linhas (para amarração das páginas), peças metálicas e pelas tintas utilizadas na escrita dos textos. As capas duras dos livros de atas do *Rio Yacht Club* têm estrutura em papelão (material que comumente tem baixa qualidade e durabilidade) e foram revestidas com materiais sintéticos diversos e tecidos. É possível observar, em especial nas áreas desgastadas e rasgadas, as camadas e materiais que compõem essas capas (FOTO).



FIGURA 19 – Fotografias. Detalhes de livros de ata, que mostram os materiais utilizados em sua encadernação e acabamentos. FONTE: autor.

Embora seja possível deduzir que alguns dos problemas de conservação encontrados nos livros de atas podem ter sido causados ou agravados por conta de causas intrínsecas, relacionadas à qualidade e a composição dos materiais utilizados em sua produção, podemos supor, mesmo antes da realização de diagnóstico, que são as causas extrínsecas as maiores responsáveis pela degradação deste conjunto, cuja matéria-prima é essencialmente, o papel.

A deterioração natural dos suportes dos documentos, ao longo do tempo, ocorre por reações químicas, que são aceleradas por flutuações e extremos de temperatura e umidade relativa do ar e pela exposição aos poluentes atmosféricos e às radiações luminosas, especialmente dos raios ultravioleta. (CONARQ, 2005, p. 12)

As causas extrínsecas, como vimos, relacionam-se as condições ambientais do local em que estão guardados os livros. E o controle deste ambiente, com vistas a desacelerar o processo de degradação do conjunto de livros, revela-se como o caminho mais adequado para tratar o conjunto, no longo prazo (KNELL, 2005, p.92-93). Como já apontamos aqui, nota-se um consenso entre os especialistas sobre as medidas de conservação preventiva, por meio do controle ambiental, como as mais indicadas para os acervos em papel.

Identificamos a seguir, as principais causas extrínsecas que afetam os acervos de papel e, sobre elas, faremos algumas considerações. São elas: temperatura, umidade, luminosidade, qualidade do ar (poeira e partículas diversas), ação de agentes biológicos e ação do homem.

A. Temperatura e umidade

O controle de temperatura e dos níveis de umidade do ar são considerados como ações fundamentais para preservar coleções de documentos e livros. O calor acelera os índices de degradação do papel, fazendo com que a taxa de degradação e das reações químicas dobre a cada aumento de 10°C da temperatura - podendo ser ainda mais acelerada, dependendo da situação e do material. A alta umidade do ar, especialmente quando combinada ao calor, promove as condições ideais para a ação dos insetos e outros agentes biológicos. As flutuações de temperatura e umidade do ar são danosas aos acervos em papel, já que este material absorve e libera umidade com facilidade e, com isso, trabalha se expandindo e se contraindo. Essas alterações dimensionais causam danos visíveis aos documentos e livros, que podem apresentar quebras e partes enrugadas, tinta com "falhas" e capas deformadas (OGDEN, 2001, p.7; TEIXEIRA, 2012, p.17)

Segundo o CONARQ (2005, p.12) os índices ideais de temperatura e umidade nos locais de guarda dos acervos de papel seriam entre 18 e 22° C. A umidade do ar recomendada seria, no Brasil, algo como 55% (para o CONARQ estaria entre 45% e 60%). Porém, há consenso em relação a afirmar que, quanto menor a temperatura nos locais de guarda, melhor. Os especialistas são unânimes em assegurar ainda que manter estas condições estáveis é crucial para aumentar a vida dos objetos. Quando uma instituição define os índices de temperatura e umidade de seu acervo, os mesmos devem ser mantidos permanentemente. Os sistemas nunca devem ser desligados e os índices devem ser regularmente aferidos (TEIXEIRA, 2012, p.17; OGDEN, 2001, p.8). Porém, as dificuldades para a manutenção de taxas ideais, nas pequenas instituições, situadas em locais com climas quentes e úmidos, são muitas - especialmente por conta dos altos custos envolvidos.

Em função do clima tropical brasileiro, das limitações de recursos e configuração arquitetônica da maioria das instituições nacionais que guardam acervos em papel, alguns especialistas recomendam que não se busque reduzir os índices de temperatura e umidade do local, quando não for garantido que se conseguirá mantê-los permanentemente mais

baixos. As oscilações podem ser extremamente danosas ao material. Diante das condições brasileiras, é possível buscar soluções e médias “possíveis de manter” (BECK, 2007, p.56) e que garantam que os ambientes fiquem abaixo dos perigosos índices de 27º C e de 75% UR.

B. Luminosidade

A incidência de luz, natural ou artificial, acelera a deterioração dos documentos e livros, pois leva ao à fragilização das fibras de celulose que compõe o papel e apressa a degradação da lignina, que une as fibras do papel, causando o seu enfraquecimento estrutural. As causas visíveis são manchas, escurecimento e amarelamento dos papéis. A ação dos raios infravermelhos e ultravioletas também causam o desvanecimento das tintas e imagens, alterando as cores e o aspecto dos documentos e prejudicando sua legibilidade. A exposição à luz é danosa e os danos causados por ela costumam ser cumulativos e irreversíveis (TEIXEIRA, 2012, p.21; FRAGAS, 2003, p. 4).

As recomendações sobre os níveis adequados de luz para os documentos guardados apresentam pequenas variações, dependendo da FONTE consultada. Segundo Ogden, os materiais sensíveis devem ser mantidos a, no máximo 55lux¹⁰² e aqueles menos sensíveis podem estar expostos a até 165 lux (2011, p.9). Para arquivos e bibliotecas, parece ser um consenso que esta medida fique entre 50 e 150lux para permitir o “equilíbrio entre uma boa visibilidade e a conservação dos bens” (CALDEIRA, p.99). Para os papéis, é recomendável, também que se meçam os índices UV. Segundo Teixeira “quando a medição da proporção de radiação UV numa FONTE de luz ultrapassar 75 W/lm, é necessário utilizar um filtro de absorção de UV” (2012, p.22).

Para minimizar os danos causados pela incidência da luz nos papéis, os especialistas recomendam o uso de filtros nas lâmpadas e o bloqueio dos raios solares por meio de persianas e cortinas para evitar a entrada da luz solar. Além disso, é recomendável que a iluminação seja sempre indireta sobre os papeis. A exibição permanente dos acervos em papel é altamente desencorajada. (OGDEN, 2001, p.8; ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2007, p. 21)

¹⁰² Os níveis visíveis de luz podem ser medidos em *lux* (lumens por metro quadrado) ou pés-vela. Um pé-vela equivale a aproximadamente onze luxes.

C. Qualidade do ar

A poluição do ar é um fator que contribui fortemente para a deterioração dos acervos em papel. Os poluentes são agrupados em dois grandes grupos: as partículas e os gases.

As partículas (ou o pó depositado sobre os documentos) agem como alimento e como uma FONTE úmida para os micro-organismos, como os fungos, o que pode causar a aceleração de sua deterioração. As partículas de sujeira e o crescimento dos micróbios absorvem e retêm água em contato com o papel, agindo assim como FONTE de hidrólise. A sujeira é geralmente ácida, e os índices de corrosão e hidrólise aumentam na medida em que o Ph diminui - o que pode ser percebido pelo aspecto do papel dos livros e outros documentos. A poeira contém partículas químicas diversas, que destroem os documentos com sua ação cortante e abrasiva (FRAGAS, 2003, p.5; OGDEN, 2001, p.10).

Controlar a qualidade do ar é difícil, complexo e depende de uma série de ações e medidas inter-relacionadas e do uso de equipamentos diversos. Vários padrões e índices apropriados de poluição do ar já foram estabelecidos, mas a recomendação dos especialistas é que estes sejam os menores possíveis, dentro do praticável (OGDEN, 2001, p.10).

D. Ação de agentes biológicos

Os agentes biológicos que podem atacar e causar danos aos acervos de documentos em papel são múltiplos - e não há espaço aqui para nos estendermos sobre as características, tipos de danos ou as formas de combate a cada um desses agentes. No que tange a nossa pesquisa, e às condições observadas na sala do acervo do clube, basta mencionar que os principais agentes biológicos que atacam os papéis são fungos (também chamados de mofo ou bolor), roedores e insetos.

Os fungos e bactérias são um grave problema e os danos causados por estes agentes podem ser devastadores - especialmente para as instituições localizadas em climas úmidos e quentes, e junto a grandes massas de água - exatamente como no caso do *Rio Yacht Club*.

O papel é vulnerável aos ataques microbiológicos, pois seu principal constituinte, a celulose, sofre degradação provocada por diferentes espécies de fungos e bactérias. A ação de micro-organismos no papel se manifesta pelo aparecimento de manchas de várias cores, intensidades e conformações. As enzimas, que são produzidas como resultado do metabolismo de diferentes espécies de fungos e bactérias, aceleram os processos de degradação da celulose e de colas. A consequência é a

transformação das características físicas e químicas do suporte, que fica com um aspecto fragmentado. (FRAGAS, 2003, p. 7)

Os livros - em especial pelas gomas, adesivos e amidos que fazem parte de sua composição e encadernação- são bastante atraentes também para os insetos, que podem ser divididos em 2 grandes grupos: os roedores de superfície (baratas, traças e piolhos de livros) e os roedores internos (cupins e brocas). O ataque desses animais deve ser evitado a todo custo, uma vez que os danos causados podem ser irreversíveis (OGDEN, 2001, p.7).

Sobre o controle de pragas, é consenso entre os especialistas que o controle das condições ambientais é o melhor caminho. Para Ogden “o método de controle de pragas menos prejudicial aos acervos e aos funcionários envolve medidas preventivas e monitoramento regular. Deve-se evitar os tratamentos químicos, a não ser como último recurso.” (2001, p.15)

E. Ação do homem

Roubo e vandalismo são preocupações identificadas quando se trata de coleções valiosas. Os especialistas apontam para uma série de medidas relacionadas à segurança do local do acervo e aos procedimentos de transporte, empréstimo de peças e à presença de pesquisadores e visitantes no local. Sobre estes temas, não iremos nos aprofundar aqui.

Também no que se refere à ação do homem sobre os acervos em papel, muitos danos são causados em função do manuseio incorreto do material. Há critérios estabelecidos para tal e sabe-se que, respeitar os critérios para manusear um documento, é fator determinante para uma maior vida útil dos papéis e para a permanência do acervo.

Por sua própria natureza, os documentos de arquivo são consultados pelas informações que contêm – e isto ainda ocorre com os livros de atas do clube. O uso frequente acaba resultando em dobras, rasgos, sujeira e manchas e colocação de etiquetas diversas, além de marcas, acidentais ou intencionais, de lápis ou caneta. Para isso, é preciso que os funcionários e pesquisadores sigam os procedimentos tecnicamente adequados – que envolvem a utilização de luvas apropriadas, por exemplo (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.15). Recomenda-se ainda reduzir ao máximo o manuseio de originais, por meio de digitalização dos livros e documentos em papel (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2007, p. 25).

3.2.3. DOCUMENTAR

No contexto de nossa pesquisa é importante ressaltar que, nas discussões teóricas a seguir, dentro do amplo universo possível de textos e referências que tratam de documentação museológica e dos temas que a ela se relacionam, privilegiamos o que se refere à cultura material, uma vez que acervo do *Rio Yacht Club*, aqui abordado, é composto por documentos textuais e objetos diversos – exemplares do que se denomina como cultura material¹⁰³.

Vale ressaltar ainda que utilizaremos o entendimento do campo da Museologia sobre o termo “documento” - que se refere aos “objetos–documento”, no contexto da documentação museológica. Os objetos aqui abordados possuem valor histórico e documental e funcionam como testemunhos materiais da trajetória e das conquistas esportivas do clube.

No entanto, cientes das fortes relações entre a Museologia e a Ciência da Informação – em especial no Brasil – sabemos que esses campos do conhecimento se encontram na documentação museológica. Ou, como defende Lima (2003), “a Informação em museus é um elo possível entre a Ciência da Informação e a Museologia” (*apud* PINHEIRO; BENCHIMOL, 2009). Com isso, torna-se oportuno também mencionar que o pensamento de Helena Dodd Ferrez, que muito nos orientará nesta etapa, é fruto de uma visão que salienta este entrelace entre a Museologia e a Ciência da Informação, ilustrando o que, segundo Pinheiro se constitui na “interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Museologia” (2009) – uma vez que Ferrez é mestre em Ciência da Informação.

Como veremos ainda ao longo de nossa pesquisa, não há como falar sobre documento, sobre musealização e, principalmente, sobre documentação museológica sem aludir também ao termo “informação”, que não se resume a um conceito único, dentro das várias áreas do conhecimento que o empregam e o estudam.

¹⁰³ Quanto à expressão “cultura material”, aplica-se, de modo geral, a qualquer objeto material - seja uma peça de vestuário, uma casa ou um veículo – que as pessoas “percebem, tocam, usam, manuseiam, contemplam ou com as quais desempenham atividades sociais”. O principal foco de tais estudos são as relações mútuas entre pessoas e objetos - consideradas reveladoras das formas como a cultura é produzida, transmitida e recebida. (WOODWARD, 2007, p. 14; *apud* LOUREIRO, 2015, p.10)

Adotaremos, portanto, a visão dos campos da Museologia e da Ciência da Informação – que, em torno da documentação museológica, encontram um “elo possível” (LIMA, 2003 *apud* PINHEIRO; BENCHIMOL, 2009, p.9) -, aonde a informação está atrelada ao objeto-documento, que comporta um significado, que se completa por meio da relação comunicacional. Para Pinheiro e Benchimol, a geração, transferência e uso da informação seriam “características indispensáveis para um bom sistema de documentação museológica” (2009, p. 8).

A informação em museus circula e é transmitida em variados espaços e canais tais como: exposições [...]; bibliotecas, arquivos, centros de documentação/informação (serviços de informação em museus), como também outros meios como bases de dados de coleções [...]; edições sobre diversos suportes apresentadas sob formas textuais, imagéticas e sonoras (LIMA; COSTA, 2007, p. 3 *apud* PINHEIRO; BENCHIMOL, 2009, p.9).

Por fim, devemos ressaltar aqui que, cientes que a documentação museológica envolve trabalhos e ações diversas em relação ao acervo dos museus, iremos tratar, por meio de nosso exemplo prático, exclusivamente da catalogação dos bens - e especificamente dos troféus - que já se encontram no acervo do *Rio Yacht Club*.

A importância da documentação museológica

Como vimos anteriormente, no contexto dos processos de musealização, os objetos, ou bens culturais, tornam-se objetos-documento, configurando-se como fontes informacionais e portadores de informações. E a documentação museológica é parte fundamental do processo de musealização.

A importância desta etapa da musealização pode ser medida pela preocupação das instituições, especialistas e governos em apontar sua relevância, em propor procedimentos padronizados e em disponibilizar instrumental teórico e prático acessível aos profissionais da área e a todo tipo de instituição museológica – em especial aquelas com poucos recursos financeiros e humanos.

Podemos citar a criação do CIDOC (*Comité International pour la Documentation - ICOM*). Esta instituição “dedica-se à documentação de coleções de museus, fomentando a colaboração entre curadores, bibliotecários, especialistas em documentação, registro, manejo

de coleções e especialistas em informatização. ” (ICOM BRASIL, 2016). No *website* internacional do comitê, encontramos a seguinte declaração: “documentação é essencial para todos os aspectos das atividades do museu. Coleções sem uma documentação adequada não são verdadeiras coleções museológicas¹⁰⁴” (tradução nossa). O CIDOC publica, desde 1995, o “*International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories*” - hoje, disponível *online*.

Outro exemplo a ser mencionado é o estudo desenvolvido pela UNESCO e o ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*), em conjunto com a EPA (*The Ecole du Patrimoine Africain*), em 2009, no sentido de pesquisar os recursos disponíveis gratuitamente na internet, que poderiam ser utilizados por pequenos museus para guiá-los na criação de um sistema de documentação. Consolidado na forma de um guia, o material objetivava atingir os museus que guardam menos de 5000 itens e que tem recursos limitados. A ideia foi oferecer as instituições os recursos mínimos para um sistema básico de documentação, com o objetivo de facilitar o aspecto administrativo do manejo das coleções – a partir de sistemas prontos e disponibilizados por instituições como EPA-ICCROM, CIDOC e por órgãos governamentais como, por exemplo o ministério da cultura da França.

Em publicação do mesmo ano “*The Small Museums Cataloguing Manual*”, editada pelo *Museums Australia*, a documentação é definida como a “base de muitas atividades importantes do museu, incluindo pesquisa, desenvolvimento de exposições, conservação, administração de riscos e publicações”. Suas autoras afirmam também que “documentar um objeto enriquece o seu valor intrínseco”, pois resulta num entendimento maior sobre a singularidade do mesmo e sobre a contribuição daquele objeto para a coleção (ERIKSEN; UNGER, 2009, p.12).

No código de ética do ICOM, também podemos encontrar menção à documentação das coleções, no item 2.20, intitulado “Documentação dos acervos”.

Os acervos dos museus devem ser documentados de acordo com normas profissionais reconhecidas. Esta documentação deve permitir a identificação e a descrição completa de cada item, dos elementos a ele associados, de sua procedência, de seu estado de conservação, dos tratamentos a que já foram

¹⁰⁴ No original: *Documentation is essential to all aspects of a museums activities. Collections without adequate documentation are not true "museum" collections.*

submetidos e de sua localização. Estes dados devem ser mantidos em ambiente seguro e estar apoiados por sistemas de recuperação da informação que permitam o acesso aos dados por profissionais do museu e outros usuários autorizados (2006, p.25).

No Brasil, há diversos exemplos de manuais e guias concebidos e disponibilizados gratuitamente por órgãos governamentais em parceria com instituições diversas nas esferas federal, estadual e municipal que oferecem informação teórica e prática sobre museus, objetivando maior capacitação profissional na área da Museologia por meio da democratização do acesso aos conhecimentos específico da área - entre eles a documentação museológica.

Podemos citar aqui o “Caderno de Diretrizes Museológicas” (2006), a publicação “Documentação Museológica e Gestão de acervo”, editada pela Fundação Catarinense de Cultura, dentro da coleção “Estudos Museológicos” (2014), entre muitos outros. É possível destacar ainda a coleção Gestão e Documentação de Acervos: textos de referência, de 2014, editada pela Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo - concebida com o objetivo de publicar em língua portuguesa textos referenciais para as atividades de documentação em museus e instituições culturais similares. Em 2015, este mesmo órgão disponibilizou online o material “Roteiros do CIDOC”, que divulga informações sobre aspectos importantes da documentação em museus.

A documentação, em museus, também está fortemente associada à preservação – configurando-se inclusive como uma das formas possíveis de se preservar um objeto museológico. Sem nos aprofundarmos neste debate, vale mencionar que, segundo Peter Van Mensch, o objeto museológico é “qualquer elemento pertencente ao âmbito da natureza e da cultura material, que seja considerado merecedor de preservação, seja in-situ, ex-situ ou por documentação” (MENSCH, 1992, *apud* LOUREIRO, 2008, p. 106). Para Hernández:

“A coleção de um museu é integrada não só pelos objetos, mas também pelas informações sobre os objetos. [...] enquanto os objetos tendem a perder suas características físico-químicas originais, a informação sobre eles vai sendo incrementada.” (HERNANDES,1994, *apud* LOUREIRO, 2008, p.106)

Reflexões sobre a documentação museológica

Para definir a documentação museológica, recorreremos inicialmente a especialista no tema Helena Dodd Ferrez, que afirma:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, [...] visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (1991)

Sabemos que os objetos são guardados e adquiridos pelos museus, colecionadores e em acervos diversos porque estão associados a atributos simbólicos de um grupo social, suscitando significados que os tornam valiosos, social e culturalmente. No entanto, ao longo dos anos, há o risco destes atributos ficarem ocultos e, com isso, também o valor (ou valores) associados aquele bem. Por meio do processo de documentação museológica, é possível supor que aquilo que define simbolicamente estes objetos, pode estar registrado em uma documentação confiável, capaz de salvaguardar os objetos do museu, para que estes se transformem em fontes de pesquisa e para possibilitar a comunicação da informação conectada a eles. (MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN, 2006, p.32)

Segundo Ferrez (1991), o museólogo, por meio do sistema de documentação, atua como um intermediário entre os indivíduos e o acervo. Para isso, cabe a este profissional realizar as tarefas de armazenar informações sobre cada objeto e de complementá-las por meio de fontes documentais diversas, trabalhando para torná-las acessíveis a pesquisadores e ao público em geral. As informações, a serem apuradas e registradas sobre os objetos, ao longo do processo de documentação, se dividem entre intrínsecas e extrínsecas, como descreve esta autora.

“Os objetos produzidos pelo homem são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que, para uma abordagem museológica, precisam ser identificadas. As informações intrínsecas são as deduzidas do próprio objeto, através da análise das suas propriedades físicas. As extrínsecas, [...]. Elas nos permitem conhecer os contextos nos quais os objetos existiram, funcionaram e adquiriram significado e geralmente são fornecidas quando da entrada dos objetos no museu e/ ou através das fontes bibliográficas e documentais existentes”. (1994)

Para Ferrez, apoiada pelos estudos de Peter Van Mensch (1987, 1990) é preciso, além de descrever fisicamente os objetos, também reconstituir sua história, em busca da

informação extrínseca. Por meio da documentação museológica, esses dois níveis informacionais (intrínseca e extrínseca) se unem para formar significados – na medida em que os objetos, para além das informações e significados que trazem individualmente, fazem sentido enquanto “integrantes de sistemas culturais configurados materialmente” (BARBUY, 2008, p.36).

E como funciona um sistema de documentação eficiente? Segundo Ferrez:

Cabe ao sistema de documentação museológica gerir e organizar seu acervo a partir da entrada, quando são realizados os procedimentos de seleção e aquisição; da organização e controle, referentes aos processos de registro, número de identificação/ marcação, armazenagem/localização, classificação/ catalogação e indexação; e das saídas, momento da recuperação e disseminação da informação (FERREZ, 1994).

Os sistemas a serem utilizados pelos museus que guardam acervos tridimensionais, podem variar significativamente, em termos de complexidade – principalmente em função dos recursos humanos e materiais disponíveis na instituição que os guarda. Embora possa constituir-se apenas de um inventário, com um mínimo de informações, sabe-se que para atingir os objetivos museológicos, de acesso à informação, fomento de pesquisa e comunicação, é preciso que o sistema funcione para além da mera localização dos objetos do acervo. (BARBUY, 2008, p.36-37).

3.2.4. PESQUISAR

A pesquisa nos museus, é definida por Desvallées e Mairesse como o “conjunto de atividades intelectuais e de trabalhos que têm como objeto a descoberta, a invenção e o progresso de conhecimentos novos ligados às coleções das quais ele se encarrega ou às suas atividades” (2013, p.77). Estes autores afirmam também que a pesquisa está entre as funções do modelo “PPC” (Preservação – Pesquisa – Comunicação), definindo o funcionamento dos museus, segundo descrito por Van Mensch, em 1992.

Peter Van Mensch (1992) menciona que, já no ano de 1978, a pesquisa, no contexto dos museus, foi escolhida como tópico da primeira conferência internacional do comitê de

Museologia ICOM¹⁰⁵ pela sua importância, no campo. Este autor segue afirmando que, desde os anos 1960, já havia estudiosos como Sofka que refletiam sobre este tema.

Sem pesquisa no campo do Museu [...] a função de coleta, registro e preservação seria incompleta e frequentemente impossível. Nem haveria qualquer conhecimento a ser difundido para o público. Na melhor das hipóteses, o museu seria uma coleção de objetos – talvez registrados, conservados e restaurados – mas não mais do que isso. Uma fonte ou reserva de conhecimento, mas sem utilização. (SOFKA, 1978, p.58-68. Tradução Tereza Scheiner, 2009)

Peter Van Mensch (1992) observa a significativa diferença entre “*museum research*” e “*museological research*” (pesquisa em museus e pesquisa museológica - tradução nossa). A pesquisa orientada para os objetos musealizados e para as coleções - uma das funções ou atividades realizadas pelo museu - seria sinônimo de “*museum research*” (pesquisa em museus, em tradução nossa) ao passo que as pesquisas voltadas para compreensão da Museologia, como disciplina, poderiam ser denominadas como “*museological research*” (pesquisa museológica, em tradução nossa).

Desvallées e Mairesse ampliam este raciocínio e identificam quatro tipos de pesquisas, ligadas às atividades museológicas. Em linhas gerais, são elas: pesquisa sobre o conteúdo das coleções; pesquisa para o desenvolvimento de técnicas, ligadas às atividades museológicas; pesquisa museológica (reflexões sobre o museu como instituição); pesquisa museológica ligada às questões “midiáticas e patrimoniais”. Com isso, vale pontuar aqui que no trabalho a seguir iremos tratar daquilo que, segundo estes autores, seria o “primeiro tipo de pesquisas” (2013, p.77-78), que tem por base as coleções do museu, apoiando-se essencialmente sobre as disciplinas de referência ligadas ao conteúdo e ao contexto social das coleções (como história e outras) ou do que Van Mensch entende tratar-se de “*museum research*”.

O brasileiro Mario Chagas também reflete sobre a pesquisa nos museus, e, em linha com o pensamento dos autores acima citados, afirma:

“[...] eu gostaria de dizer que os museus operam com, pelo menos, **três funções básicas: preservação, comunicação e investigação**. Os museus funcionam como casas de preservação, mas o que eles preservam vai além das coisas. Se, por um lado, eles preservam coisas; por outro, eles utilizam as coisas preservadas com determinados objetivos. Os museus também são casas de comunicação e de investigação. Em meu entendimento um museu

¹⁰⁵ Simpósio “*Possibilities and limits in scientific research typical for the museum*” (ICOM, Warsaw, 1978).

só se completa quando desenvolve essas funções básicas. (...) A aceitação de que a **pesquisa inclui-se no rol das funções básicas dos museus** é um passo importante, mas é preciso reconhecer, em seguida, que existem nos museus diferentes práticas de pesquisa e diferentes entendimentos acerca dessa função”. (CHAGAS, 2005, p.59 - grifo nosso)

E esta atividade, a pesquisa, está intrinsecamente relacionada às demais atividades do museu, como apontam também outros autores. Bittencourt chama a atenção para a estreita relação entre pesquisa e coleta nos museus. Para este teórico, a pesquisa do acervo seria a base para a formulação de uma política de coleta e aquisição de acervos – baseada no profundo conhecimento dos mesmos (2005, p.37 – 42).

A relação da pesquisa com a documentação, nos museus, é também fonte de reflexão para diferentes teóricos da área. Barbuy ressalta a importância da documentação museológica como base e ferramenta para as atividades de pesquisa conduzidas no museu (2008, p.35). Em Julião, encontramos ainda ponderações sobre esta afinidade entre documentação e pesquisa museológica. Esta autora defende que, a partir de seu acervo, o museu realiza “dois níveis de trabalho investigativo”, sendo a documentação o primeiro deles, constituindo-se como “a base de informações sobre o acervo do museu” e o meio pelo qual se proporciona o desenvolvimento de outras atividades no museu, entre elas, a pesquisa. Para Julião, a pesquisa “envolve investigações e estudos que resultam em novas abordagens, conceitos e interpretações dos conteúdos histórico-culturais correlatos ao acervo” (2006, p.97).

Considerações sobre a pesquisa realizada no acervo do *Rio Yacht Club*

O nosso “olhar museológico” sobre um conjunto de livros do acervo do clube se voltará para a sua utilização enquanto acervo documental da instituição a ser pesquisado. Com isso, por meio da abordagem de pesquisa em museus sobre este conjunto, o nosso foco estará voltado para o conteúdo informacional desses livros – por conta de sua singularidade, que traz uma variedade de dados e traça um vigoroso perfil dos aspirantes a sócios clube, no período.

Desta forma, entendemos que a leitura do conteúdo deste material e o exercício que realizaremos a seguir (no capítulo 4) extrapola aquilo que seria a documentação museológica deste conjunto – que trataria de obter as informações intrínsecas e extrínsecas destes objetos (Ferrez, 1994), como vimos no tópico “documentação” deste trabalho.

Enquanto que as informações intrínsecas sobre os livros são claras, fáceis de identificar e de obter, é importante distinguirmos as informações extrínsecas dos livros daquilo que aqui entendemos tratar-se do conteúdo informacional dos mesmos. As informações relacionadas ao histórico dos livros (sua criação, utilização, histórico de guarda) exemplificam o que aqui entendemos como as informações extrínsecas que podem ser obtidas sobre estes objetos. Aquilo que trazem escrito, ou as informações (dados) contidas nas suas fichas constituem o que compreendemos ser o conteúdo informacional deste material.

Com isso, objetivando refletir e realizar um exercício sobre o tópico da pesquisa em museus, iremos analisar informações relacionadas ao perfil dos proponentes a sócios do *Rio Yacht Club*, ao longo de um determinado período de tempo, e relacionar as informações obtidas com o contexto da época – fortemente impactado pela Segunda Guerra Mundial – em busca de questões a serem respondidas, por meio da pesquisa em museus.

Sobre o trabalho prático desenvolvido a seguir, é importante esclarecer que, cientes do alto grau de complexidade que envolve a atividade de pesquisa em museus - que toma como base objetos do acervo e desenvolve um pensamento original a partir dos mesmos -, o nosso exercício prático consistiu principalmente no levantamento e na consolidação de informações selecionadas num recorte de tempo (1939 a 1944), dentro do período que abrange o conjunto de livros abordado. Partindo do levantamento de dados, objetivamos também buscar possíveis relações e conexões entre os dados obtidos e fatos históricos do período, levantando questões (que não necessariamente foram aqui esgotadas) e propondo reflexões.

A nossa proposta aqui consistiu ainda em ressaltar a importância da pesquisa, em torno deste acervo específico, e em pontuar o valor peculiar deste material enquanto fonte informacional primária. Com isso, observamos que não temos a pretensão de realizar, nesta etapa de nosso trabalho, uma pesquisa histórica, da forma como fazem os especialistas no tema – ou por equipes multidisciplinares. Vale notar aqui também que, diferentemente da pesquisa sobre os objetos tridimensionais compreendidos como documento, tratamos de um conjunto de livros, ou seja, de documentos textuais.

3.2.5. COMUNICAR

Assim como já ocorreu em outros momentos, ao longo de nossa dissertação, novamente nos vemos diante de um conceito “comunicar” que, além de ser amplo e de oferecer múltiplos sentidos, também é empregado por diversos campos do conhecimento.

Para nos mantermos em linha com o nosso tema e com os objetivos aqui traçados nesta dissertação, é válido notar que estaremos direcionando nosso olhar em busca de analisar aquilo que Marília Xavier Cury define como “comunicação em museus” (2009, p.270)¹⁰⁶. Iremos abordar a comunicação inserida no contexto dos museus e no processo de musealização.¹⁰⁷ Assim, a comunicação em museus trata, em linhas gerais, das atividades de exposição, de publicação e de educação, voltadas para o público.

No contexto dos museus, a comunicação aparece simultaneamente como a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e como o acesso aos objetos que compõem as coleções (exposições de longa duração e informações associadas). (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.35).

No entanto, cabe pontuar que, dentro do espectro de atividades que fazem parte da comunicação em museus, versaremos aqui sobre o tema da exposição museológica – que entendemos constituir-se na forma mais ampla e eficaz de comunicação, a qual os museus recorrem, quando se trata de transmitir informações e experiências e de promover o aprendizado, compartilhando o seu acervo e o conhecimento sobre ele com a sociedade.

Partindo da compreensão da exposição museológica como a face visível dos museus e dos processos de musealização, iremos refletir e propor as diretrizes gerais para uma ação de comunicação (exposição) sobre o veleiro *Sealark* - parte do acervo de objetos do *Rio Yacht Club* e sobre o qual recairá, nesta etapa de nossa pesquisa, o nosso “olhar museológico”.

¹⁰⁶ Segundo Cury, é importante distinguir a “comunicação em museus” da “comunicação museológica”, que fundamenta as ações comunicacionais em museus, além de construir conhecimento teórico (Cury, 2009, p.270). Ainda segundo esta autora: “Comunicação Museológica [...] é formada pelos estudos em expologia, expografia e educação em museu (2012, p.3 – ENANCIB)

¹⁰⁷ Musealização: tema discutido no início do capítulo 1.

Exposição: comunicação nos museus e a sua face mais visível

Segundo Marília Xavier Cury, as exposições são a principal ou a mais específica forma de comunicação de um museu com seu público. Por meio das exposições, os museus comunicam seu discurso e se diferenciam de outros locais que guardam patrimônios – atuando como mediadores entre o patrimônio e a sociedade (2012, p. 3).

Diante da vasta bibliografia disponível, sobre os muitos temas relacionados às exposições museológicas, sob o prisma da comunicação – desde os aspectos conceituais até às orientações práticas -, nos chamou a atenção a questão da interação da exposição com o público e as implicações desta, na medida em que a exposição tem a capacidade de afetar aqueles que a visitam.

Assim, compreendemos a exposição museológica como um processo de comunicação, entre o museu e seu público. Por meio da exposição, entendemos que o museu comunica e propõe uma mensagem que, ao ser recebida pelo visitante, provoca nele uma resposta, uma reação, completando o ciclo da comunicação.

Como nos lembra Cury, a exposição museológica pode ser percebida como um “local de encontro” que proporciona um “comportamento ativo” do público, que é afetado e reage, ao que lhe é exibido nas exposições. (CURY, 2012, p.38). E, na medida em que percebemos a exposição museológica como uma “experiência” que irá afetar seus espectadores, entendemos que o discurso comunicacional que ela carrega, proposto pela equipe e pela instituição que a idealizaram, irá suscitar significados e interpretações diversas, dependendo do olhar e da bagagem particular do espectador, entre outros fatores.

O museu – e sua equipe de profissionais – é uma instituição produtora de exposições. Em síntese, parte do conhecimento existente sobre o acervo, desenvolve uma lógica conceitual, organiza os objetos museológicos associados a elementos contextualizadores, tendo um espaço físico como balizador dessa ordem. Cria seus modelos de representação para comunicar conhecimento. **O consumo de exposição é a possibilidade de o público de se apropriar do modelo proposto pelo museu, reelaborá-lo e recriá-lo na forma de um novo discurso.** (CURY, 2005, p.367 – grifo nosso)

Sabemos que exposição museológica, para além dos recursos comunicacionais que utiliza e das experiências que proporciona, é organizada (em geral) em torno da seleção de objetos musealizados que fazem parte de um acervo. Compreendemos também que, ao longo

do processo de musealização de um objeto – especialmente nas etapas de documentação e pesquisa - surgem informações sobre o objeto, ao qual são atribuídos sentidos e estabelecidas relações entre este objeto e outros do acervo.

Neste sentido, é importante salientar que a exposição museológica “precede uma seleção de valores” (CURY, 2005) - na medida em que privilegia certos objetos em detrimento de outros, dentro do amplo universo do acervo. Assim, embora livre para reelaborar e recriar o discurso do museu, o espectador de uma exposição recebe um determinado discurso, elaborado a partir da pré-seleção de valores realizada pela instituição e pelos profissionais que organizam a exposição.

Desta forma, a escolha de determinados objetos que irão compor uma exposição, somada às informações e sentidos a eles atribuídos, às associações propostas entre os objetos selecionados e ao discurso institucional, dão forma ao discurso comunicacional de uma exposição museológica. (CURY, 2008, p.77)

As narrativas são construções dadas pelos objetos museológicos correlacionados entre si em um espaço dado. As amarrações que permitem compreender como a articulação conceitual manifesta pelos objetos propõe determinados sentidos prescindem de outros elementos (a linguagem de apoio) e recursos (como delimitação espacial/circuito, mobiliário etc.). (CURY, 2012, p. 3 –Grifo nosso)

Assim, tomando como ponto de partida os objetos selecionados, o espaço e recursos materiais disponíveis e informações prévias sobre seu público, as equipes de profissionais, nos museus, planejam, executam, divulgam e acompanham o desenvolvimento das exposições – por meio de processos de avaliação¹⁰⁸ -, em busca de elaborar uma narrativa que esteja de acordo com a proposta e com os objetivos da instituição e que permita o máximo de diálogo e de interação com o público visitante, que irá interpretá-la.

¹⁰⁸ Cury aborda os sistemas de avaliação museológica, em relação às exposições apresentadas nos museus, em diversos trabalhos. No entanto, não nos aprofundaremos neste tema aqui.

Como os museus montam as suas exposições?

Em linhas gerais, podemos afirmar que os museus organizam exposições¹⁰⁹ permanentes ou temporárias, partindo dos objetos e de temáticas de seu acervo. As exposições museológicas podem ser realizadas nas dependências dos museus, serem itinerantes, *in situ*¹¹⁰ ou em ambiente digital – denominadas como “exposições digitais” ou “ciberexposições” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.45).

O planejamento das exposições museológicas deve estar inserido no contexto amplo da gestão do museu, dentro do plano ou da política de exposições, delimitada pelo plano museológico da instituição – cuja elaboração, no Brasil, é obrigatória por Lei¹¹¹, para as instituições que se classificam como museus.

É importante pensar sobre o que pretende alcançar com as exposições, incluindo as temporárias e as itinerantes. É necessário que leve em conta sua missão e sua filosofia em relação à pesquisa, gerenciamento de acervo, educação e acesso público, assim como a natureza do acervo. (*MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION*; trad. Maria Luiza Pacheco Fernandes, 2001, p. 21)

Com isso, vale fazer algumas considerações sobre as questões práticas que envolvem a concepção e a montagem dessas exposições, nos museus. Marília Xavier Cury trata profundamente deste tema em sua obra de 2005 “Exposição: concepção, montagem e avaliação”. Segundo Cury, a exposição é a soma entre conteúdo e forma, sendo a forma a materialização do conteúdo. Para cada exposição, há uma concepção museológica, que se refere ao seu conteúdo e uma expográfica, que trata de sua forma (CURY, 2005, p.102).

É possível perceber, neste contexto, a necessidade de se dispor de equipes multidisciplinares quando se trata de conceber e montar exposições. Para cada um dos trabalhos ou etapas necessárias, dentro de cada uma das concepções (museológica e expográfica) é necessário contar com os conhecimentos específicos dos profissionais sobre o

¹⁰⁹ Estamos tratando aqui das exposições que trazem objetos.

¹¹⁰ Expressão em latim que significa “no lugar”. Refere-se às exposições realizadas mantendo os objetos em seu contexto ou habitat.

¹¹¹ PORTARIA NORMATIVA N° 1, DE 5 DE JULHO DE 2006 (DOU de 11/07/2006): Parágrafo único. Por seu caráter político, técnico e administrativo, o Plano Museológico é instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade.

acervo e os objetos a serem expostos, assim como sobre a forma de mostra-los ao público, dentro do espaço físico do museu e com os recursos materiais disponíveis.

Segundo Marília Xavier Cury, embora não existam regras, modelos ou receitas a serem seguidas quando se trata de conceber e montar exposições, é possível abordar o tema sob diferentes ângulos e, por meio da observação de experiências concretas, definir algumas questões básicas envolvidas no processo. Cury, no trabalho acima citado, enumera e detalha as muitas etapas e procedimentos a serem realizados e os perfis profissionais envolvidos em cada uma delas – assim como os conflitos que podem ocorrer ao longo do processo - e ressalta que a sua metodologia e abordagem cada vez mais se assemelham às práticas empresariais, na medida em que os museus vêm, desde os anos 1990, profissionalizando cada vez mais os processos relacionados às exposições, em busca de maior eficiência e melhor utilização de seus recursos. Em sua abordagem técnica, a autora enfatiza a complexidade do processo de concepção e montagem de uma exposição e ressalta quatro etapas importantes a serem considerados e desenvolvidos por especialistas, sendo: a escolha do tema (levando-se em conta o público-alvo da exposição); a seleção e articulação dos objetos; a construção do discurso expositivo e a concepção do espaço e da forma (2005, p.50-51).

Em busca de inspiração, de orientações práticas e metodológicas, sobre a montagem de exposições, consultamos também outras publicações nacionais e internacionais que trazem informações relevantes e organizadas de forma didática sobre este tema.

Na publicação do *Smithsonian Institute* “*The Making of Exhibitions: Purpose, Structure, Roles and Process*” (2012), por exemplo, foi possível encontrar uma divisão do trabalho também em etapas: geração e aprovação da ideia; desenvolvimento do conceito; desenvolvimento do design; fabricação e instalação; atividades “*post-opening*” (pós inauguração, tradução nossa).

No guia “Planejamento de Exposições”¹¹², de 2001, encontramos orientações práticas para facilitar o trabalho dos profissionais envolvidos e despertar reflexões sobre o processo de concepção de exposições. Este material reforça a importância da fase do planejamento,

¹¹² Título original: *Effective Exhibitions Guidelines for Good Practice*. Publicação de 2001 pelo *Museums and Galleries Commission* (traduzida e publicada no Brasil por USP/Vitae),

que inclui, além da definição de objetivos, a definição do “perfil da equipe adequada ao desenvolvimento do projeto e de seus eventuais convidados, a definição do público alvo, os recursos financeiros que deverão ser alocados e espaço físico necessário” (p.12) e da permanente avaliação do processo. Este guia traz ainda recomendações gerais e, entre elas, podemos destacar a preocupação com o caráter educativo das exposições e a orientação, aos organizadores, de que ofereçam informações exatas sobre os objetos, que levem em conta diferentes pontos de vista.

Consultamos ainda o guia “Planejamento e Gestão de Exposições em Museus”¹¹³, de 2010. Este material traz um *checklist* detalhado que, em 12 tópicos, enumera as etapas de um projeto de exposição, que enuncia:

O primeiro passo para a elaboração de uma exposição é estabelecer o seu tema/ conceito, que deve se relacionar, necessariamente, com o acervo selecionado para compô-la, considerando o público-alvo pretendido. **Seu objetivo principal é o de apresentar o produto de uma pesquisa**, que tenha em seu percurso uma narrativa que estabeleça a fruição entre público visitante, acervo e instituição. (Caderno 03)

Nas acima citadas referências, assim como em outras fontes pesquisadas sobre montagem de exposições em museus, há muitas informações relevantes para este trabalho, mas também muitos critérios que não se aplicam a realidade do *Rio Yacht Club* ou de nossa proposta nesta dissertação. Neste sentido, o ponto mais relevante, sobre a exposição museológica, é entender sua complexidade – os trabalhos e disciplinas envolvidas -, sua importância e o seu enorme impacto, enquanto forma de comunicação. Por isso, é necessário tomar consciência da responsabilidade que cabe à instituição e aos profissionais responsáveis pela organização da exposição, em especial por conta da “seleção de valores” (Cury, 2005) e do discurso que se pretende apresentar.

¹¹³ Editado pela Secretaria de Estado de Cultura (Superintendência de Museus e Artes Visuais) MG, 2010.

CAPÍTULO 4

OLHAR MUSEOLÓGICO SOBRE O PATRIMÔNIO DO RIO YACHT CLUB:

A PERSPECTIVA PRÁTICA PARA TRATAR O PATRIMÔNIO

Este capítulo traz o desenvolvimento da face prática do “olhar museológico” lançado sobre o acervo do *Rio Yacht Club*.

Objetivando exemplificar os processos museológicos de coleta, documentação, conservação, pesquisa e comunicação, a partir de recortes do acervo: traçamos as diretrizes de uma Política de Aquisições para o clube e analisamos a pertinência da incorporação de um determinado documento textual ao acervo do clube; traçamos as diretrizes para um planejamento de conservação do conjunto de livros de atas; elaboramos uma ficha de objeto que atenda, além das recomendações teórico conceituais da documentação, também as particularidades dos troféus guardados no clube; realizamos um levantamento de dados - a partir conjunto de livros que registra o ingresso de sócios no clube ao longo dos anos 1930 e 1940 - que foram relacionados entre si, com outros documentos do acervo e com o contexto histórico da época e traçamos as diretrizes gerais para a realização de uma exposição temporária no clube, em torno de um objeto do acervo, o veleiro *Sealark*.

4.1. COLETAR: LIVRO “REGRAS INTERNACIONAIS DE REGATAS A VELA E DETERMINAÇÕES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VELA E MOTOR”

Parâmetros para a elaboração de uma Política de Aquisições para o *Rio Yacht Club*

Numa revisão bibliográfica dos documentos de Políticas de Gestão de Acervos, elegemos alguns exemplos para basear a nossa abordagem.

O primeiro deles foi o documento “Programa de Incorporação de Acervos”, publicado em 2014 pela FIOCRUZ / Casa de Oswaldo Cruz (COC). O programa é parte da “Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde” da instituição e objetiva:

“Orientar a identificação de novos bens para os acervos da unidade; estabelecer responsabilidades, critérios e formas para incorporação e desincorporação ao acervo, alinhados aos códigos de ética dos organismos

nacionais e internacionais, à missão da COC e às Linhas Temáticas dos acervos da Casa de Oswaldo Cruz definidas pela Comissão Permanente de Acervos”.

Este documento traz informações gerais sobre objetivos e responsabilidades envolvidas nos processos de aquisição e de descarte. Porém, o ponto mais interessante é a divisão de seu vasto acervo por temas e a elaboração de diretrizes e regras específicas, para cada um deles. Aqui, podemos traçar um paralelo com o acervo do clube. Assim como no caso da Casa de Oswaldo Cruz, mesmo havendo uma unidade temática entre as peças, também é necessário abordar o conjunto por meio de divisões por categorias de objetos – uma vez que os processos e critérios envolvidos podem variar, de acordo com o tipo de objeto.

A estrutura deste Programa da Casa de Oswaldo Cruz compreende, para todas as categorias (ou subdivisões) do acervo, uma mesma sequência de tópicos: Descrição do Acervo, Recursos, Critérios para incorporação, Formas de incorporação, Critérios para desincorporação, Formas de desincorporação, Referências e Normas. Esta instituição, por meio desse Programa, estabeleceu uma “Comissão Permanente de Acervos”, que reúne profissionais de diversas áreas, para avaliar o dossiê sobre a peça a ser incorporada com o objetivo de recomendar ou não a sua incorporação.

O segundo documento que aqui também é fonte de análise e de inspiração é a “Política de Aquisição e Descarte de Acervos”, editado em 2011 pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Elaborado com o objetivo principal de oferecer subsídios às tomadas de decisão em relação ao variado acervo da instituição, este documento – assim como o modelo FIOCRUZ – também parte de conceitos gerais para uma divisão do acervo por grupos de objetos, de acordo com suas características. De modo geral, a Política do MAST “[...] estabelece critérios, diretrizes e procedimentos com o objetivo de orientar a análise e a coleta do acervo a ser adquirido” (MAST, 2011, p.03). Por meio das diretrizes traçadas no documento, é possível adquirir e descartar acervos de acordo com as linhas de pesquisa e com a política do MAST. Essas diretrizes tornam os processos transparentes e organizam e otimizam as atividades a eles relacionadas.

A já citada publicação de 2014, *“A Checklist for Museum Collections Management Policy”*, oferece um esquema que ilustra e resume, de forma clara, os muitos aspectos envolvidos na elaboração de uma Política de Aquisições. É interessante visualizar, por meio

deste esquema, os temas que devem ser abordados, no momento da elaboração deste documento.



GRÁFICO 3 - Reprodução do esquema da página 209 da publicação “A Checklist for Museum Collections Management Policy” (2014).

Embora não possamos aqui comparar a complexidade das coleções de grandes museus ou de instituições e acervos como os da Casa de Oswaldo Cruz e do MAST com o acervo e com a estrutura administrativa e financeira do *Rio Yacht Club*, é possível partir desses modelos para elaborar um modelo adequado às características do acervo a aos objetivos do clube no tratamento de seu conjunto de bens, relacionados à história do esporte. Desta forma, depois de respondidas as questões gerais, sobre objetivos e missão da instituição e seu acervo, vamos a elaboração das diretrizes.

Primeiramente, assim como nos modelos MAST e FIOCRUZ, dividiremos o acervo do clube em grandes grupos: documentos textuais e objetos diversos. Ainda de acordo com os modelos pesquisados, estabeleceremos tópicos fixos, para todos os grupos, a serem detalhados de acordo com as especificidades de cada um deles. Estes tópicos são a descrição do acervo e os critérios para a incorporação. Em razão do pequeno porte do clube, da pouca disponibilidade de recursos e da unidade temática do conjunto, as considerações gerais englobarão temas e diretrizes comuns a todos os grupos do acervo como, por exemplo, responsabilidades e recursos disponíveis, entre outros.

Diretrizes da Política de Aquisições do *Rio Yacht Club*

Considerações gerais

No programa aqui proposto, é relevante notar que o termo aquisição refere-se à coleta e incorporação de bens ao acervo do clube. Vale ressaltar que as diretrizes a seguir propostas

objetivam orientar a instituição no que tange a aceitação de doações ou à incorporação por outros meios de bens que irão compor o acervo do clube.

De acordo com a missão do clube, os bens (tangíveis e intangíveis) a serem incorporados ao conjunto atual devem ser preferencialmente expressões relevantes para a história do *Rio Yacht Club* e/ou do iatismo brasileiro – em concordância com o objetivo traçado para o acervo do clube.

A responsabilidade pela análise, pesquisa e incorporação desses bens é atribuição da “Comissão 100 anos” (a ser regulamentada internamente pelo clube). A Comissão levará as propostas de incorporação, devidamente documentadas e fundamentadas, ao Conselho do *Rio Yacht Club* para aprovação final. Eventuais custos envolvidos nas incorporações também deverão ser aprovados pelo Conselho do clube.

Os membros da Comissão serão também responsáveis pela realização dos processos internos necessários para a incorporação do bem ao conjunto (aquisição, documentação, conservação, pesquisa, comunicação). A Comissão poderá, mediante aprovação do Conselho, contratar especialistas externos como historiadores, museólogos, arquivistas, restauradores ou outros para a realização de pesquisas e serviços de conservação e consultoria referentes aos bens incorporados ao acervo.

A procedência dos bens a serem incorporados ao acervo do clube deve ser objeto de análise a ser conduzida pela Comissão de forma a comprovar a procedência e a propriedade do bem. No momento da incorporação, o clube deverá dispor de documentação (a ser definida, dependendo da forma de incorporação) que ateste a procedência anterior, os dados relativos ao objeto, ao processo de incorporação e a posse do bem pelo clube.

Em razão da pouca disponibilidade de recursos materiais e humanos o *Rio Yacht Club* não receberá bens e acervos por meio de empréstimo ou outros que não configurem a posse definitiva desses bens¹¹⁴.

¹¹⁴ O clube não dispõe de espaço para armazenamento, não há controle de acesso às peças, não há medidas ou rotina de conservação implantadas. Além disso, há questões relativas ao seguro e da responsabilidade institucional em caso de roubo ou perda / deterioração que necessitam ser regulamentadas internamente.

O acesso de pesquisadores, sócios e do público em geral ao acervo de documentos textuais será feito, prioritariamente, por meio digital. Consultas aos originais deverão ser solicitadas e aprovadas pelos responsáveis pelo acervo.

RECURSOS PARA INCORPORAÇÃO

O *Rio Yacht Club* não designa recursos financeiros para a aquisição de itens para seu acervo. Nos casos em que a Comissão 100 anos entenda serem pertinentes, uma solicitação de verba poderá ser encaminhada ao Conselho do Clube – devidamente apoiada por um dossiê sobre o objeto que justifique tal demanda. Fontes externas também poderão ser buscadas para prover os recursos necessários para as aquisições, mediante aprovação desta Comissão e do Conselho do clube.

Dependendo do formato, quantidade de peças e estado de conservação das mesmas, deverá ser considerada a capacidade do espaço existente para a guarda do material, assim como a disponibilidade de pessoal e recursos financeiros para o seu tratamento.

FORMAS DE INCORPORAÇÃO

- A. Assinatura. Para periódicos, existe a possibilidade (mediante disponibilidade de recursos) de se fazer assinaturas. Fica a cargo da Comissão a indicação dos títulos.
- B. Compra. Caso a Comissão entenda ser pertinente indicar a compra de bens ou conjuntos de bens documentais que atendam aos critérios estabelecidos de pertinência e relevância para ao conjunto, por sua excepcionalidade, raridade ou risco de perda, a mesma poderá ser avaliada pelo Conselho do clube e autorizada, caso haja recursos disponíveis.
- C. Doação. A entrega gratuita de itens ao conjunto é prioridade entre as formas possíveis de incorporação. As doações devem, depois de aceitas, serem formalizadas de acordo com a documentação estabelecida pelo clube. Todos os critérios éticos e legais para a aceitação de doações devem ser respeitados.
- D. Coleta. Os documentos textuais ou objetos utilizados e produzidos para fins específicos no clube (documentos textuais diversos, livros, troféus e outros) no decorrer de suas

atividades podem ser incorporados ao acervo. Cabe à Comissão anos identificar este material e recomendar a sua incorporação.

- E. Quaisquer outras formas de incorporação de um bem não discriminadas acima poderão ser analisadas pela Comissão e pelo Conselho.

Acervo de documentos textuais e iconográficos

DESCRIÇÃO DO ACERVO: Abrange os livros de atas, os livros administrativos (livros de propostas para sócios e outros), documentos administrativos (como apólices de seguro, recibos de pagamento entre outros), mapas, plantas arquitetônicas, reproduções fotográficas, publicações como revistas e manuais, folhetos, convites, correspondência administrativa (cartas recebidas e enviadas a pessoas físicas e jurídicas), livros e obras de referência sobre o universo do iatismo e documentos pessoais dos sócios.

TEMÁTICA DO ACERVO E ÁREAS DE ÊNFASE DAS COLEÇÕES: Objetos, documentos textuais e iconográficos que se relacionem com a história do *Rio Yacht Club* e de seus membros, no contexto do esporte à vela.

CRITÉRIOS PARA A INCORPORAÇÃO: O critério geral para a incorporação de itens ao acervo de documentos textuais do clube é a sua relevância e pertinência em relação à sua missão, ao tema geral do conjunto e ao objetivo para ele proposto. Com isso, os itens relacionados a história do *Rio Yacht Club* são prioritários. Poderão ser aceitos também documentos textuais conexos à história do iatismo brasileiro e às biografias de sócios do clube, mediante análise (Comissão 100 anos e Conselho). Em razão das limitações materiais e de mão de obra especializada no clube, há outros critérios a serem considerados.

- A. Estado de conservação: preferencialmente em bom estado de conservação. Casos em que o material seja considerado como “de grande relevância” ou que tenham caráter de excepcionalidade, poderão ser avaliados e submetidos à aprovação do Conselho.
- B. Linha do tempo: não há restrições cronológicas (preferencialmente documentos que comportem o período de existência da instituição, desde 1914 até os dias de hoje).

- C. Idiomas: não há restrições em relação ao idioma do documento textual, desde que existam razões para a sua tradução. A preferência será dada aqueles cujo idioma for o Português ou o Inglês.
- D. Tipologia: não há restrições quanto ao tipo de documento, dentro das tipologias acima descritas e para aqueles que atenderem aos critérios de pertinência e relevância.
- E. Documento textual seriado: em caso de publicações, revistas, convites e outros impressos reproduzidos em grande escala, será aceito um máximo de 03 exemplares de cada título.
- F. Documentos pessoais: os arquivos pessoais de sócios e ex-sócios serão aceitos integral ou parcialmente. Serão incorporados apenas os itens que estejam de acordo com os critérios de pertinência e relevância e mediante avaliação de seu estado de conservação e dos recursos materiais e humanos disponíveis para a sua guarda.
- G. Reproduções: não serão aceitas reproduções de documentos. Os casos em que se configure “extrema relevância” ou raridade, dependendo do tipo de reprodução, podem ser avaliados pela Comissão 100 anos.
- H. Os documentos textuais e iconográficos poderão não ser aceitos em função de inexistência de espaço físico adequado para a sua guarda.

Acervo de objetos

DESCRIÇÃO DO ACERVO: é composto por alguns conjuntos de objetos, com a mesma tipologia, e também por peças avulsas. Abrange conjunto de troféus, placas comemorativas e outros registros materiais de vitórias esportivas; o conjunto de 19 brasões de navios de guerra ingleses; o conjunto de 28 reproduções de “*pennants*”¹¹⁵ que adornam o bar do clube; os objetos diversos, expostos nas paredes e vitrines no bar e no salão principal da sede (cerca de 80 objetos). O clube possui apenas uma embarcação em seu acervo: o veleiro *Sealark*.

¹¹⁵ No capítulo 1 dessa pesquisa. Os *pennants* eram pequenas bandeiras de madeira usadas no topo do mastro dos barcos das classes *Water Wag* e *Hagen Sharpie*. Eram utilizados para sinalizar a presença do comandante do barco a bordo e para indicar a direção dos ventos.

CRITÉRIOS PARA A INCORPORAÇÃO: A incorporação de objetos segue o critério geral estabelecido para a incorporação de itens ao acervo do clube, conforme descrito anteriormente. Em razão das limitações materiais e de mão de obra especializada no clube, além daquelas referidas ao espaço físico para guarda e exposição, há outros critérios a serem considerados. Com isso, a incorporação de objetos deve ser restrita e acontecer apenas em casos de peças consideradas de extrema relevância, valor e excepcionalidade – especialmente no que se refere a objetos frágeis, de grande formato ou a embarcações.

OUTROS CRITÉRIOS

- A. Estado de conservação do material: deve estar alinhado aos recursos disponíveis para sua conservação e guarda. Casos em que o material seja considerado como “de grande importância” ou que sejam “excepcionais” podem ser avaliados individualmente e submetidos à aprovação do Conselho.
- B. Linha do tempo: não há restrições cronológicas. No entanto, para os troféus, a preferência é dada às peças que cubram o período de existência da instituição – desde 1914 até os dias de hoje – e que contribuam para completar lacunas do conjunto.
- C. Tipologia: não há restrições quanto ao tipo de objeto, dentro das tipologias acima descritas e para os objetos que atenderem aos critérios de pertinência e relevância. As peças de grandes dimensões serão avaliadas à luz da disponibilidade de espaço físico disponível para acomodá-las.
- D. Reproduções: não serão aceitas reproduções de objetos – apenas peças originais. Os casos em que se configure “extrema relevância” ou raridade, dependendo do tipo de reprodução, podem ser avaliados pela Comissão 100 anos.
- E. Informação: é condição para que os objetos sejam analisados pela Comissão. Não serão aceitos troféus e objetos sem informações associadas.
- F. No caso da incorporação de embarcações, os recursos financeiros e materiais para a sua manutenção devem estar garantidos no momento da incorporação. Em função dos altos custos envolvidos na manutenção de embarcações, apenas os casos considerados “excepcionais” serão avaliados pelos responsáveis.

Exercício prático: O documento textual doado por Lars Grael

Partindo da doação espontânea do livreto “Regras internacionais de regatas a vela e determinações da Confederação Brasileira de Vela e Motor”, editado em 1944¹¹⁶, pelo iatista e sócio do clube Lars Grael, faremos uma análise da pertinência da incorporação deste documento ao conjunto de bens da instituição, à luz das diretrizes aqui propostas.

Em junho de 2015, após o lançamento do livro sobre o clube, Lars Grael doou o referido livreto. Dentro do espírito de informalidade que prevalece no *Rio Yacht Club*, e que se estende ao manejo do acervo, o clube não registrou o recebimento deste bem – tanto em relação à sua procedência como sobre as razões da doação. O material foi simplesmente entregue a um dos organizadores do livro e repassado, como algo que “poderia ser interessante”.

Em breve entrevista gentilmente concedida por *e-mail* (janeiro, 2017) Lars Grael afirma: “doar porque reflete às regras de regata de outrora, numa fase que o *Sailing* buscava documentos para compor seu livro do centenário”. Lars afirma ainda que no livreto traz uma regra, que caiu em desuso, relacionada às bandeirinhas dos comandantes dos barcos – os já aqui citados “*pennants*” expostos no bar do clube. Por fim, Lars segue afirmando que “guardar em casa, seria não compartilhar um conhecimento que pode ser de acesso coletivo à nossa pequena comunidade”. No entanto, Lars não se lembra ou não tem informações sobre a trajetória do livreto – que inclusive possui uma dedicatória – até a data de sua doação.

A incorporação do documento em questão, um livreto, pode ser analisada agora, a luz dos parâmetros e diretrizes aqui propostos para a aquisição de documentos textuais.

- **Temática:** O tema está em linha com a temática do acervo.
- **Relevância e pertinência:** O documento trata das regras e orientações gerais para regatas. Se relaciona aos demais documentos do clube por ser uma publicação oficial (editado pela Confederação Brasileira de Vela e Motor) que especifica e determina as regras que eram aplicadas às regatas da época – que contavam com a participação do clube e de seus membros. O clube não possui nenhum exemplar do mesmo tipo.
- **Estado de conservação:** Bom.
- **Capacidade de guarda no clube:** Sim.

¹¹⁶ Mencionado (detalhadamente descrito) no tópico “Acervo” do capítulo desta dissertação.

- Período que abrange: 1944. De acordo com o período preferencial para incorporação.
- Idioma: Português. De acordo com o idioma preferencial para incorporação.
- Suporte: papel. De acordo com o suporte preferencial para incorporação.
- É um documento original.

Ao responder as questões acima, compreendemos que o livreto doado por Lars Grael pode ser incorporado ao acervo do clube, uma vez que atende aos parâmetros estabelecidos para a aceitação de documentos textuais.

4.2. CONSERVAR: CONJUNTO DE LIVROS DE ATAS

Entre 2013 e 2014, os livros de atas remanescentes do clube foram localizados (a maioria estava guardada num pequeno depósito na sede do clube) e agrupados no que hoje denominamos como a sala do acervo. Durante o processo de pesquisa para o livro, como já mencionamos, os exemplares foram bastante manuseados. Em seguida, o material ficou depositado, sem nenhum tipo de cuidado, nesta mesma sala.



FIGURA 20 – Fotografias. Sala do acervo e livros de atas guardados. Situação em 2014.
FONTE: autor.

No período entre junho e novembro de 2015, realizamos um inventário simples e um diagnóstico preliminar de conservação deste conjunto de livros, objetivando detectar os principais problemas existentes em cada um dos exemplares e propor soluções emergenciais para a guarda do conjunto. Foi possível constatar que o estado de conservação dos livros varia entre os 9 exemplares.

A partir deste primeiro levantamento, foi realizada uma limpeza no local, assim como ficou definido um espaço exclusivo para o acervo de documentos, que foram separados em grandes grupos e dispostos com maior cuidado no local. Foram também adquiridos materiais básicos para o acondicionamento dos livros e documentos e o processo de inventário detalhado e organização do espaço encontra-se em andamento.



FIGURA 21 – Fotografia. Sala do acervo e livros de atas guardados. Situação o em 2015.
FONTE: autor.

Ao longo da abordagem prática a seguir, serão realizados diagnósticos preliminares do local de guarda do conjunto de livros de atas e de cada livro individualmente. O diagnóstico é, por definição, a primeira etapa de qualquer processo de conservação (CARVALHO, Claudia; 2001, p.11), já que proporciona um levantamento das condições ambientais e físicas, de cada publicação, orientando a fixação de prioridades e ações de conservação necessárias. Esta etapa prática resultará também na indicação das ações mais urgentes de conservação

preventiva, que podem ser implantadas no clube, com os recursos disponíveis, a curto e a médio prazos.

Diagnóstico da sala do acervo

A sala de guarda do acervo mede cerca de 11m², com pé direito de 3,00m. O local é bem ventilado e o prédio em que se situa está em boas condições (não há infiltrações, por exemplo). A sala não tem acesso restrito, mas também não é um local de grande circulação. É relevante notar que a sede do clube fica muito próxima do mar.

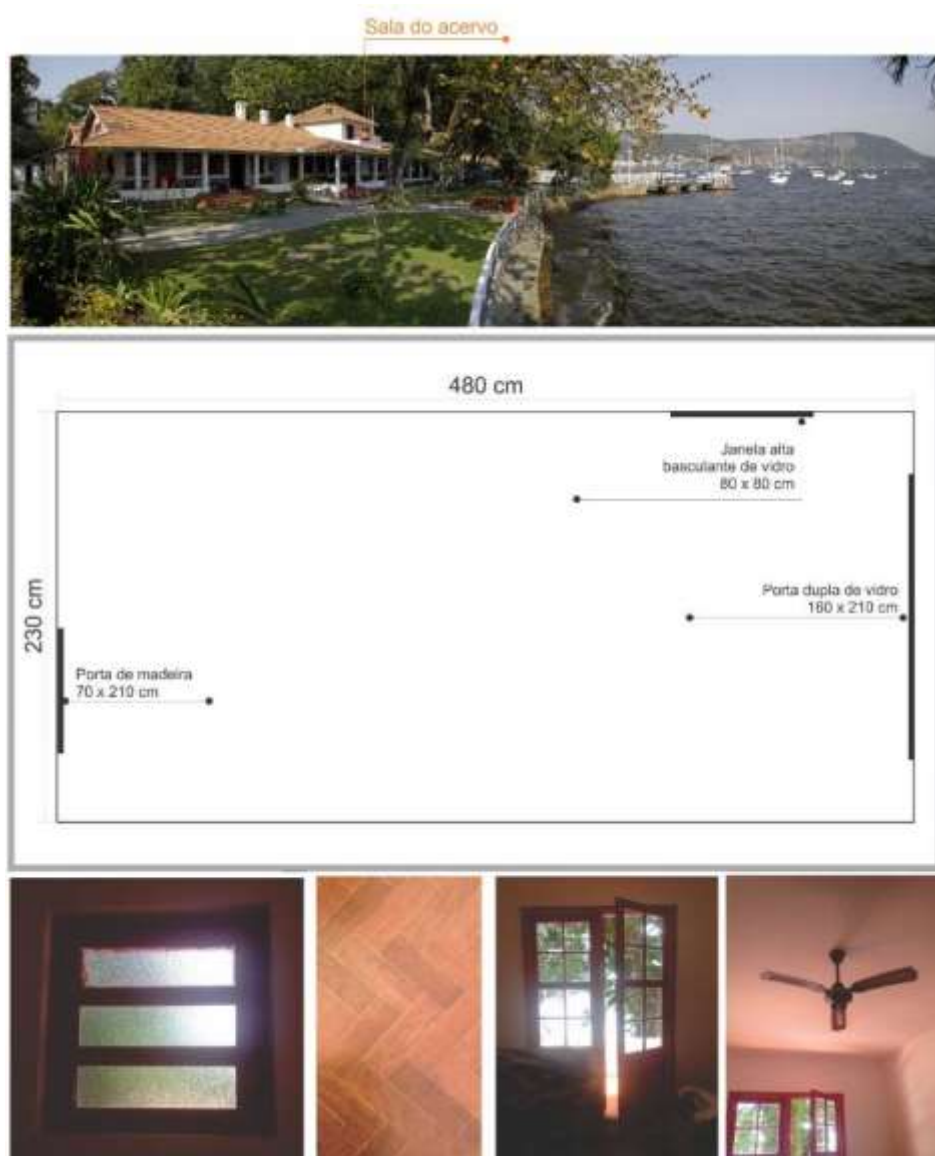


FIGURA 22 – Fotografias e desenho. Localização da sala do acervo na sede do *Rio Yacht Club*, próxima ao mar. Planta baixa (simplificada) da sala do acervo. Detalhes arquitetônicos do local (janelas, porta, tipo de piso).
FONTE: autor (fotografias).

A. Temperatura e umidade no local: o local não dispõe de controle ou medição de temperatura e umidade. No entanto, sabemos que como boa parte dos limites municipais de Niterói está em contato com o mar, por meio da Baía de Guanabara, o clima local recebe influência da umidade proveniente desta massa de água. Estima-se que as temperaturas médias no local fiquem acima de 21^oC, com média de 23^oC. No verão, é comum a entrada de massas de ar úmidas e quentes, promovendo o aumento das temperaturas. Durante o ano as temperaturas médias variam 5.8^oC. Os valores de Umidade Relativa, medidos na estação meteorológica da Praça XV (RJ), apresentam uma variação anual de 3%. Os índices de UR variam entre 77 e 80% durante o ano¹¹⁷.

B. Luminosidade no local: o local não dispõe de sistema de medição da incidência de luz. Porém, pode-se afirmar que, na maior parte do tempo é inadequada para os documentos – de acordo com o que vimos anteriormente, ao tratar dos parâmetros ideais. Embora a única lâmpada permaneça quase sempre apagada, a sala possui portas de vidro e janela tipo basculante, também com vidro, e há muita luz natural entrando no local e incidindo indiretamente sobre o material. É importante notar que os dados da estação meteorológica da Praça XV apontam para uma média de 2.078,5 horas de brilho solar por ano na região do Estado do Rio de Janeiro - índice considerado alto.

C. Qualidade do ar no local: o local não dispõe de sistema para aferição destes dados. Embora não tenha sido possível também encontrar informações sobre os índices de poluição no bairro em que está situado o *Rio Yacht Club*, é possível supor que a poluição do ar, por gases, não é um problema significativo no local de guarda dos livros de atas - segundo informação do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a qualidade do ar na cidade de Niterói é "considerada boa desde 2012"¹¹⁸. A sala do acervo não conta com sistema de ar condicionado central ou outra forma de refrigeração - o que também poderia contribuir para trazer impurezas para o ar. Na sala, há um ventilador de teto, raramente acionado.

¹¹⁷ Pode-se estimar valores de temperatura e umidade médias no local com base nos números apurados pelo INMET em local similar à localização do clube, junto ao mar - a estação meteorológica da Praça XV, no Rio de Janeiro, como faz a Prefeitura da cidade de Niterói em seus documentos oficiais (PREFEITURA DE NITERÓI, 2013).

¹¹⁸ Por meio de consultas ao website do INEA.

No entanto, mesmo após uma ação de limpeza e organização do espaço, realizada em dezembro de 2015, o local e os livros de atas encontram-se ainda bastante afetados pela poeira que se acumulou ao longo dos anos¹¹⁹.

D. Ação de agentes biológicos no local: é possível perceber a ação dos fungos e insetos nos livros de atas, mas não há uma avaliação detalhada em relação à extensão desses danos e à continuidade desta ação, em especial, no caso dos insetos. É admissível supor que os fungos estão em permanente proliferação neste material, por conta das condições atuais do ambiente. Mesmo numa breve análise, notam-se muitas marcas e danos visivelmente causados por estes agentes biológicos.

Em seguidas visitas ao local, desde 2014, não notamos a presença de insetos como cupins, baratas ou outros animais, como roedores. No entanto, a sala do acervo não é “vedada” contra a entrada de insetos voadores e é comum que se abram suas portas e janelas – embora não haja regularidade ou orientações aos funcionários neste sentido. Não há também o estabelecimento de uma rotina de limpeza do local.

E. Ação do homem: é possível concluir, pelo estado atual da coleção e pela forma como estavam acondicionados quando iniciamos a nossa pesquisa, que os livros de atas do *Rio Yacht Club* não contaram com cuidados especiais (especializados) e vem sendo manuseados e guardados de forma pouco adequada – do ponto de vista de sua conservação - ao longo de sua vida. Com isso, há danos mecânicos visíveis no material como rasgos, colocação de cliques metálicos e etiquetas. Folhas soltas e dobras são também bastante perceptíveis em alguns dos exemplares.

Diagnóstico dos objetos (livros de atas) e ficha de conservação

Para realizar um diagnóstico¹²⁰, que pudesse identificar o estado atual e as necessidades de cada um dos 9 livros do conjunto, foi criada uma ficha de conservação. Nesta

¹¹⁹ Mesmo depois da melhor organização do local (em novembro de 2015) não foi instituída uma rotina de limpeza do local ou dos livros.

¹²⁰ Realizado em 2015 e mencionado no início do tópico.

ficha, idealizada a partir de uma primeira análise do material e de modelos de referência¹²¹, foram criados campos especificamente voltados para estes objetos, os livros de atas. Para fins de registro, os livros foram numerados de 0001 a 0009, seguindo ordem cronológica. Em novembro de 2015, o material foi parcialmente fotografado e foi preenchida uma ficha para cada exemplar. Este processo representou apenas um diagnóstico preliminar e deixou clara a necessidade de análise mais aprofundada do material, a ser conduzida por um especialista conservador.

No entanto, mesmo este diagnóstico preliminar dos livros, já apontou os principais problemas do conjunto. Todos os livros apresentam manchas causadas por fungos e umidade, furos e danos causados por agentes biológicos, rasgos e furos causados pelo manuseio além de manchas diversas e sujidades.

Como também pudemos constatar após este primeiro diagnóstico realizado, a guarda dos livros não está adequada, em relação às orientações e regras técnicas que devem ser respeitadas pelas instituições que guardam acervos em papel. Sabemos que o acondicionamento adequado de livros e documentos é também fator decisivo para a sua conservação (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, p.11-12) e, ao acondicioná-los em embalagens próprias, ficam protegidos contra a maior parte dos danos causados pelo meio ambiente e pela ação de agentes biológicos e resguardados contra a “curiosidade” de alguns.

Ações de recomendadas de conservação (curto e médio prazos)

A. Diagnóstico detalhado: em função dos problemas constatados no diagnóstico preliminar aqui realizado, é recomendada uma nova análise do material por um especialista conservador e a ampliação e detalhamento das informações sobre os livros coletadas na ficha inicial, que deverá ser aprimorada.

B. Monitoramento ambiental: mesmo não dispondo atualmente de equipamentos e pessoal especializado no clube, é possível concluir que as altas temperaturas e os elevados índices de

¹²¹ Ficha técnica da Biblioteca Casa de Rui Barbosa, Ficha diagnóstico do Laboratório de Preservação de Acervo UFMG, Ficha diagnóstico FUNARTE (preservação fotográfica), entre outras.

umidade do ar (UR) são importantes fatores de risco ambiental e já causaram (e continuam a causar) muitos danos aos livros de atas.

- Indica-se o monitoramento dos índices de temperatura e UR com aparelhos acessíveis, de baixo custo e de fácil utilização, comuns no meio náutico.
- Indica-se a compra e colocação de aparelhos desumidificadores e a utilização de sílica gel em pontos do ambiente e nas embalagens do material – medidas de baixo custo e fácil implantação.
- Indica-se realizar limpeza e arrumação periódica no local. Recomenda-se fazer uma limpeza regular que abranja o piso, janelas e portas e móveis. Para isso, será utilizado aspirador de pó e, nas prateleiras, será usada uma solução de água e álcool a 50%.
- Indica-se que sejam adotadas medidas simples, como facilitar uma boa circulação do ar na sala do acervo e guardar o material em caixas e embalagens apropriadas. Resguardar sempre o espaço da fumaça de cigarros e evitar ao máximo o uso de materiais de construção, tintas e outros também são medidas viáveis. A compra e utilização de mobiliário de fácil limpeza dificulta o acúmulo de poeira e é também uma medida de baixo custo (que já começa a ser implementada).
- Indica-se a colocação de cortinas na porta de vidro e na janela. A guarda do material em caixas apropriadas também ajudará a resolver o problema.
- Indica-se buscar o controle da temperatura e da umidade no local, além de acondicionar corretamente o material, para minimizar os ataques por agentes biológicos. O controle de temperatura não parece viável no momento mas diminuir a umidade do ar e guardar corretamente os livros são objetivos que podem ser alcançados.
- Indica-se o monitoramento do acervo, com vistoria sistemática do material para avaliar danos e a ação dos agentes biológicos, pode ser feito por funcionário e voluntários treinados e contar com o apoio de imagens fotográficas para fazer comparativos.

C. Acondicionamento: Aqui, trata-se de uma ação viável e realizável com os recursos disponíveis. No caso desse conjunto de documentos, seu acondicionamento correto pode ser feito sem altos custos e irá trazer um grande benefício em relação à preservação do conjunto.

Os livros de atas por conta de suas grandes dimensões (a maioria deles mede cerca 240x350x30mm, mas há alguns maiores) devem ser guardados na posição horizontal, em

estantes, evitando o empilhamento. Recomenda-se o seu acondicionamento em caixas de papel alcalino, de alta gramatura e sem colas ou peças metálicas (Spinelli, Brandão, França, 2011, p.28-30). As caixas plásticas feitas com polionda, primeira opção considerada, por ser um material sem aditivos, inócuo e durável, não são as mais adequadas para ambientes com o perfil da sala do acervo do *Rio Yacht Club* (altos índices de umidade). A umidade pode ficar retida dentro das caixas e danificar os livros. As caixas devem ser feitas sob medida para cada livro ou ajustadas com berços. Os livros, depois de corretamente guardados nas caixas, devem ser colocados em prateleiras ou estantes de formato adequado (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011, p.28-30). Para a sala do acervo no *Rio Yacht Club*, foram adquiridas estantes de ferro, tipo arquivo, com pintura isolante em tinta automotiva, na cor branca.

Outras ações recomendadas de conservação (longo prazo)

Um dos problemas comuns a todos os livros, às sujidades (ou ao acúmulo de partículas de poeira sobre eles), nos leva a considerar a sua eventual higienização. No entanto, em razão de alguns livros da coleção apresentarem fragilidades físicas, é importante que, antes de optar por uma solução única para todos os exemplares, que se consulte a opinião de um especialista. Não é possível tomar uma decisão nesse momento, apenas com a informação os recursos que disponíveis. Porém, caso o especialista consultado entenda que a estrutura física do material permite a higienização, a intenção é levá-la adiante¹²². A cobertura de poeira dos livros, embora conte a história de seus "maus tratos", não é parte informativa ou importante de sua trajetória. Seu valor como documento histórico prevalece e a remoção da poeira acumulada, se for possível, trará ganhos no que diz respeito a sua preservação.

Assim como a higienização do material, pequenos reparos parecem ser necessários a alguns dos livros do conjunto. No entanto, estas intervenções, denominadas curativas dependem da opinião profissional de um especialista. Uma vez avalizadas por um conservador, há livros na coleção de atas que se beneficiariam deste procedimento - em especial o livro 0008, que apresenta diversas folhas soltas.

¹²² Em função da necessidade de avaliação sobre a viabilidade da higienização, e também por não ser essa a proposta deste trabalho as normas e procedimentos técnicos e os materiais empregados nesse processo não serão aqui detalhados.

4.3. DOCUMENTAR: TROFÉU *COMMODORE CUP*

Os troféus do *Rio Yacht Club* já apresentam, atualmente, o *status* de portadores de informações – pela particularidade de apresentarem inscrições referentes ao ano, tipo de competição, classe de barco e vencedores gravadas em sua superfície. No entanto, sua transformação em "objetos-documento", por meio da abordagem museológica, abre novas possibilidades tanto no que se refere ao estudo de sua história, quanto no que tange a sua conservação, comunicação e preservação futuras.

É possível notar os troféus do clube têm seu valor alicerçado por sua carga de sentidos, atribuídos pelos membros do clube, que os relacionam a determinadas conquistas. Nesses troféus esportivos está depositada uma gama de referências à memória do momento passado e da vitória esportiva, representadas por aquele objeto único e autêntico. Nesse sentido, estes troféus parecem ser objetos que possuem "aura"¹²³. O valor simbólico, ou o simbolismo atrelado a cada troféu o dotaria de "aura", assim como define Benjamin (1994).

O fato de ter sido conquistado apenas um exemplar, num momento e lugar específico, numa dada circunstância e por um determinado personagem - que tem habilidades especiais e incomuns, o atleta -, faz com que o objeto adquira "aura", vivenciada por um grupo que encontra na conquista representada por aquele troféu uma distinção.

Assim, esses troféus esportivos, embora pareçam ser modelos padrão dos fabricantes da época e produzido em série, trazem em si, paradoxalmente, a particularidade de serem objetos únicos, que comportam uma carga de representatividade exclusiva - já que uma conquista esportiva não pode ser repetida duas vezes, da mesma forma. Cada conquista tem

¹²³ Esta ideia de aura está intimamente ligada às teorias de Walter Benjamin. Este autor utiliza o termo "aura" para designar o caráter essencialmente transcendente, fugidio, inesgotável e distante da obra de arte. Benjamin também relaciona a aura dos objetos artísticos à questão da proximidade e da distância - aura das obras de arte estaria relacionada ao fato de serem únicas, raras e de difícil acesso público, portanto "distantes. A obra de arte "distante", associada ao valor de culto, possui "aura". Segundo este autor, a reprodutibilidade da arte, proporcionada pelo avanço tecnológico, pela fotografia e pelo cinema, seria responsável por aniquilar esta aura. Walter Benjamin define aura como "uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja" (BENJAMIN, 1994, p. 170 apud ARAÚJO, 2010, p. 124).

sua própria história, representada por meio daquele troféu “único”, inatingível e irreproduzível.

Desta forma, esta característica – que nos troféus parece ser acentuada – de terem seu valor apoiado por sua carga de sentidos faz dos troféus objetos que, uma vez dissociados de sua informação extrínseca, perdem valor - o que, como vimos, coloca em risco a sua preservação futura.

Assim, propomos aqui a elaboração de uma ficha de objeto¹²⁴, a ser preenchida manualmente com as informações encontradas sobre um dos troféus do conjunto, o Troféu *Commodore's Cup F.L. Glass* (também já mencionado, no tópico sobre o acervo do *Rio Yacht Club* desta dissertação). A ficha elaborada para o conjunto de troféus será preenchida com as informações intrínsecas e extrínsecas a ele relacionadas.

Para elaborar a nossa ficha de objeto, dentro de uma sequência de procedimentos a serem adotados para o registro e a documentação destes objetos, o nosso ponto de partida foram as orientações do CIDOC (Roteiros do CIDOC, 2015). As fichas técnicas do CIDOC descrevem o processo de registro e documentação dos objetos desde que chegam aos museus, fornecem orientações sobre as informações que devem constar na ficha de catalogação, sobre etiquetagem de objetos e sobre o registro fotográfico dos mesmos. Essas orientações aplicam-se tanto aos sistemas manuais quanto informatizados. O CIDOC recomenda ainda que a ficha de objeto a ser desenvolvida deve ser personalizada e estar de acordo com as particularidades dos objetos abordados.

“[...] adaptar uma ficha de objeto às suas especificidades e, se necessário, acrescentar seções sobre: material/técnica, dimensões, localização temporária, estado de conservação, referências culturais e/ou históricas, referências de história natural, local, produção (artista, data), preço, número da foto (negativo), manuseio, conservação, notas e etc.” (CIDOC, 2015, p.15).

Para chegar ao modelo de ficha a seguir apresentado, consideramos também as orientações da especialista Helena Ferrez, que ressalta a importância de se conduzir o levantamento das informações intrínsecas e extrínsecas dos objetos. Com isso, além de criar

¹²⁴ Vale observar que não ambicionamos, nesta etapa, implantar um sistema completo de documentação, especialmente por questões internas do clube – no que se refere a pouca disponibilidade de recursos materiais e humanos.

espaços para que se enumerem as propriedades físicas dos troféus, buscamos privilegiar e incluir o máximo de campos que se refiram à sua função, seu significado e sua história. No caso dos troféus de iatismo, entendemos ser também de extrema importância criar campos que comportem a inserção de informações específicas sobre as competições relacionadas a cada troféu, o tipo de embarcação e a tripulação participante, por exemplo.

Ainda em busca de inspiração e de exemplos práticos de fichas de objetos relacionadas ao patrimônio esportivo e desenvolvidas especialmente para esta tipologia de objetos, investigamos, por meio de consultas *online*, *websites* de museus que guardam acervos sobre esporte e de instituições esportivas que guardam patrimônios, no Brasil e em outros países.

Nos *websites* brasileiros pesquisados¹²⁵ não foi possível acessar uma “ficha de objeto” ou mesmo informações mais detalhadas sobre os objetos tridimensionais dos acervos. Embora muitos museus disponibilizem consultas *online* a seus arquivos e acervos, em geral o que se pode acessar são imagens dos locais de exposição, das peças do acervo (individualmente ou em conjuntos) e informações gerais sobre as coleções. O Museu do Futebol (SP), por exemplo, disponibiliza uma interessante consulta ao seu banco de dados. Embora configure-se como ferramenta de pesquisa, que permite inclusive estabelecer relações entre elementos do acervo documental, não é possível acessar detalhes sobre as peças tridimensionais do acervo, como os troféus. No *website* Museu dos Esportes (SP, Brasil) é possível encontrar troféus e acessar imagens e informação resumida sobre o evento e modalidade esportiva, e a data da conquista.

Direcionamos então a nossa pesquisa rumo ao Reino Unido que, como vimos (no tópico patrimônio esportivo de nossa pesquisa), possui um sistema organizado que congrega 223 coleções sobre esporte sob a guarda de grandes e pequenos museus, de clubes e associações esportivas em todo país - o *website* “*National Sports Museu Online*”. Por meio deste *website*, acessamos as páginas de internet de várias instituições a ele conectadas. No entanto, pudemos constatar que, apenas no caso dos grandes museus, como o *British Museum*, é possível ter acesso a informações detalhadas sobre os objetos (esportivos) individualmente. No entanto, este museu embora ofereça acesso *online* a uma ficha de objeto,

¹²⁵ Museu dos Esportes de São José dos campos, Museu do Futebol SP, The British Museum, entre outros.

não inclui, nesta ficha, informações extrínsecas sobre os mesmos. Outras instituições pesquisadas *online*, como o Museu de Wimbledon, oferecem imagens do local, opções de “tour virtual” ou informações gerais sobre o museu e suas coleções. Mas não é possível acessar fichas de objetos do acervo ou informações detalhadas sobre eles.

Por fim, estendemos a nossa pesquisa ao website do prestigiado *Musée du Sport*, na França, também citado anteriormente em nossa pesquisa. Na página principal, ao acessar o tópico “acervo”, há uma lista das subdivisões do mesmo, com pequenos textos descritivos. No tópico “ Medalhas, insígnias, troféus e recompensas” encontra-se a opção “clique aqui para consultar as coleções”. No entanto, este caminho leva a uma espécie de álbum fotográfico, com todas as imagens em sequência, e sem informações completas sobre as peças.

Sem encontrar muitas referências sobre as quais nos apoiarmos, mas, levando em conta as orientações do CIDOC e dos especialistas do campo sobre a adequação das fichas catalográficas às necessidades do acervo e às características específicas dos objetos (troféus esportivos) e os objetivos que ambicionamos alcançar por meio da documentação deste conjunto – temas aqui debatidos -, partimos então para a elaboração e para o preenchimento da ficha de objeto do troféu *Commodore Cup II F.L. Glass*, que apresentamos a seguir.

Sobre a ficha elaborada e abaixo reproduzida, vale observar que:

- Determinamos, para a numeração de registro dos objetos, a utilização de categoria (letras) e de número (3 dígitos) – considerando que, no futuro a documentação deva ser estendida aos demais objetos de acervo de múltiplas tipologias do clube.
- Buscamos criar o máximo de campos que permitam incluir informações sobre as circunstâncias da competição a qual se refere o troféu, assim como sobre embarcações e os iatistas que dela participaram.
- Buscamos incluir campos aonde sejam também relacionados outros troféus, objetos e documentos do acervo, conexos – objetivando facilitar a pesquisa e a comunicação futura do acervo.
- Preenchemos, até o momento, apenas parte das informações da ficha, a título de exercício. Há ainda informações a serem apuradas e incluídas – principalmente em função dos demais objetos do acervo não estarem catalogados.

Número de registro: TR 001

Catalogado por: C. Mitielieri

Data do registro: 01/11/2016

Nome do objeto: Troféu Commodore Cup II F.L. Glass

Tipo: Taça

Descrição geral do objeto: base em madeira (1) com placa metálica contendo inscrições;

base metálica (2); taça metálica com alças laterais com 10 facetas (A,B,C,D,E,F,G,H)

- sendo 2 com alças e 8 contendo inscrições

Inscrições: COMMODORE CUP / PRESENTED BY/ FL GLASS ESQ (base);

1944, RYC, RYC/1952, SPYC, RYC/ 1992, SPYC, RYC (FACETA A)

1945, SPYC, SPYC/ 1953, SPYC, RYC/ 1995, SPYC, RYC (FACETA B)

1946, RYC, SPYC/ 1954, SPYC, RYC/ 1997, RYC, RYC (FACETA C)

1947, SPYC, RYC/ 1955, SPYC, RYC (FACETA D)

1948, SPYC, RYC/ 1956, RYC, RYC/ 1957, RYC, RYC/ 1958, RYC, RYC (FACETA E)

1949, RYC, RYC/ 1959, SPYC, RYC/ 1960, SPYC, SPYC/ 1961, SPYC, SPYC (FACETA F)

1950, SPYC, RYC/ 1962 RYC, SPYC/ 1967, SPYC, SPYC/ 1971, RYC, RYC (FACETA G)

1951, SPYC, RYC/ 1972, SPYC, SPYC/1983, RYC, RYC/ 1984, SPYC, SPYC (FACETA H)

Outras marcas: Não possui.

Altura: 39cm Largura / diâmetro (máx): 22cm

Peso: 1,664kg

Fabricação (materiais/técnicas):

Data de fabricação:

Local de fabricação:

Entrada em: 1958

Forma de ingresso do objeto: Conquista de 5 regatas (conforme previsto em regra - documento DOC000)

Procedência: Doada (1958) por F. L. Glass.

Dados sobre o doador (caso haja): Comodoro do São Paulo Yacht Club.



Fotografia Eduardo Guedes, 2014
Direitos: Rio Yacht Club

Condição geral do objeto

Boa Razoável Ruim

Comentários:

Local de guarda: *Vitrine. Salão principal (restaurante) da sede do Rio Yacht Club. Estrada Leopoldo Fróes, 418.*

Histórico de guarda e conservação:

Não há informações sobre o histórico de guarda da peça.

Funcionários do clube realizam limpeza periódica da peça, removendo resíduos de poeira. Utilizam produto de uso caseiro para polimento, sem regularidade.

REGATA(S) RELACIONADA(S) AO OBJETO(S)

Nome da competição: *Commodore Cup*

Data(s) de realização da competição: *vide INFORMAÇÕES SOBRE A COMPETIÇÃO.*

Data(s) de realização associadas a este troféu: *1944, 1952, 1992, 1945, 1953, 1995, 1946, 1954, 1997, 1947, 1955, 1948, 1956, 1957, 1958, 1949, 1959, 1960, 1961, 1950, 1962, 1967, 1971, 1951, 1972, 1983, 1984.*

Local (locais) da competição: *Represa de Guarapiranga (SP), Baía da Guanabara (RJ)*

Local da competição associado a este troféu: *Baía da Guanabara (RJ) - Rio Yacht Club*

Classe (s) de barco(s): *Hagen Sharpie e outros.*

Embarcação (ou embarcações) do *Rio Yacht Club* participante(s): *Sealark, (e outros)*

Tripulação participante: *Harman; Harold Holland; Helmut Hinden; Ralph; Fred Pirie; Richard Hunting; Morton; Fox; Preben Schmidt; Arthur Kent; Cyril Milbourne; George Holland; A. Coddington; Arthur Reeves; George Holland, Gastão Pereira de Souza, Hans Sorensen, Helmut Hinden. 2ª fila: F. Goodman, Peter Reeves, Simone Reeves, G. Byron Watson, Werner Hinden; Alan Beebe; F. Charity; G. Eagling, Paulo Damasceno Vieira; E. O. Corrie; F. Rowlands; Brass; French; Jimmy Turnbull E OUTROS.*

Outras informações sobre a competição: *competição interclubes (entre o Rio Yacht Club de Niterói e o São Paulo Sailing Club) foi realizada pela primeira vez em 1921 e, a partir de um convite do Rio Yacht Club ao São Paulo Sailing Club e seguiu acontecendo de forma sequencial ou com interrupções até o ano de 2002 - em maio de 2017, os clubes retomaram a sua prática com a realização de regatas na Represa de Guarapiranga (SP). O Rio Yacht Club venceu todas as regatas.*

Para conquistar uma taça Commodore Cup, o clube precisa vencer a competição por três vezes consecutivas ou por cinco vezes alternadas.

Arquivos, peças e documentos relacionado ao objetos:

Arquivos digitais Documentos textuais Objetos do acervo

Caso sim, enumerar abaixo (ou em documento anexo):

Livro 100 Anos Rio Yacht Club (p.73-78)

Livro 100 anos do SPYC (publicado em 2017)

Objetos e documentos do acervo, relacionadas a esta taça, ainda não foram catalogados e não possuem numeração.

Fotografias do acervo (arquivos digitais ainda não numerados)

Embarcação Senlark.

Fotografias:

Outras informações relevantes / documentos anexos:

4.4. PESQUISAR: CONJUNTO DE LIVROS “CANDIDADES TO MEMBERSHIP”

A abordagem prática aqui proposta foi subdividida em duas etapas. Na primeira, realizamos um levantamento de alguns dos dados que compõem o conteúdo informacional dos livros "*Candidates for Membership / Propostas para sócios*", entre os anos de 1939 e 1944. Na segunda etapa, partindo desses dados consolidados e combinados entre si, levantamos algumas questões e propusemos reflexões - considerando as informações obtidas dentro de contextos mais amplos, relacionados à história do Brasil e do município de Niterói, do *Rio Yacht Club* e a histórias pessoais de sócios (biografias)¹²⁶.

Vale ressaltar que optamos por analisar apenas um período de 6 anos por conta das limitações de tempo e recursos de nossa pesquisa, face à riqueza informacional dos livros que compõem o conjunto a ser pesquisado. Selecionamos as informações sobre o ingresso de sócios neste período, entre os anos de 1939 até 1944, em razão também das inúmeras possibilidades de reflexão que nos oferecem e também por constituir-se em material ainda inédito e não pesquisado.

Levantamento de dados

O trabalho prático se iniciou com uma avaliação da ficha padrão do livro, preenchida pelos candidatos a sócios, que não sofreu muitas alterações ao longo do período estudado. Em seguida, selecionamos para este estudo aqueles tópicos que nos pareceram mais relevantes e interessantes para pesquisas e associações futuras. São eles: ano de aplicação, nacionalidade, sexo e profissão do candidato a sócio.

Em seguida, criamos uma planilha no programa Excel, da forma como vemos abaixo (detalhe da planilha), e os dados levantados nas 388 fichas-propostas do período analisado foram inseridos em colunas. Optamos por trabalhar desta maneira porque o programa Excel nos permite reordenar e reagrupar as informações, depois de inseridas – além de contar itens selecionados. Desta forma, a obtenção dos dados numéricos gerais tornou-se mais eficaz. Na planilha criada, os campos que tem “?” (sinal de interrogação) referem-se às informações ilegíveis. Os campos em branco referem-se às informações não fornecidas.

¹²⁶ Exemplificado pela biografia do Conde Pereira Carneiro.

	A	B	C	D	E
1	ANO	SEXO	NACIONALIDADE	PROFISSÃO	RESERVA
2	1889	F			
3	1890	F	AMERICANA		
4	1890	M	AMERICANA	COMERC	
5	1890	F	ANGLO-BRA	"PUBTY"	
6	1890	F	ANGLO-BRA		
7	1890	M	ANGLO-BRA		
8	1890	M	ANGLO-BRA	COMERC	
9	1890	M	ANGLO-BRA	COMERC	
10	1890	M?	ANGLO-BRA		
11	1890	M?	ANGLO-BRA		
12	1890	F	BRA		
13	1890	M	BRA	ADVOGADO	
14	1890	M	BRA	COMERC	
15	1890	M	BRA		
16	1890	M	BRA	F	
17	1890	M	BRA	DIPLOMA	
18	1890	M	BRA	MEDICO	
19	1890	M	BRA	ENGENHEIRO	
20	1890	F	BRA	"PLGIST"	
21	1890	F	BRA		
22	1890	F	BRA		
23	1890	F	BRA		
24	1890	F	BRA		
25	1890	F	BRA	DR. NÃO DÁ	
26	1890	F	BRA		
27	1890	F	BRA		
28	1890	F	BRA		
29	1890	F	BRA		
30	1890	F	BRA		
31	1890	F	BRA		
32	1890	F	BRA		
33	1890	F	BRA		
34	1890	F	BRA		
35	1890	M	BRA	BARR	
36	1890	M	BRA	COMERC	
37	1890	M	BRA	COMERC	
38	1890	M	BRA	BARBERIA	
39	1890	M	BRA	PALESTRA FLORIANOPOLITANA	

FIGURA 23 – Detalhe da planilha de dados criada e preenchida no programa Excel.
 FONTE: autor.

Na etapa seguinte, obtivemos resultados numéricos “absolutos” (totais), por tópicos, e produzimos gráficos que mostram, por exemplo, o número de proponentes a sócio por ano e a nacionalidade e o sexo destes proponentes no período estudado. De posse destes números “absolutos”, foi possível também combiná-los entre si para gerar gráficos como, por exemplo, o demonstrativo do número de proponentes por ano, dividido por nacionalidade.

Primeiramente, compilamos os dados sobre o número de proponentes por ano e notamos o significativo aumento do número de propostas nos anos de 1940 e 1941, com queda acentuada em seguida. Mesmo sem relacionarmos estes números a outras informações obtidas nos livros ou sem nos aprofundarmos neste momento em sua possível relação com fatos históricos do período, basta lembrar que a 2ª Guerra Mundial, principiada em 1939, tem impacto na chegada de estrangeiros ao Brasil e no fluxo maior ou menor de pessoas, viajando entre países. Com isso, nos perguntamos se a forte variação do número de proponentes a sócios, nos anos contemplados em nossa pesquisa, poderia estar relacionada ao contexto da Guerra – em especial por conta do perfil “inglês” e “estrangeiro” do clube desde sua fundação.

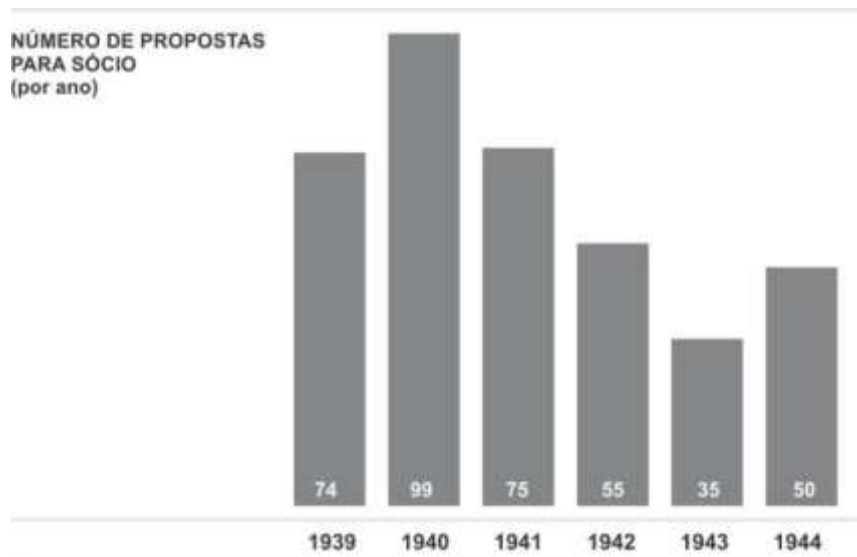


GRÁFICO 4 - FONTE: autor (2015).

Em seguida, nos fixamos em agrupar os dados sobre o sexo dos proponentes. Nota-se já à primeira vista, uma maior quantidade de sócios do sexo masculino, em relação ao feminino. Além disso, uma análise mais minuciosa das fichas preenchidas, revela que, entre as 100 fichas de proponentes mulheres, é frequente que o termo "*Mrs.*" preceda os nomes das mulheres¹²⁷ - o que nos permite concluir que essas proponentes do sexo feminino são casadas com os proponentes homens. Na época, ao contrário do que ocorre atualmente, era usual que cada membro do casal preenchesse uma ficha-proposta. Com isso, nota-se um baixíssimo número de proponentes mulheres solteiras no período – há apenas 15 proponentes femininas que acrescentaram "*Miss*" antes de seus nomes.

Aqui, não podemos deixar de mencionar que, pelas regras do clube (de acordo com o estatuto vigente na época)¹²⁸ existia a figura – ou categoria - de "sócio feminino". Estes "sócios femininos", embora sujeitos às mesmas regras de admissão e ao pagamento das mesmas taxas de anuidade e de ingresso no clube que os demais sócios, poderiam "gozar de todas as regalias do clube", porém não tinham "o direito de votar e ser votado" (artigo 15, 1948).

¹²⁷ Contamos 73 "*Mrs.*" precedendo nomes de mulheres.

¹²⁸ Encontramos nos arquivos do clube um estatuto sem data identificada. Porém, há outro documento, datado de 10 de agosto de 1948 que registra as alterações efetuadas neste estatuto. Com isso, é possível supor que as regras sobre admissão de sócios, vigentes na época aqui abordada, estão descritas neste documento sem data.

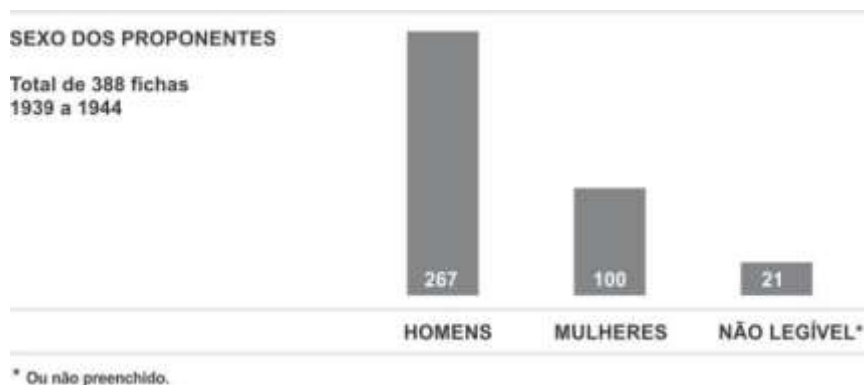


GRÁFICO 5 - FONTE: autor (2015).

Na sequência, tratamos de reunir os dados totais sobre a nacionalidade dos proponentes no período. Os livros aqui analisados mostram que, mesmo depois de 30 anos da fundação do clube, os ingleses representavam ainda mais da metade dos proponentes a sócios neste período. A leitura mais detalhada das fichas mostrou também que, entre os 108 proponentes brasileiros, há um grande número deles com nomes e/ou sobrenomes ingleses¹²⁹. Além disso, a soma de todos os proponentes de nacionalidades estrangeiras, no período, totaliza 70,6% do total de propostas – o que talvez explique o fato das fichas estarem preenchidas em inglês, mesmo por brasileiros, até 1944.



GRÁFICO 6 - FONTE: autor (2015).

Por fim, nesta etapa de levantamento de dados, nos debruçamos sobre a profissão declarada dos proponentes. De um total de 388 proponentes, 127 não preencheram o campo “profissão”. Entre os 252 proponentes que declararam profissão ou o nome da empresa em que trabalhavam (muito frequentemente), 94 afirmaram "comércio" como sua ocupação – o

¹²⁹ Contamos 45 nomes claramente ingleses entre os proponentes que se declararam brasileiros.

que certamente deve ser analisado a luz da época. Entre estes proponentes que declararam “comércio” como sendo a sua atividade profissional encontra-se, por exemplo, o nome do Conde Ernesto Pereira Carneiro, seguido do endereço “Ed. Jornal do Brasil”. Vale notar que o Conde Pereira Carneiro era especializado em economia¹³⁰ e era o proprietário do Jornal do Brasil na época (março de 1941). Segundo os arquivos do CPDOC, as atividades relacionadas a este personagem são “jornalista; presidente ACRJ; constituinte 1934; deputado federal DF 1935-1937”.

Ainda sobre as profissões declaradas, dentro de um total de 100 mulheres proponentes, apenas 20 anotaram algo no campo "profissão". Além da bem-humorada declaração “Sssh... (não diga) ” feita por uma proponente britânica (cujo nome não nos pareceu legível), reproduzida abaixo, 4 mulheres se declararam “*domestic*” ou “*housewife*” e uma delas anotou “*wife and mother*” neste campo. Entre as 15 mulheres com profissões, há 7 delas que declaram “comércio”, além de 3 secretárias, 1 professora e 1 “*geologist*” (proponente americana). Ou seja, apenas 15% das proponentes mulheres exerciam alguma profissão – ou entendiam ser relevante informa-la.

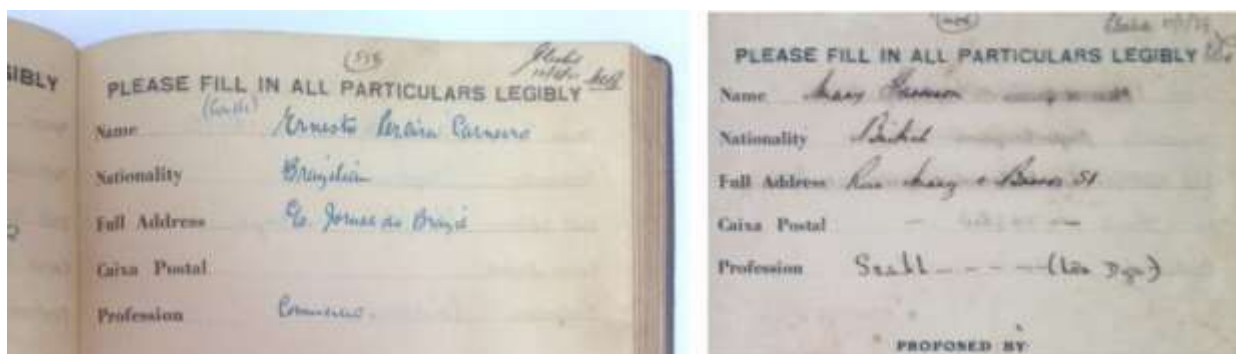


FIGURA 24 – Fotografias. Detalhes das fichas preenchidas pelo Conde Pereira Carneiro e pela bem-humorada proponente britânica. FONTE: autor.

¹³⁰ Pelo Saint George College, em Londres.

Reflexões sobre os dados obtidos e consolidados

Os dados levantados e inseridos na planilha do programa Excel podem, além de gerar as informações e proporcionar ponderações, como vimos acima, serem combinados e comparados de diversas maneiras. E esses dados obtidos e suas inúmeras combinações possíveis se revelam como o ponto de partida para um vasto universo de possibilidades, no que se refere à pesquisa histórica a partir desde conjunto de livros. No entanto, em função das limitações desta pesquisa, em termos de recursos, de espaço e de tempo, elegemos apenas alguns tópicos de discussão, que exemplificam os muitos caminhos que podem ser percorridos pela pesquisa, partindo deste material.

O número de proponentes a sócio, por exemplo, apresenta grande variação ao longo dos anos, neste período que engloba a maior parte da Segunda Guerra Mundial. Enquanto que, em 1940, o clube recebeu 99 propostas para sócios, em 1943, foram apenas 35. Quais seriam as razões para esta tão grande variação do número de propostas? Podem estar relacionadas a aspectos internos do clube e a sua história, ou estaria relacionada a mudanças internacionais ocorridas no período da Guerra?

Em busca de respostas para essas perguntas, comparamos estes números com a informação sobre nacionalidade dos proponentes, como nos mostra o gráfico abaixo – imaginando que a queda no número total de propostas poderia estar relacionada a possíveis dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros para chegar e para se fixar no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.



GRÁFICO 7 - FONTE: autor (2015).

Tomamos como exemplo os anos de 1940 e 1943, por apresentarem uma significativa diferença no número total de propostas. Notamos que, em 1940 – quando a Guerra acontecia há 1 ano, na Europa –, num universo de 99 propostas, 53 delas eram de cidadãos britânicos e houve apenas 22 propostas de brasileiros – ou seja, os ingleses representavam 53,5% das propostas e, somados aos demais estrangeiros eram responsáveis por 77,7% das propostas. O ano de 1943 teve apenas 35 propostas para sócios e entre elas havia 16 solicitações de britânicos, 12 de brasileiros e 7 de outras nacionalidades. Com isso, os proponentes ingleses ainda eram 45,7% do total de novos sócios no ano e os estrangeiros totalizavam ainda mais da metade das propostas (65,7%). Estes percentuais nos mostram que, mesmo em número menor, os estrangeiros, somados, continuavam a chegar no clube e, até 1943, ainda eram responsáveis pela maioria das propostas apresentadas (65,7%) – mesmo com as dificuldades do período.

Porém, em 1944, após quase 6 anos do início da Guerra, há uma brusca inversão destes percentuais – além de um aumento no total de propostas. Das 50 propostas para sócios recebidas, 29 são de brasileiros, o que representa 58% do total de propostas. Os números obtidos nos mostram que, num período de 6 anos, os proponentes brasileiros saltaram percentualmente de 10,8% em 1939 para 58% em 1944, enquanto que os ingleses eram 71,6% em 1939 e 24% em 1944. Nota-se ainda que o número de proponentes de outras nacionalidades estrangeiras, que teve seu ápice em 1940, com 24% do total de propostas, declinou também neste período (representando 18% das propostas em 1944), porém de forma mais suave.

A significativa queda percentual de proponentes ingleses, que passam a ser apenas 24% do total no ano de 1944, nos convida a reflexão. Neste ano, as propostas de ingleses – pela primeira vez na história do clube –, não são maioria. Os números mostram que eles representam menos da metade do número de propostas de brasileiros e, mesmo somadas aos demais estrangeiros, totalizam menos da metade (42%) do total de novos proponentes a sócios. E quais seriam as razões para esta brusca mudança? Será que, depois de 6 anos, a Segunda Guerra Mundial estaria impactando na chegada de estrangeiros ao Brasil e, em especial, dos ingleses? É possível que os cidadãos de Niterói, interessados por iatismo, tenham passado a perceber o “clube dos ingleses” como um clube “local” a ser frequentado? Ou seria

plausível ainda supor que uma segunda geração de ingleses, já nascidos no Brasil (e autodeclarados brasileiros), estaria chegando ao clube?

Apenas para apontar a complexidade envolvida nestas respostas e ressaltar a riqueza do acervo do clube, vale mencionar aqui que, no conjunto de documentos guardados pelo *Rio Yacht Club*, há diversas cartas de sócios que solicitavam o seu desligamento do clube, neste período aqui abordado, por razões distintas. Estas cartas, assim como as informações contidas nas atas da época, sobre os desligamentos de sócios, nos lembram o quanto é necessário avaliar as informações obtidas nos livros de propostas também à luz do contexto mais amplo dos demais documentos textuais do acervo do clube. Assim, percebemos que, no caso de uma pesquisa histórica, não é possível partir apenas dos números e informações referentes à entrada de sócios no clube, sem considerar também os registros de saída de sócios.

Entre as cartas guardadas, do ano de 1940, encontramos um total de 23 cartas de ingleses, das quais 9 mencionavam razões como doença, transferências para outros estados e cidades brasileiras ou moradia distante do clube. Porém, há 10 cartas que mencionam apenas a volta ao país de origem ou que solicitam o desligamento do clube sem enumerar as razões para tal e 3 que mencionam a Segunda Guerra Mundial como razão de seu desligamento¹³¹. Pesquisamos também as atas do ano de 1940 – que foram integralmente preservadas. Nelas há o registro dos sócios que entraram e também daqueles que saíram, ou que solicitaram a sua “*resignation*”. Ao longo deste ano, as atas registram 36 pedidos de “*resignation*”, dos quais apenas 2 são de brasileiros.

Ao confrontarmos as informações contidas nas cartas e nos registros de “*resignation*” feitos nas atas do ano de 1940, com os dados obtidos nos livros, sobre o número de propostas para sócios neste e nos anos seguintes é possível notar que, enquanto os livros apontam para uma queda no número de propostas de ingleses, nas atas e cartas percebemos também que

¹³¹ Em carta 16 de maio de 1940, enviada ao comodoro do então *Rio Sailing Club*, escrita em inglês, o sócio M. Tiller¹³¹ solicita a sua “*resignation*” (renúncia) como membro do clube em razão de estar “*joining up with His Majesty’s Force*” (se unindo às forças de Sua Majestade – tradução nossa). Em outra correspondência, datada de 30 de agosto de 1940 e também redigida em inglês, o sócio Michael Hugh Sieyes menciona “as necessárias economias que se precisa fazer em função do estado anormal das coisas trazido pela guerra” (tradução nossa)¹³¹ para solicitar o seu desligamento do clube. Em novembro de 1940, o sócio John R. Balber solicita o seu desligamento em razão de estar “*going home to join the H. M. Forces*” (indo para casa para se juntar as forças de Sua Majestade – tradução nossa).

muitos deles estavam deixando o clube e o Brasil. Enquanto que, em 1939, há 53 propostas de ingleses e o mesmo número se repete em 1940, em 1941 este número cai para 39 propostas e segue declinando (22 em 1942, 16 em 1943 e apenas 12 em 1944). Com isso, notamos que neste período, os ingleses não apenas não estavam chegando ao clube, como também estavam saindo. Mesmo contando com o ingresso de 53 ingleses, o ano de 1940, por exemplo, registra a saída de 34 sócios desta nacionalidade.

Na sequência, os dados consolidados, sobre a nacionalidade dos proponentes, ao longo dos anos que esta pesquisa contempla, seguiram chamando a nossa atenção e proporcionando outros caminhos para a reflexão.

Como vimos, o *Rio Yacht Club* foi fundado em 1914. Sobre os fundadores e primeiros membros do clube, há apenas a cópia de um documento que lista 30 assinaturas e o "*Year Book*" de 1929-30, que traz o nome dos sócios efetivos do período. Esses documentos apresentam, como sabemos, uma maioria de nomes ingleses. Porém, a leitura das "fichas proposta para sócio" nos mostra que, mesmo depois de 30 anos da fundação do clube, os ingleses representavam ainda mais da metade dos proponentes a sócios e, que entre os 108 proponentes que se declararam brasileiros, uma grande parte deles tinham nomes e sobrenomes ingleses, além de 9 anglo-brasileiros. Ou seja, neste período de 6 anos, dentro de um universo de 388 propostas, e mesmo com a já mencionada queda gradativa da entrada de britânicos no clube, 51% das propostas para sócios ainda eram de britânicos, enquanto que apenas 27,8% eram de brasileiros.

Com isso, nota-se que a criação do clube e a sua permanência, ao menos até 1945, estão diretamente relacionadas à forte presença inglesa na cidade de Niterói até este ano. Embora a bibliografia sobre a imigração inglesa em Niterói seja escassa, encontramos a tese de doutorado de Maria Cristina Bezerra (UFF, 2015), que aborda este tema. Segundo a autora, a partir do começo do século XX que a presença dos ingleses cresceu na cidade¹³², em especial por conta do estabelecimento de empresas inglesas como a *Leopoldina Railway Company* e a

¹³² Desde a primeira metade do século XIX, os ingleses já se estabeleceram com força nesta cidade, em razão da atuação das empresas inglesas, responsáveis pela implantação de serviços como o "*ferry*" para o Rio de Janeiro e a iluminação pública a gás, entre muitos outros (BEZERRA, 2015, p.43).

*Western Tellegraph*¹³³, entre muitas outras, que se constituíram em Niterói, no período, levando seus funcionários a morar nesta cidade. Segundo Bezerra (2015, p.118) “além de ofertar emprego e moradia aos funcionários, essas organizações participaram ativamente da criação de instituições sociais, educativas e religiosas e deram respaldo à vida da comunidade em Niterói”. A fundação do *Rio Yacht Club* por ingleses e a forte presença desta comunidade no clube, mais de 30 anos depois de sua fundação, parecem confirmar as afirmações de Maria Cristina Bezerra.

Ainda sobre a nacionalidade dos proponentes neste período entre 1939 e 1944, desponta o número expressivo de norte-americanos¹³⁴ que se candidataram a sócios, em relação aos números absolutos. Depois da maioria de 198 ingleses e do total de 108 brasileiros, encontramos 31 proponentes norte-americanos no período. Este é um número expressivo, principalmente ao levarmos em conta que todas as outras nacionalidades somadas totalizam 45 propostas, ao longo dos anos aqui abordados. Estes proponentes norte-americanos se concentram nos anos de 1940 (7 propostas), 1941 (9 propostas) e 1942 (9 propostas).

Embora este número de 31 propostas de norte-americanos possa parecer pequeno, à primeira vista, ao confronta-lo com os números absolutos obtidos, ele adquire relevância. Primeiro porque, no clube, a presença e as tradições dos ingleses, assim como dos dinamarqueses e de outros imigrantes “nórdicos” que se juntaram mais tarde a esta comunidade (em especial a partir dos anos 1950), mostram-se presentes (mesmo que de forma sutil) ainda hoje¹³⁵. No entanto, nas entrevistas e conversas informais com sócios mais antigos, realizadas para o livro e para este projeto, e em textos encontrados (inclusive nas atas) não há menções¹³⁶ ou não “se destacam” estes sócios americanos.

Em nossa busca por uma explicação que justifique os números levantados, sobre os sócios norte-americanos do clube, nos deparamos com uma grande dificuldade em encontrar

¹³³ Ambas aparecem na lista de empresas declaradas no campo “profissão” das fichas proposta para sócio.

¹³⁴ Auto identificados como “American” ou “US Citizen” nas fichas.

¹³⁵ Apenas para citar um exemplo, os sócios do clube mantêm o hábito de fazer a saudação inglesa “Hip, Hip, Hurray” em determinadas ocasiões e de fazer brindes com *Acquavit*, bebida tradicionalmente escandinava (Dinamarca, Noruega e Suécia).

¹³⁶ Não foram encontradas menções relevantes a membros americanos do clube até o momento.

referências históricas sobre o tema da imigração americana no Brasil. Embora a chegada de norte-americanos ao Brasil - especialmente daqueles que viviam no sul dos estados unidos - após a guerra civil americana (1861-1865) e sua concentração em São Paulo (região de Campinas, com posterior fundação da cidade de Americana) seja tema razoavelmente estudado e existam, pelo menos, três livros¹³⁷ publicados no país sobre o assunto - além de artigos de dissertações – a busca por informações sobre o que teria motivado americanos a viver no Rio de Janeiro e, especialmente em Niterói, durante o período da 2ª Guerra Mundial se revelou mais complexa.

Porém, o trabalho de Aline Vanessa Locastre (2012), que analisa a “Política de Boa Vizinhança” entre os EUA e os países da América Latina neste período, mostrou-se elucidativo e nos ofereceu um possível esclarecimento para os números que encontramos em nossa pesquisa, quando situamos esta informação dentro do contexto da época. Segundo exame realizado por esta autora, neste período da 2ª Guerra Mundial foram criados e implantados diversos programas que objetivavam estreitar e incentivar as alianças comerciais, políticas e culturais dos Estados Unidos com os países da América do Sul, entre eles o Brasil. Em 1940, foi criado o “*Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the Americas*” que objetivava minimizar a possível influência alemã na região e garantir os interesses econômicos norte-americanos – inclusive por meio de influência cultural e da disseminação do “*american way of life*” (LOCASTRE, 2012, p.89-94).

O trabalho de Thadeus Gregory Blanchete¹³⁸, intitulado “Anglo-americanos no Brasil: uma breve história de uma imigração que não existe”, traz também afirmações bastante esclarecedoras para a nossa pesquisa. Segundo este autor, por conta da forte presença inglesa no Brasil, desde o século XIX, “os membros dos outros países anglófonos – particularmente os americanos – viviam dentro e em torno da colônia britânica” (2015, p.22) e “os anglo-americanos no Brasil tem historicamente se concentrado entre as classes média e alta do Brasil litorâneo e urbano” (2015, p.26). Ainda segundo este autor, depois da 1ª Guerra

¹³⁷ O Soldado Descansa (Judith MacKnight Jones); A Colônia Perdida da Confederação (Eugene C. Harter, ex-consul americano em São Paulo); preservando a Nossa História (Célia Gobbo, Fanny Olivieri, Maria JFA Ribeiro e Malquesedec Ferreira)

¹³⁸ Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este autor realiza pesquisas desde os anos 2000 sobre a imigração anglo americana no Brasil.

Mundial, a presença britânica no Rio começa a declinar, enquanto que americanos e canadenses passam a chegar em maior número. Blanchete afirma ainda que esses imigrantes eram em sua maioria de especialistas em diversas áreas, relacionados às atividades comerciais e industriais das empresas norte-americanas estabelecidas no Brasil (2015, p.25).

Embora cientes de que este tema merece ser estudado com mais profundidade, e por especialistas, fomos em busca de detalhes sobre esta comunidade americana que se estabeleceu no *Rio Yacht Club* no período. Quem eram estas pessoas? Aonde viviam? Em que trabalhavam? Será que podemos estabelecer relações entre os “norte-americanos do *Rio Yacht Club*” e as informações que encontramos, nos trabalhos acima citados, sobre a imigração americana no Brasil?

Do total de 7 mulheres e 24 homens, há 4 funcionários da Embaixada Americana, 4 funcionários da *Pan American Airways* e 3 funcionários da *The Texas Company* (atual TEXACO). Além disso, nas profissões declaradas há, além de comércio (3), economista, advogado, “*geologist*”, “*naval technician*” e “*communication*” – o que parece estar de acordo com as afirmações de Blanchete sobre o tipo de atividade que estes imigrantes exerciam no país e sobre o perfil profissional deste grupo. Dos que declararam endereços, apenas 3 deles anotaram endereços em Niterói. Os demais endereços declarados (12) são do Rio de Janeiro, mas muitos são claramente comerciais. De qualquer forma, pelos endereços e ocupações mencionados, também é possível concluir que se tratava de pessoas com razoável poder aquisitivo – o que também está de acordo com as afirmações de Blanchete.

4.5. COMUNICAR: VELEIRO SEALARK

Uma exposição no *Rio Yacht Club*?

Como já afirmamos aqui, o nosso foco, nesta etapa, recai sobre um objeto, o veleiro *Sealark*, que faz parte do acervo de uma instituição que não se configura como um museu. Embora a atividade de realizar exposições esteja no coração das atividades dos museus e o

distingue de outras instituições culturais, inclusive por Lei¹³⁹, outras instituições, culturais ou não, podem também realizar exposições, de diversas formas, como a do veleiro *Sealark*, no *Rio Yacht Club*.

Sabemos que museus realizam exposições porque têm o dever e o objetivo de compartilhar seu acervo e os conhecimentos adquiridos com a sociedade, mas também porque precisam renovar, permanentemente, o interesse e o engajamento da sociedade em relação ao seu patrimônio.

No clube, embora não haja obrigação legal no que se refere à comunicação de seu patrimônio e de sua herança nota-se, desde as comemorações de seus 100 anos, a percepção da necessidade de o clube se manter vivo e atuante, como instituição e como comunidade – motivo pelo qual é recomendável que as novas gerações tomem conhecimento e se identifiquem com a sua história.

Embora esteja prevista a realização de eventos culturais, já no artigo 1º do Estatuto¹⁴⁰, do *Rio Yacht Club*, não há a tradição de organiza-los. No entanto, na ocasião de seus 100 anos, o clube tomou a iniciativa de publicar um livro, de incrementar a exposição permanente de

¹³⁹ DECRETO Nº 8.124, diz: museu - instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;

Lei 11.904, diz: Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009)

Lei 11.904, diz: Subseção III Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus **Art. 31.** As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público. **Art. 32.** Os museus deverão elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Também de acordo com as definições do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), entre as características específicas dos museus estão “a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade” e a “a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações”

¹⁴⁰ Art.1º - O *RIO YACHT CLUB* fundado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, em 14 de Abril de 1914, sob a denominação de *RIO SAILING CLUB*, a qual passa a utilizar também, como nome fantasia, é uma associação sem fins lucrativos, destinada a congregar as pessoas interessadas em praticar, promover e incrementar o esporte da vela de competição e de lazer, formar atletas olímpicos e paraolímpicos, desenvolver outros esportes marítimos e terrestres formais e não-formais, **bem como atividades culturais**, desde que aprovados pelo Conselho Deliberativo

seus troféus na sede (mesmo que com recursos limitados) e de realizar uma pequena mostra temporária com fotografias, objetos e documentos textuais – além de expor o veleiro *Sealark*, recém reformado, em dois eventos comemorativos.

Também desde os 100 anos do clube, em função das pesquisas realizadas para o livro, algumas informações foram, pela primeira vez, trazidas à luz, agrupadas e relacionadas entre si, gerando novos conhecimentos sobre o clube e sobre os objetos e documentos textuais ali guardados – com destaque para a (pouco conhecida) história da classe *Hagen Sharpie* do reformado barco *Sealark*. Além disso, com as pesquisas realizadas, a relevância do clube e de sua trajetória foram contextualizadas no universo da história da cidade de Niterói e do esporte à vela no Brasil.

Neste cenário, expor o *Sealark*, por seu relevante papel na história do esporte nos parece pertinente. Este barco, único remanescente de sua classe, representa os esforços e o pioneirismo do clube, desde os primeiros anos de sua fundação, no sentido de desenvolver o esporte à vela no Brasil. A história da classe *Hagen Sharpie*, que tem no *Sealark* o seu último exemplar, ilustra as dificuldades e conquistas do clube e de seus membros, num período importante de sua história.

Porém, para “expor” o *Sealark*, algumas questões se colocam.

Inicialmente, a realização de mostra permanente do barco, nas dependências do *Rio Yacht Club* tornar-se-ia difícil por conta de suas dimensões¹⁴¹, sendo necessária a construção de um espaço específico de exposição. Outra alternativa seria ou deixar o barco montado em local aberto, apenas aceitável por um curto período de tempo, tanto por questões de conservação (deterioração de suas partes mais sensíveis, como velas e cabos, por exemplo) quanto por questões de seguro e de segurança. A liberação do acesso de visitantes externos ao clube, por tempo indeterminado¹⁴², às suas dependências e os recursos financeiros necessários à montagem e à manutenção de uma exposição, por um tempo muito longo, também se colocam como questões relevantes.

¹⁴¹ O barco, montado com mastro e velas, tem o comprimento de cerca de 5,4m, largura de cerca de 1,6m e altura de cerca de 7,5m.

¹⁴² Vale lembrar que se trata de um pequeno clube, com menos de 200, sócios e que não possui rígidos controles de entrada e saída de suas dependências.

Essas dificuldades iniciais nos levaram, imediatamente, a considerar a hipótese de realizar uma mostra virtual, uma “ciberexposição” sobre o *Sealark*. No entanto, mesmo entendendo ser esta uma opção legítima, ficou claro para nós que a possibilidade de ver de perto o barco “real”¹⁴³ seria incomparável. A experiência digital é de outra natureza. As exposições *online*, embora permitam acesso à distância aos visitantes e pesquisadores e possam ficar indefinidamente à disposição do público, permitindo aos visitantes a possibilidade de examinar os objetos em detalhes, de acessar uma vasta gama de informações sobre estes objetos, não se igualam a experiência de estar diante do objeto “real”. Em especial quando se trata de um barco – objeto de grandes dimensões, inserido num universo (esporte, náutica) que não costuma fazer parte do dia-a-dia da maioria das pessoas. Vale lembrar ainda que os barcos e, em especial os barcos à vela, normalmente não são vistos de perto ou por dentro por aqueles que não praticam atividades náuticas.

Os inúmeros exemplos de museus sobre barcos e museus navais, em todo o mundo, corroboram a nossa afirmação. Pessoalmente, já visitamos alguns deles¹⁴⁴. Entre eles destacamos o *Frammuseet*, inaugurado em 1936 na cidade de Oslo (Noruega) e modernizado em 2013, que exhibe o mais famoso barco polar do mundo, o *Fram*, e o Museu Nacional Marítimo em Amsterdã (*Nederlands Historisch Scheepvaartmuseum*) que se destaca pela forma como apresenta o tema dos 500 anos de cultura náutica da Holanda – utilizando inúmeros recursos tecnológicos de apoio (som, vídeo e outros) – de forma que seu percurso, a cada etapa, é sempre surpreendente e culmina com a visita ao interior de um grande navio – uma réplica do *East Indiaman Amsterdam*, navio afundado em 1749.

Embora não haja espaço aqui para discorrermos sobre essas experiências, - que foram, para nós, impactantes e fontes de inspiração - podemos apenas afirmar que, na maioria das

¹⁴³ Aqui, nos referimos tanto às embarcações originais, preservadas, quanto às réplicas.

¹⁴⁴ Museu, em torno do barco *Fram*, construído em 1892. O navio *Fram* original é a atração principal, com o interior intacto. Os visitantes podem entrar no navio e observá-lo por dentro. O museu conta ainda a história da exploração polar norueguesa (e mundial), seus principais personagens e mostra, também, aspectos da fauna e da flora da região. Além do *Fram*, o museu exhibe, em outros espaços anexos e ao ar livre, outras embarcações históricas como o *Gjøa*, o primeiro barco a navegar pela passagem que conecta os oceanos Atlântico e Pacífico. O Museu Nacional Marítimo em Amsterdã mostra como o mar moldou a cultura holandesa. Com exposições bastante interativas, permite ao visitante que explore 500 anos de cultura marítima.

vezes, quando se trata de museus sobre barcos, a admiração causada pela presença da embarcação “real” é sempre um fator que aumenta o interesse e a curiosidade do visitante e o leva a querer saber mais sobre o contexto geral, o funcionamento da embarcação, a vida a bordo e sobre as pessoas que participaram de sua trajetória.

Além disso, estamos tratando aqui de um barco destinado a um esporte pouco praticado no Brasil, o iatismo. Isso o torna diferente da maioria dos barcos expostos nos museus navais, por conta de sua estreita relação com o tema do esporte – e transmitir informações sobre um esporte, sua prática e suas conquistas, é algo complexo. Os detalhes (a narrativa) e a carga de emoção que carregam as conquistas esportivas dificilmente podem ser comunicadas unicamente pela presença dos objetos a ela associados. Nesse sentido, outros museus sobre esportes, também nos inspiram. Entre alguns que pudemos visitar, destacamos a visita ao estádio e museu Santiago Bernabeu, do clube Real Madrid que, em um percurso repleto de objetos, se apoia em recursos de som e vídeo e em recursos digitais (participativos ou não) para envolver o espectador e contar a história do clube de forma muito eficaz.

Assim, em razão do objeto a ser exposto e do principal tema no qual se insere, estamos propondo que o clube realize uma exposição temporária, com o apoio de uma mostra permanente *online*, a ser posteriormente elaborada. Desta forma, acreditamos estar indicando um modelo de exposição que se adequa, da melhor maneira possível, ao objeto em questão – um barco utilizado para atividades esportivas - e também a realidade do clube.

A seguir, traçamos as diretrizes gerais para esta ação comunicacional. Vale observar que não levaremos em conta, neste momento, as questões relacionadas aos recursos financeiros necessários para a montagem do projeto. Vale ressaltar que não abordaremos aqui as etapas de divulgação e de avaliação da ação proposta. Ofereceremos as premissas para uma proposta expositiva, que poderá ser implantada, com eventuais alterações e adequações.

Proposta comunicacional: diretrizes gerais para uma exposição sobre o *Sealark*

O nosso foco principal será um barco. Assim como vemos no *Fram Museum* e em outras exposições visitadas (sobre embarcações históricas que participaram de expedições ou

de conflitos) apresentaremos o máximo de objetos, imagens do acervo e de informações objetivando apresentar o *Sealark*, sua história e sua relação com o clube e seus personagens (de seu idealizador até Torben Grael, que o restaurou), com o contexto histórico da época e com a história do esporte a vela no Brasil.

No entanto, o fato do barco *Sealark* ter sido idealizado e utilizado para uma atividade esportiva não pode ser desconsiderado. Nesse sentido, também apoiados pelos troféus e outros artefatos ligados às competições de iatismo, os recursos tecnológicos serão de grande importância (embora por conta do ambiente com luz natural, a utilização de recursos de projeção de imagens fique limitada). Assim como percebemos na visita ao Estádio do Clube Real Madrid, a exposição montada no clube, apoiada pelos objetos, faz da “emoção do esporte” o seu maior tema.

Na sequência, elaboramos uma lista de tópicos, voltados à concepção museológica e expositiva, que consiste nas diretrizes gerais para a organização de uma exposição sobre o veleiro *Sealark*¹⁴⁵. Os núcleos temáticos abaixo descritos não têm o objetivo de funcionar como um circuito – pelo contrário, a proposta é uma arquitetura aberta na qual o visitante poderá optar por alterar esta ordem e também decidir por quanto tempo permanecerá em cada um deles, já que os objetos e temas serão expostos com textos, legendas e recursos digitais, de áudio e vídeo, nos quais o tempo de observação ou de participação (manipulação) será determinado pelo interesse pessoal de cada visitante.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Nome da exposição: “*Sealark, um pioneiro da vela brasileira*”
- Duração proposta: 4 meses
- Descrição geral: exposição temporária, em torno do veleiro histórico *Sealark*. A mostra contará a trajetória do *Sealark* e da classe *Hagen Sharpie* - inserida no contexto da história do *Rio Yacht Club* e do esporte à vela no Brasil.

¹⁴⁵ Levando em conta que o acervo do *Rio Yacht Club* ainda não foi documentado e pesquisado em sua totalidade e também cientes de que este projeto de alta complexidade, para ser detalhado e implantado, necessita contar com uma equipe multidisciplinar, alguns temas e tópicos serão apenas enumerados, no sentido de pontua-los, sem detalhamento.

- Acervo: documentos textuais, fotografias e objetos pertencentes ao acervo do *Rio Yacht Club*. Este acervo conta com os recursos expositivos de maquetes, recursos digitais (animações 3D e outras), de som e vídeo.
- Objetivo: compartilhar com a sociedade o patrimônio do *Rio Yacht Club* e o seu papel no iatismo brasileiro, com destaque para o valor do *Sealark*, pelos conhecimentos técnicos empregados na sua construção.
- Público-alvo: comunidade de sócios do *Rio Yacht Club* e dos clubes vizinhos na cidade de Niterói; pessoas interessadas no esporte à vela; estudantes (crianças e jovens) e público em geral.
- Equipe responsável: A Comissão 100 anos do *Rio Yacht Club*, mediante aprovação do Conselho diretor, ficará responsável por coordenar a curadoria da mostra e por indicar profissionais externos e empresas a serem contratados para realizar os trabalhos necessários (em especial para realizar documentação e pesquisa das peças do acervo, projeto expositivo / expografia, a montagem e desmontagem da exposição, o projeto educativo e para a divulgação da mostra).
- Local da exposição: Estacionamento de visitantes do *Rio Yacht Club* (Estrada Leopoldo Froes, 418, Niterói). Este local permite o acesso de visitantes sem comprometer o acesso, o funcionamento e a segurança da sede do clube e de seu setor náutico (ver planta abaixo).
- Espaço expositivo: Estrutura temporária, a ser montada no local do estacionamento. O *Sealark* ficará no centro de um pavilhão, coberto e em destaque. O projeto prevê uma grande área livre e coberta em torno do barco, possibilitando ao visitante a visão da embarcação, de todos os lugares da mostra. A estrutura da construção será metálica e de lona, lembrando os materiais náuticos. Haverá detalhes aparentes com cabos e roldanas, além de partes de madeira (piso tipo deque).
- Como parte do espaço expositivo, utilizaremos também a área descoberta, em torno da estrutura montada. Desta forma, objetivamos integrar o visitante e a mostra ao espaço externo, facilitando a circulação dos visitantes e oferecendo o mínimo de “limites” ao público – que poderão desfrutar do espaço, caminhando e sentando-se entre painéis e peças resistentes ao tempo que serão expostos ao ar livre. Todo o mobiliário (vitrines e outros) em torno do barco terá altura máxima de 1,30m, para não comprometer a visão

do barco (que estará suspenso sobre uma plataforma) de onde quer que o visitante esteja. O barco poderá ser visto por fora e por dentro, por meio desta plataforma que permite também o acesso por rampa.

- A linguagem visual, os materiais e acabamentos que compõem a arquitetura da mostra, o mobiliário e a comunicação visual, remeterão à estética náutica – com o uso de cabos de aço, cordas, roldanas, mosquetões, madeira (o Sealark é um barco de madeira).



FIGURA 25 – Fotografias. Referências visuais para a montagem da exposição. FONTE: pesquisa *online*.

- O ambiente da mostra será claro e arejado, remetendo ao esporte à vela. As cores predominantes serão o branco, os tons de madeira, o azul e o prateado.
- Poderá também ser utilizado o espaço “aéreo” do pavilhão, para que se pendurem objetos náuticos (vela de barco, por exemplo) e banner, assim como o piso do pavilhão, que poderá ter imagens, mapas e símbolos náuticos.

INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA DA EXPOSIÇÃO

Relação de peças do acervo¹⁴⁶

- Objetos (originais): veleiro *Sealark* montado (casco, velas); troféus (taças conquistadas pelo *Dolphin*, taças *Commodore Cup*, Placa *Hagen Sharpies Challenge Shield*, entre outras); Placa *Commodore Cup*; Modelo de madeira “Pelican”.

¹⁴⁶ Depois de catalogadas, as peças poderão ser relacionadas de acordo com a sua numeração, dentro do acervo. Citamos apenas exemplos dentro da tipologia variada de peças relacionadas ao tema, no universo do acervo.

- Documentos textuais (originais e reproduções): projetos do barco (reproduções), livros de atas, cartas e outros documentos textuais, matérias de jornais e revistas do período (reproduções), entre outros a serem detalhados.
- Fotografias: reproduções.

Temas abordados / núcleos temáticos:

1. A fundação do *Rio Yacht Club* em 1914 e o contexto histórico da criação do primeiro barco da classe, em 1915: este primeiro núcleo temático, acolherá os visitantes apresentará, por meio de imagens e textos, fatos sobre a fundação do clube e sobre o contexto histórico da época. Com isso, o visitante poderá saber mais sobre a situação do Brasil na 1ª Guerra Mundial, as principais razões pelas quais os ingleses estavam na cidade de Niterói na época e as dificuldades que levaram Harry Hagen a idealizar e construir o primeiro barco da classe, no lugar de importa-lo, como era costume. Por meio de painéis com textos e imagens e também de mobiliário e objetos resistentes ao tempo, este núcleo estará arranjado em toda a área externa da mostra - com espaços para o visitante sentar.
2. O primeiro projeto e os primeiros Hagen Sharpies construídos (*Dolphin e outros*). A partir deste núcleo temático, o visitante estará dentro do pavilhão com o barco. Para apresentar o primeiro projeto dos *Hagen Sharpies*, serão utilizados, textos, imagens, documentos e objetos (troféus). O visitante poderá acessar fones de ouvido para escutar trechos sobre a história da classe “narrados” por Mr. Hagen e por outros personagens. Haverá espaços para o visitante sentar no pavilhão.
3. Os barcos da segunda geração: o segundo projeto (1936), Harry Hagen e Preben Schmidt. Será exibido o projeto do *Sealark*, assim como informações sobre seus criadores. O tema será apresentado por meio de objetos, documentos textuais, reproduções fotográficas e recursos de áudio.
4. *A Classe Hagen Sharpie e suas regatas, conquistas e passeios (velejando nas águas limpas da Baía da Guanabara)* o seu apogeu e o declínio. Serão apresentados objetos (em especial os troféus), documentos textuais, reproduções fotográficas e recursos de áudio para abordar esta história.

5. O veleiro *Sealark*: neste núcleo, será apresentado o barco, montado sobre estrutura que permite ver, inclusive a sua quilha. Ao lado dele, uma plataforma (subida por escada ou rampa) a 1,30m do chão, possibilitará que se veja o barco de perto e por dentro. Este núcleo também traz a história do *Sealark* - seus proprietários, e sua reforma, realizada por Torben Grael entre 2013 e 2014. Este núcleo contará com o apoio de um vídeo do barco navegando, sob o comando de Torben.
6. Principais classes e conquistas do *Rio Yacht Club* hoje (o berço da classe *Hagen Sharpie*).

A seguir, apresentamos mapa do local da mostra e esquemas expositivos.

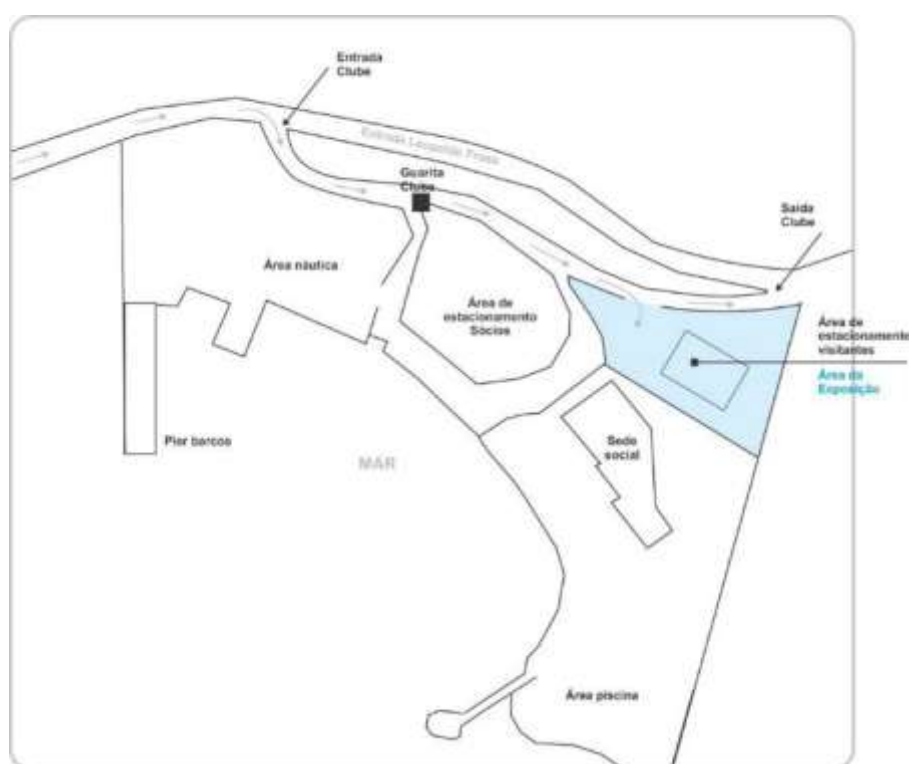
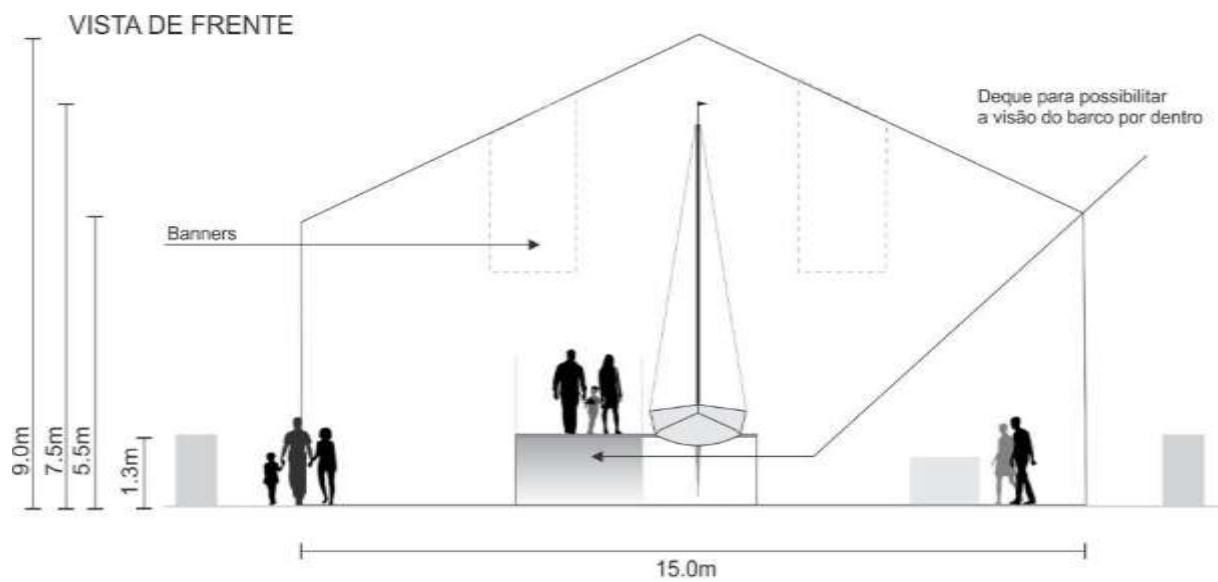


FIGURA 26 – Planta baixa simplificada na área do clube, em que se pode ver a área do estacionamento de visitantes, local escolhido para a exposição, que oferece acesso independente e separado da sede social e da área náutica do clube. FONTE: autor.



VISTA EM PERSPECTIVA
ESPAÇO COBERTO

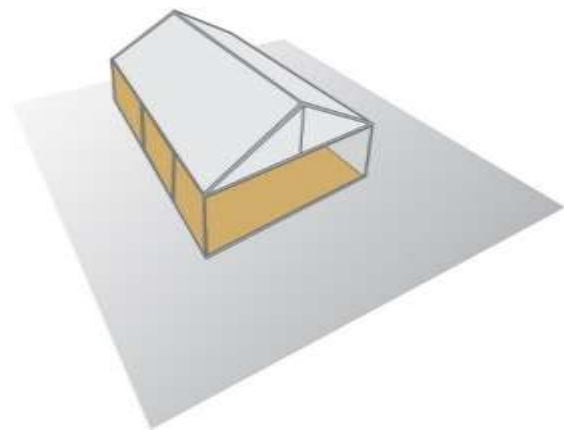


FIGURA 27 – Vista de frente/ esquema da estrutura temporária e do posicionamento do barco no pavilhão expositivo. Detalhe (em perspectiva) da estrutura COBERTA proposta. FONTE: autor

PLANTA BAIXA / ESQUEMA GERAL DA MOSTRA (núcleos temáticos)

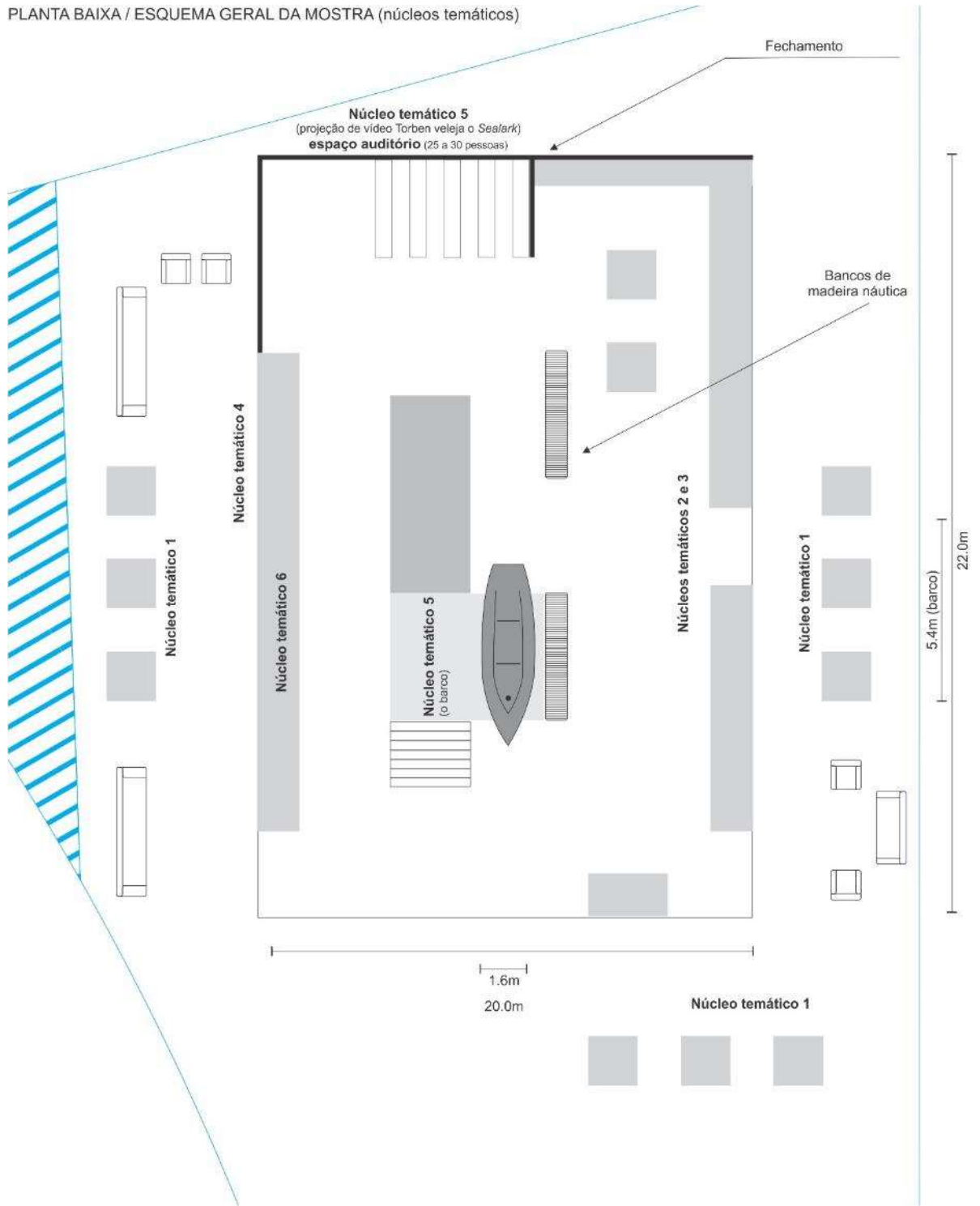


FIGURA 28 – Planta do pavilhão expositivo e esquema geral da mostra, com posicionamento do barco e dos núcleos temáticos. FONTE: autor

Considerações finais

Por meio do trabalho aqui desenvolvido, que partiu de nossa vivência e do contato com a memória e com a identidade de um grupo de pessoas que, ao longo dos anos, guardou um conjunto de bens que supúnhamos ser “valioso”, alcançamos algumas certezas, mas também surgiram novas questões, que não se esgotaram ao fim desta investigação.

A partir do momento em que, diante dos conceitos e da legislação do Patrimônio, nos certificamos de que o acervo do *Rio Yacht Club*, de fato, se configura como um patrimônio coletivo da comunidade de sócios do clube, refletimos também sobre a trajetória e a configuração do clube e de seu patrimônio, sob o prisma da memória e da identidade.

Compreendemos que, pressionados pelo passar do tempo e pela realidade e efemeridade do mundo contemporâneo, os membros do clube materializam o anseio e a preocupação com a perda de sua memória através da manutenção de um lugar aonde o tempo parece não passar, pelo acúmulo de documentos textuais e de objetos, e pela realização de comemorações – em especial nos aniversários do clube – que celebram suas tradições. O *Rio Yacht Club* se assemelha, assim, aos “lugares de memória” descritos por Pierre Nora (1984, p. 18-42). O lugar do clube, seu acervo e as comemorações anuais – que culminaram na festa dos 100 anos e na publicação do livro sobre a história do clube – funcionam, assim apoios à memória de um grupo que parece temer que, sem referências nas quais possa ampará-la, esta poderá se perder no tempo.

Este trabalho nos proporcionou também analisar o patrimônio reconhecido do clube dentro do amplo universo do Patrimônio e de suas categorias – levando-nos a situa-lo dentro do contexto do patrimônio esportivo, que foi por nós analisado. A pesquisa aqui realizada, sobre este tema, nos permite afirmar que, embora reconhecido internacionalmente como uma área distinta de estudo, dentro do contexto do Patrimônio, o patrimônio esportivo e os acervos do esporte, no Brasil, são pouco analisados pela Museologia – embora representem oportunidades de trabalho para os museólogos, que vem aplicando sobre estes acervos o instrumental prático do campo. A falta de pesquisas teóricas, sob o prisma da Museologia e do Patrimônio, e as dificuldades encontradas na busca por informações sobre o patrimônio

esportivo, no Brasil, nos levam a concluir que ainda há muito a ser pesquisado sobre este interessante tópico.

Este trabalho nos proporcionou ainda analisar o papel do acervo do *Rio Yacht Club*, para além de seu valor simbólico, também como fonte primária de informação, a ser preservada.

O acervo, que foi o ponto de partida a qual um grupo de sócios recorreu, para “contar a história do clube” no livro publicado em 2015, ofereceu as bases para que o livro trouxesse uma das (muitas) histórias que podem ser narradas sobre o *Rio Yacht Club* - tanto do ponto de vista da forma quanto da seleção dos fatos e do olhar lançado sobre eles. Hoje, sabemos que o livro editado em 2015 representou um primeiro ato de mediação, entre a memória e a história deste clube e de seu grupo de sócios. No entanto, partindo do acervo do clube, será possível, no futuro, propor outras mediações, que permitam novas e diferentes leituras da história da instituição. Além disso, por seu rico conteúdo informacional, o acervo do clube poderá, ainda, ser objeto de novas pesquisas, extrapolando os limites da instituição que o criou. Como vimos, a pesquisa neste acervo revela informações também sobre o contexto cultural, econômico e social aonde o mesmo se desenvolveu.

Ao longo deste percurso nos certificamos, a cada etapa, de que ao promover o encontro entre o acervo do *Rio Yacht Club* e o campo da Museologia, estávamos fazendo uma escolha acertada, no sentido de apontar um caminho para a sua preservação – preocupação e objetivo principal que nos levaram a iniciar este trabalho.

Notamos que, planejar e criar normas para a aquisição de novas peças para o acervo contribui para a sua preservação, na medida em que mantém a sua unidade temática e destina os recursos disponíveis aos bens que, de fato, devem fazer parte do conjunto. A contribuição da documentação do acervo para a sua preservação, é também significativa. Por meio da documentação, será possível incluir o acervo (parcialmente desconhecido) em documentos institucionais do *Rio Yacht Club* como um patrimônio a ser salvaguardado. Por meio da documentação, será possível também preservar a informação sobre as peças do acervo, mesmo que algumas se deteriorem. A documentação, por permitir e viabilizar a pesquisa, nos documentos textuais e objetos do conjunto, também contribui para que se estabeleçam novas conexões entre objetos do acervo e entre este acervo e outros – renovando o interesse sobre

o material - o que contribui para que o seu valor se restaure, através do tempo. Na medida em que, por meio da pesquisa, é possível construir novos conhecimentos sobre os objetos do acervo do clube, a sua conservação se justifica e o seu valor se renova, para além dos limites da comunidade do *Rio Yacht Club*. Por fim, a comunicação do conjunto – iniciada com a publicação do livro, em 2015 – nos mostra que, ao compartilhar sua história e seu acervo com a comunidade de sócios e com o público em geral, o clube cria e renova laços com aqueles que, em última instância, serão os responsáveis por leva-lo adiante.

Por meio deste trabalho, que presta uma homenagem ao *Rio Yacht Club*, acreditamos ter contribuído para que o desejo de memória, que identificamos entre os membros do clube, se materialize também na preservação do seu acervo. Acreditamos que este acervo, uma vez tratado como um patrimônio do clube, por meio do “olhar museológico” aqui proposto, funcionará com mais potência, como suporte no processo de renovação contínua dos laços entre o passado e o futuro, da memória e da identidade, nesta comunidade.

Assim, esperamos que esta instituição de 104 anos - tão importante para o esporte brasileiro, mas, principalmente, para aqueles que, como nós, dela fazem parte – se apoie em seu patrimônio para se renovar continuamente, permanecendo viva por muitos anos ainda.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, Gemma. **Repositories of Memory**. In: Conservation Bulletin. Sporting Heritage. Londres: English Heritage, 2012 (n. 68).

Disponível em: <http://www.englishheritage.org.uk/publications/conservation-bulletin-68>.

Acesso em: 23/3/2016

ABREU, Regina. IN: TARDY, Cécile (dir.); DODEBEI, Vera (dir.). **Memória e novos patrimônios**. Nouvelle édition [en ligne]. Marseille: OpenEdition Press, 2015 (généré le 12 février 2015). Disponível em: <http://reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/oep-417.pdf>. Acesso em: 20/3/2016.

ABREU, Regina. **Patrimônio: 'ampliação' do conceito e processos de patrimonialização**.

In: CURY, M.X; VASCONCELLOS, C.M; ORTIZ, J.M. Questões indígenas e museus: debates e possibilidades. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012, p. 28 – 47.

AMERICA ALLIANCE OF MUSEUMS. **Accessioning Activity**. *Alliance Reference Guide, 2012*. Disponível em: <http://www.aam-us.org/docs/default-source/continuum/acquisitions-activity.pdf?sfvrsn=4>.

Acesso em: 20/10/2016.

AMERICA ALLIANCE OF MUSEUMS. **Developing a Collections Management Policy**. *Alliance Reference Guide, 2012*. Disponível em: www.aam-us.org/docs/default-source/continuum/developing-a-cmp-final.pdf?sfvrsn=4.

Acesso em: 20/10/2016.

BENCHIMOL, A; PINHEIRO, L. V. R. **Objeto etnográfico como documento e informação**. In: Anais X ENANCIB 2009, GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação, 2009. João Pessoa: ANCIB, PPGCI-UFPB. p.2436-2450.

BEZERRA, Maria Cristina Caminha. **Britânicos e Alemães em Niterói: um estudo de imigração urbana**. 2015. 350f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói.

BLANCHETTE, Thadeus Gregory. **Anglo-americanos no Brasil: uma breve história de uma imigração que "não existe"**. In: NETO, H. P.; SANTOS, M. O.; PETRUS, R., GOMES, C. (Org.). Caminhos da migração: memória, integração e conflitos. São Leopoldo: Oikos, 2015. 424p.

BORGES, Luiz; CAMPOS, Marcio D'Olne. **Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência**. In: 21º. Encontro Anual do ICOFOM LAM Termos e Conceitos da Museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. 2012, Petrópolis. Documentos de trabalho (p.112 – 123).

BRASIL. Arquivo Nacional. *Revista Acervo*. **Arquivos e Esporte**. Rio de Janeiro, V.27, Nº 2, 2014.

Disponível: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/435> Acesso em 23/3/2016

BRASIL. Arquivo Nacional; Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro, 2005 (20p.). Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_a_producao.pdf. Acesso em: 7/11/2015

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ - Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos). **Glossário**, 2004. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2008ctdeglossariov4.pdf> Acesso em: 17/12/2015

BRASIL. Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais. **Caderno de diretrizes museológicas.**

2ª Edição, p. 31 a 105. Brasília, 2006. Disponível em:

http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_l%20Completo.pdf

Acesso em: 12/11/2015

BROMBERGER, Christian. **De la notion de patrimoine sportif.** In: CAHIER ESPACES 88. Patrimoine sportif et tourisme. França: Espaces, 2006, p. 8 a 12.

BURKE, Peter. **A história social dos clubes.** Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves. FOLHA DE SÃO PAULO (+MAIS). São Paulo, 24 de fevereiro de 2002. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2402200203.htm>

Acesso em: 10/12/2015

CALDEIRA, Cleide Cristina. **Conservação Preventiva: histórico.** In: Revista CPC. São Paulo: Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, 2006, p. 91-102 (v.1, n.1). Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15582/17156> Acesso em: 19/10/2015

CAPLE, Chris. **Conservation Skills. Judgement, method and decision making.** London: Routledge, 2003 (Cap. 7).

CARVALHO, Antonio Carlos. **Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias.** In: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS, 2011, p. 117 – 126. Rio de Janeiro: UNIRIO /MAST (vol. 4, nº 1). Disponível em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/195/158> Acesso em: 19/10/2015

CARVALHO, Claudia Suely Rodrigues de. **O projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa,** 2001. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_Projeto_de_conservacao_preventiva_do_museu_Casa_de_Rui_Barbosa.pdf Acesso em: 19/10/2015

CARVALHO, Luciana Menezes; SCHEINER, Tereza. **Reflexões sobre museologia: documentação em museus ou museológica?** In: XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2014, GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação. Disponível em:

<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000015771/d59a41ecb55b73df94372221d3d3dad8>. Acesso em: 17/12/2015

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil.**

In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, p. 147 – 165 (nº 34).

CIDOC- INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (ICOM). **Supporting museum documentation.** 2007. Disponível em: <<http://cidoc.mediahost.org/>>. Acesso em: 12/3/2016.

COFEM. **Código de Ética** -1992. Rio de Janeiro, 1992.

Disponível em: http://cofem.org.br/?page_id=22

COSTA, Ludmila Leite Madeira; LIMA. **O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos.** Florianópolis, 2013. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - GT 9 – Com. Oral. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_e0e8731f26_0000013926.pdf

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ - CICT, 2003. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas_conservacao_fio_cruz_1358966008.pdf
Acesso em: 19/10/2015

CPDOC/FGV. **Verbetes.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARNEIRO,%20Pereira.pdf>
Acesso em: 8/03/2015

CURY, Marília Xavier. **Análise de exposições antropológicas – Subsídio para uma crítica.**
In: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - GT 9: Museu, Patrimônio e Informação. Comunicação Oral. 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3923/3046>
Acesso em 31/1/2017.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórica metodológica para os museus.** In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 365-80 (v. 12, suplemento). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000400019&lng=en&nrm=iso&tlng=en Acesso em 8/2/2017.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação.** São Paulo: Annablume, 2005.

CURY, Marília Xavier. **Novas perspectivas para a comunicação museológica e os desafios da pesquisa de recepção em museus.** In: I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. Atas, 2010. p.269-279 (Volume 1). Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8132.pdf> Acesso em 31/1/2017.

DAVALLON, Jean. **Du patrimoine à la patrimonialisation** (entrevista a Jean-Marc Lauret). 2012. Disponível em: http://preac.crdp-paris.fr/fileadmin/user_upload/Ressources/2012/1_Jean_Davallon.pdf. Acesso em: 20/10/2016.

DAVIES, Philip. **Playing the game – sport and Empire.** In: Conservation Bulletin. Sporting Heritage. Londres: English Heritage, 2012 (n. 68), p. 11-13.
Disponível em: <http://www.englishheritage.org.uk/publications/conservation-bulletin-68>. Acesso em: 23/3/2016

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. São Paulo: ICOM, 2013

DORNING, David; BALL, Stephen. **Conservação de livros.** In: MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL. Conservação de Coleções. Tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação Vitae, 2005, p. 159-172. (Museologia. Roteiros práticos; 9)

EKOSAARI, Maija; JANTUNEN, Sari; PAASKOSKI, Leena. **Checklist para uma política de gestão de acervos.** Tradução Ana Martins Panisset. In: Revista Pós. Belo Horizonte: EBA-UFGM, 2014, (V. 4, n. 8). Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/216> Acesso em 20/10/2016
Acesso em: 20/10/2016.

ERIKSEN, H; UNGER I. (ed.). **The Small Museums Cataloguing Manual: A Guide to Cataloguing Object and Image Collections**. Melbourne: Museums Australia, 2009 (4ª edição). Disponível em: http://mavic.asn.au/assets/Small_Museums_Cataloguing_Manual_4th.pdf. Acesso em: 10/12/2015

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática**. Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p.65-74. (Caderno de Ensaios, 2).

FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde ANEXO I – Programas de preservação e gestão. Programa de Incorporação de Acervos**. Rio de Janeiro, 2014, 18p. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/images/stories/PDFs/Programa%20de%20incorporao%20VALIDADO%20COC_PARA%20PORTAL_2015-05-21.pdf Acesso em: 25/10/2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio histórico na sociedade contemporânea**. In: Escritos. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2007, p.159-171 (01). Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero01/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf Acesso em: 12/04/2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. Cap. 1.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Política de aquisição e descarte de acervos do Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC**. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc//arquivosSGC/DOWN_173044Politica_de_Aquisicao_e_Descartes_do_MHSC.pdf . Acesso em: 20/10/2016.

GASTAUT, Yvan. **Le sport comme patrimoine**. In: Rencontres au tour du patrimoine sportif et de l'amémoire du sport. Nice: Musée Nationaldu Sport; Université Nice Sophia Antipolis, 2015. Disponível em: https://www.museedusport.fr/sites/default/files/Introduction_Le%20sport%20comme%20patrimoine_Yvan%20Gastaut.pdf. Acesso em: 25/3/2016.

GIRÃO, Claudia. **Maracanã: destruir ou preservar**. In: Revista eletrônica Vitruvius. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.133/4225>. Acesso em: 4/04/2016.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Memória e museu do esporte**. In: DACOSTA, L. (org.) Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006, 858 p. (p. 767-768). Disponível em: <http://www.confef.org.br/arquivos/atlas/atlas.pdf> Acesso em: 4/04/2016.

GONÇALVES, Ana. **Valor etnográfico**. In: REZENDE, M.B; GRIECO, B; TEIXEIRA, L; THOMPSON, A. L. (ORG.) Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN; DAF; COPEDOC, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>. Acesso em: 12/05/2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; IPHAN, 2007, p.107 - 138.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Os limites do patrimônio**. In: FILHO, M. F. L; BELTRÃO J.F; ECKERT, C. (org.) Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 239 - 248.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha (org.). **Museus Instituição de Pesquisa**. In: GRANATO, M; SANTOS (Org.) Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2005. 100p. (MAST Colloquia 7). Disponível em: http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_7.pdf Acesso em: 12/11/2015

GREENBLATT, Stephen. **O novo historicismo: ressonância e encantamento**. Tradução Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 1991, p. 244-261 (Estudos Históricos, vol. 4, n. 8)

GUILLAIN, Jean-Yves. **De la Notion de Patrimoine á Celle de Patrimoine Mobilier Sportif**. In: CAHIER ESPACES 88. Patrimoine sportif et tourisme. França, Espaces, 2006, Pág. 78 a 85.

GUIMARÃES, Lygia; BECK, Ingrid. **Conservação & restauração de documentos em suporte de papel**. In: GRANATO, M; SANTOS, C.P; LOUREIRO, M.L.N. (org.). Rio de Janeiro: MAST, 2007, p. 45-60. (MAST Colloquia 9)

GÜTHS, Saulo; CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues. **Conservação preventiva: ambientes próprios para Coleções**. In: GRANATO, M; SANTOS, C.P; LOUREIRO, M.L.N. (org.). Rio de Janeiro: MAST, 2007, p. 25-44. (MAST Colloquia 9)

HIGGIN, Brian; SWAN, Claudia; MITIDIERI, Cristina; FERREIRA, Patricia (Orgs.). **100 anos do Rio Yacht Club - Sailing**. Rio de Janeiro: Publit Editora, 2015, 248p.

HOOD, Annie. **Sports Heritage Network Mapping Survey: An overview of Sports Heritage Collections**. Reino Unido: Sports Heritage Network; Museums, Libraries and Archives Council, 2006.

ICCROM-UNESCO. **Partnership for The Preventive Conservation of Endangered Museum Collections**. In: Developing Countries. Documentation of Collections. AVARO, Anne Ambourouè, 2010. Disponível em: <http://www.epa-prema.net/documents/rapports/musees/UNESCO-ICCROM- Ecole du Patrimoine Africain – EPA>.

ICOM. **Código de Ética**. 2009.

ICOM. **Como gerir um museu. Manual prático**. BOYLAN, Patrick J. (coord.). Paris, 2004, 250p.

INGLIS, Simon. **Charting the heritage of a national play**. In: Conservation Bulletin. Sporting Heritage. Londres: English Heritage, 2012 (n. 68), p. 5 a 7. Disponível em: <http://www.englishheritage.org.uk/publications/conservation-bulletin-68>. Acesso em: 23/3/2016

KNELL, Simon (ed.). **Care of Collections**. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2005. (Leicester Readers in Museum Studies Series) Disponível em: <http://upir.ir/934/-Care-of-Collections-Leicester-Readers-in-Museum-Studies-.pdf>. Acesso em: 19/10/2015

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Herança cultural (re) interpretada ou a memória social e a instituição museu: releitura e reflexões**. In: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro: PPG-PMUS UNIRIO/MAST, 2008, p. 33-43 (v. 1, n. 1).

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: história de um desenho (inter) ativo**. In: VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--060.pdf> Acesso em: 17/12/2015

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão.** In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio. Belém: MPEG. 2012, p. 31-50. (V. 7, n. 1)

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Musealização: um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e museália.** In: Ci. Inf., Brasília, DF, 2013 (v. 42 n. 3). p.379-398.

LIMA, Diana Farjalla Correia; COSTA, Igor. **Ciência da informação e museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos: subsídio à linguagem documentária.** In: CINFORM, 7, 2007, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2007.

LOCASTRE, Aline Vanessa. **Brasil, Estados Unidos e a Política da Boa Vizinhança, através da revista "Em Guarda" (1940-1945).** 2012. Dissertação (História Social). Universidade Estadual de Londrina.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M. **Musealização e cultura material da Ciência & Tecnologia.** In: Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO /MAST, 2015 (vol.8, no 2).

LOUREIRO, Maria Lucia N. M. **Notas sobre a construção do objeto musealizado como documento.** **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 44, p. 91-106, 2012a. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibvirtmhn&pagfis=28755>. Acesso em: 17/12/2015

LOUREIRO, Maria Lucia N. M; LOUREIRO, José Mauro Matheus Loureiro. **Documento e musealização: entretecendo conceitos.** Revista MIDAS (Online), 2013 – n. 1. Acesso em: 17/12/2015

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público.** In: Revista Estudos Históricos. São Paulo: FGV/CPDOC, 1998. p. 89 a 103 (n. 21)

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas (conferência magna).** In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-40.

MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Coordenação editorial de Rosana Trevisan. Editora Melhoramentos, 2015.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de Aquisição e Descarte de acervos.** Rio de Janeiro, 2011, 20p. Disponível em: http://www.mast.br/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf. Acesso em: 25/10/2016.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST. **Documentação em Museus.** GRANATO, M; SANTOS, C.P; LOUREIRO, M.L.N. (org.). Rio de Janeiro: MAST, 2005. (MAST Colloquia; 7)

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST. **Documentação em Museus.** GRANATO, M; SANTOS, C.P; LOUREIRO, M.L.N. (org.). Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia; 10)

NORTHEAST DOCUMENT CONSERVATION CENTER. **Emergências com pragas em arquivos e bibliotecas.** OGDEN, Sherelyn (ed.). Tradução Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NORTHEAST DOCUMENT CONSERVATION CENTER. **Meio ambiente.** OGDEN, Sherelyn (ed.). Tradução Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NOVAES, Roseane Silva. **Patrimônio Histórico da Marinha sob o olhar museológico: o Navio-Museu Bauru**. 2011, 155 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p.; il. (Coleção Estudos Museológicos, v.2)

PARANÁ. Arquivo Público. **Preservação de documentos de arquivo**. Curitiba, 2007, 32 p.

PIMENTEL, T.V. C.; BITTENCOURT, J. N.; FERRÓN, L. M. A. **A teoria, na prática, funciona. Gestão de acervos no Museu Histórico Abílio Barreto**. In: Revista CPC. São Paulo: USP, 2007, p. 91-109 (n.3). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15599/17173> Acesso em: 20/10/2016.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; BENCHIMOL, Alegria. **Objeto etnográfico como documento e informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10. : 2009, João Pessoa. Anais do X ENANCIB. João Pessoa: UFPb, 2009. 15 p.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. In: Enciclopédia Einaudi. Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

POULOT, Dominique. **A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, 2012. p. 27 a 43 (nº 34)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. **Apoio à Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Niterói**, 2015. Disponível em: <http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/diagnostico-tecnico-volume-2-3.pdf>. Acesso em: 19/10/2015

RAMSHAW, Gregory. **The Construction of Sport Heritage Attractions**. In: Journal of Tourism Consumption and Practice, 2011, p. 1 a 25 (Vol.3, No.1). Disponível em: www.tourismconsumption.org/JTCPVOL3NO1RAMSHAW.pdf Acesso em 23/3/2016.

REILLY, Justine. **Sport, Museums and Cultural Policy**. 2014. Tese (doutorado) - Curso de Filosofia, University of Central Lancashire, Reino Unido (Volume 1 of 2)

RIBEIRO, Geraldo. **Campo de atuação em museologia é mais vasto do que parece**. Jornal Extra Online. Rio de Janeiro: 23/06/16. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/educacao/profissoes-de-sucesso/campo-de-atuacao-em-museologia-mais-vasto-do-que-parece-19565173.html> Acesso em: 27/03/2016.

RIO YACHT CLUB. **Estatuto Social**. Niterói, 2009.

RIO YACHT CLUB. **Regimento interno**. Niterói, 1993.

SANTOS, Cláudia P.; GRANATO, Marcus. **A documentação dos acervos científicos e tecnológicos e o MAST: uma história a partir das memórias**. In: GRANATO, Marcus (Org.). Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p. 141-176.

SANTOS, Claudia Penha; GRANATO, Marcus. **Os museus e a salvaguarda do patrimônio cultural de ciência e tecnologia no Brasil**. In: Museologia e Patrimônio. GRANATO, Marcus (Org.) Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, p. 79-119 (MAST: 30 anos de pesquisa, v.1)

SANTOS, Liliane Bispo; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. **Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés.** In: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio / MAST, 2012. Rio de Janeiro (vol. 5 no 1). Disponível em:

revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/.../187

Acesso em: 17/12/2015

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS - SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS.

Cadernos de diretrizes museológicas 2: mediação em museus, curadorias, exposições, ação educativa. JULIÃO, Leticia (coord.); BITTENCOURT, José Neves (org.). Belo Horizonte, 2008, 152 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. **Planejamento e Gestão de Exposições em Museus: Caderno 03.** WERNECK, Ana Maria Azeredo Furquim; COSTA, Thiago Carlos; PEREIRA, Angelina Gonçalves de Faria. Belo Horizonte, 2010, 28 p. Disponível em:

http://www.cultura.mg.gov.br/images/2015/Sumav/miolo_planejamento_exposicao_1.pdf. Acesso em 14/2/2017.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. **Arquivos de museus: características e funções.** In: INFOMAST: Museologia & Interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST; MCTI, 2013 (Vol.11, nº4). Disponível em:

http://www.mast.br/informast_mensal/2015/outubro/artigos/9626-30988-1-PB.pdf

Acesso em: 19/10/2015

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. **Arquivos de museus: características e funções.** In: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Museologia & Interdisciplinaridade, 2013, p. 35-47. (Vol.1, nº4)

SMITHSONIAN INSTITUTION. **The making of exhibitions: purpose, structure, roles and process.**

Washington, 2002. Disponível em:

<https://www.si.edu/Content/opanda/docs/Rpts2002/02.10.MakingExhibitions.Final.pdf> Acesso em 31/1/2017.

SOFKA, Vinos. **A pesquisa no museu e sobre o museu** (1978). Tradução Tereza Scheiner (2009). In: Museologia e Patrimônio: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS - Unirio – MAST, 2009, p.79 – 84. (Vol. II no 1)

SOUZA, Nayara Cavalini. **Arquivo do Patrimônio.** In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (1. ed. - verbete).

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI. **Conservação preventiva de acervos.** Florianópolis: FCC, 2012 (Coleção Estudos Museológicos, v.1, 74p.). Disponível em:

http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_151904Conservacao_Preventiva_1.pdf Acesso em: 19/10/2015

THE COUNCIL FOR MUSEUMS ARCHIVES AND LIBRARIES. **Parâmetros para a Conservação de Acervos.** Tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação Vitae, 2004, 154 pp. (Museologia. Roteiros práticos; 5)

THE COUNCIL FOR MUSEUMS ARCHIVES AND LIBRARIES. **Planejamento de Exposições.** Tradução Maria Luiza Pacheco Fernandes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação Vitae, 2001, 34 pp. (Museologia. Roteiros práticos; 2)

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.

UNESCO. **Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial**. – Brasília: UNESCO Brasil; Iphan, 2013. 136 p., il. – (Manual de referência do patrimônio mundial).

VIRGILIO, Paulo. **Exposição mostra esportes olímpicos sob olhar da arte naif**. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-10/exposicao-retrata-os-esportes-olimpicos-sob-o-olhar-da-arte-naif>. Acesso em: 14/3/2016

WATTEEUW, Lieve; HOFMANN, Christa. **Paper Conservation: Decisions & Compromises**. In: ICOM-CC Graphic Document Working Group (Extended Abstracts). Viena: Austrian National Library; ICOM, 2013.

WOOD, Jason. **Playing the Game. Sport, heritage and identity**. In: Conservation Bulletin. Sporting Heritage. Londres: English Heritage, 2012 (n. 68) p. 3 a 5.
Disponível em: <http://www.englishheritage.org.uk/publications/conservation-bulletin-68>. Acesso em: 23/3/2016

WOODS, Chris; BALL, Stephen. **Conservação de arquivos e objetos efêmeros**. In: MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL. Conservação de Coleções. Tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação Vitae, 2005, p. 75-88. (Museologia. Roteiros práticos; 9)

Leis e decretos:

BRASIL. **Decreto presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.
Disponível em: <http://www.museus.gov.br/decreto-8-12413/>

BRASIL. **Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7287.htm

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm

Websites:

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Conservação do acervo e bens materiais**. Disponível em: <https://www.bn.br/biblioteca-nacional/atividade/conservacao> Acesso em: 7/11/2015

CIDOC – ICOM. **Supporting Museum Documentation**. Disponível em: <http://network.icom.museum/cidoc/>

COLLECTIONSTRUST (REINO UNIDO). **Acquisition**. Disponível em: <http://collectionstrust.org.uk/spectrum/spectrum-4/acquisition/> Acesso em: 25/10/2016.

COREM 2ª REGIÃO. **O Museólogo**. Disponível em: <https://corem2r.wordpress.com/o-museologo/>

HERITAGE LOTTERY FOUND. **What is sporting heritage?** Disponível em:
<https://www.hlf.org.uk/about-us/news-features/sporting-heritage/what-sporting-heritage> Acesso em: 20/3/2016

IBRAM - PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Legislação e normas.** Disponível em:
<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/legislacao/> Acesso em: 20/2/2016

IBRAM/MINISTÉRIO DA CULTURA. **Guia de Museus.** Brasília, 2011. Disponível em:
<http://www.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros/> Acesso em: 12/11/2015

ICOM. Disponível em: <http://icom.museum/>

ICOMOS. Disponível em: <http://www.icomos.org/en/>

IPHAN. **Cartas Patrimoniais.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> Acesso em: 20/2/2016

IPHAN. Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/22/arquivo-do-patrimonio>

IPHAN. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1026/> Acesso em: 20/2/2016

IPHAN. **Patrimônio Cultural.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> Acesso em: 20/2/2016

MUSEE NATIONAL DU SPORT.

Histoire du Musee. Disponível em: <http://www.museedusport.fr/fr/content/histoire-du-musee>
Acesso em: 15/4/2016

Les Collections. Disponível em: <http://www.museedusport.fr/fr/page/les-collections>
Acesso em: 15/4/2016

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **Roteiros do CIDOC.** Disponível em: http://museudaimigracao.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Roteiros-do-Cidoc_p5.pdf

MUSEU DO FUTEBOL SP. **Banco de dados.** Disponível em: <http://dados.museudofutebol.org.br/>
Acesso em: 15/4/2016

MUSEU DOS ESPORTES SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Acervo, troféus.** Disponível em:
http://www.museudeesportes.sjc.sp.gov.br/acervo_trofeus.asp. Acesso em: 15/4/2016

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Exposição “Jogos Olímpicos, Cultura e Arte”.** 2013. Disponível em:
<http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-2013-009.htm> Acesso em: 20/3/2016

NATIONAL SPORTS MUSEUM ONLINE.

Home. Disponível em: <http://www.nationalsportsmuseumonline.org.uk/>

About. Disponível em: <http://www.nationalsportsmuseumonline.org.uk/content/category/about>

Collections. Disponível em: <http://www.nationalsportsmuseumonline.org.uk/collections>

Acesso em: 15/4/2016

OUR SPORTING LIFE. **Release.** 2010. Disponível em: <http://www.wired-gov.net/wg/wg-news-1.nsf/0/B8F42AE22B5B7381802576EA00372699?OpenDocument>. Acesso em 23/3/2016.

RIO YACHT CLUB. Disponível em: <http://www.rycsailing.com.br/> Acesso em: 15/5/2016

SPORT HERITAGE REVIEW. **Home**. Disponível em: <https://sportheritagereview.com/>
Acesso em: 20/3/2016

SPORTS IN MUSEUMS NETWORK. **About Us**. Disponível em:
<http://www.sportinmuseums.org.uk/content/about/about-us>
Acesso em: 15/4/2016

UNESCO BRASIL. **Patrimônio Cultural no Brasil**. Disponível em:
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>
Acesso em: 14/3/2016

UNESCO.

Home. Disponível em: <http://www.unesco.org> Acesso em: 14/3/2016

Documentation of museum collections. Disponível em: http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=40045&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html Acesso em 14/3/2016
Acesso em: 14/3/2016